



**UFG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**PATRÍCIA CARVALHO DE OLIVEIRA**

---

---

**VULNERABILIDADE SOCIAL: FENÔMENOS DAS DROGAS E DA  
VIOLÊNCIA VIVENCIADOS POR ADOLESCENTES**

---

---

**Goiânia  
2017**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS  
TESES E  
DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**  Dissertação  Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

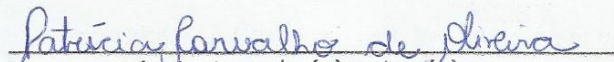
Nome completo do autor: Patrícia Carvalho de Oliveira

Título do trabalho: Vulnerabilidade social: fenômeno das drogas e da violência vivenciados por adolescentes

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM  NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 02/05/2017

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**PATRÍCIA CARVALHO DE OLIVEIRA**

---

---

**VULNERABILIDADE SOCIAL: FENÔMENOS DAS DROGAS E  
DA VIOLÊNCIA VIVENCIADOS POR ADOLESCENTES**

---

---

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Dr. Marcelo Medeiros  
Coorientador: Dra Márcia M. Souza

**Goiânia  
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Patrícia Carvalho  
Vulnerabilidade Social: fenômenos das drogas e da violência vivenciados por adolescentes [manuscrito] / Patrícia Carvalho Oliveira. - 2017.  
196 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros; co-orientadora Dra. Márcia Maria Souza.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Medicina (FM), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. Vulnerabilidade em saúde. 2. Comportamento do adolescente. 3. Violência. 4. Usuários de drogas . I. Medeiros, Marcelo, orient. II. Título.

CDU 616-083

Ata da Defesa de Tese de Doutorado realizada por **Patrícia Carvalho de Oliveira**. Aos dez dias do mês de maio do ano de 2017, às 14:00 horas, reuniu-se no Auditório da Faculdade de Enfermagem /UFG a Comissão Julgadora infra nomeada para proceder ao julgamento da defesa de Tese intitulada: "**Vulnerabilidade social: fenômenos das drogas e da violência vivenciados por adolescentes**", como parte de requisitos necessários à obtenção do título de Doutor, área de concentração **Dinâmica do Processo Saúde-doença**. O Presidente da Comissão julgadora, **Prof. Dr. Marcelo Medeiros**, iniciando os trabalhos concedeu a palavra a candidata, para exposição em até **50** minutos do seu trabalho. A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos Examinadores, os quais passaram a arguir a candidata durante o prazo máximo de 30 minutos, assegurando-se a mesma igual prazo para responder aos Senhores Examinadores. Ultimada a arguição que se desenvolveu nos termos regimentais, a Comissão, em sessão secreta, expressou seu Julgamento, considerando a candidata aprovada ou reprovada

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Marcelo Medeiros - Presidente  
Profa. Dra. Sônia Silva Marcon - Membro  
Prof. Dr. Luc Marcel Adhemar Vandenberghe - Membro  
Profa. Dra. Mary Lopes Reis - Membro  
Profa. Dra. Maria Alves Barbosa - Membro  
Profa. Dra. Walterlânia Silva Santos - Suplente  
Profa. Dra. Sheila Araújo Teles - Suplente

**Aprovado(a)/Reprovado(a)**

Aprovada  
Aprovada  
Aprovado  
Nota APROVADA  
Aprovada  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Em face do resultado obtido, a Comissão Julgadora considerou a candidata **Patrícia Carvalho de Oliveira** Habilitada ( ) Não habilitada ( ). Nada mais havendo a tratar, eu **Prof. Dr. Marcelo Medeiros**, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme foi por todos assinada.

Prof. Dr. Marcelo Medeiros - Presidente  
Profa. Dra. Sônia Silva Marcon - Membro  
Prof. Dr. Luc Marcel Adhemar Vandenberghe - Membro  
Profa. Dra. Mary Lopes Reis - Membro  
Profa. Dra. Maria Alves Barbosa - Membro  
Profa. Dra. Walterlânia Silva Santos - Suplente  
Profa. Dra. Sheila Araújo Teles - Suplente

**Assinatura**

Marcelo  
Sônia Silva Marcon  
Luc Marcel Adhemar Vandenberghe  
Mary Lopes Reis  
Maria Alves Barbosa  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

A banca examinadora aprovou a seguinte alteração no título da Tese:

Não houve sugestões de alterações no título  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Patrícia Carvalho de Oliveira  
**Discente: Patrícia Carvalho de Oliveira**

### ***Dedicatória...***

*Dedico este trabalho a todos os profissionais de saúde, educação, assistência social, e da sociedade civil, que atuam com dedicação àqueles mais excluídos, em especial crianças e adolescentes que vivem em condições de exclusão e vulnerabilidade.*

*Dedico também a esses adolescentes que transitam pela vida em busca de identidade e espaço. São minha inspiração, e transformaram, de modo irreversível, a minha vida.*

*De modo a homenageá-los, lembro-me dos adolescentes que participaram desta pesquisa. Não houve, desde então, um dia que não me recordasse de vocês, com carinho e gratidão.*

---

*“Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscricção social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino (...) enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis.”*

*Prefácio de “Os Miseráveis”*

*Hauteville – House, 1862*

*Victor Hugo*

---

## AGRADECIMENTOS

---

*Agradeço a todos que estiveram presentes e participaram dessa trajetória...*

*Aos meus pais, José e Abadia, por todo apoio, orações e carinho. Vocês sustentam meus passos pela vida e são meu maior exemplo de amor, abdicção e fé. Obrigada por confiarem em mim!*

*Aos meus irmãos, Paulo e Poliana. Apesar da distância, vocês se fazem presentes, seja nos incansáveis convites de pescaria do Paulo, seja nas curtas mensagens da Poli. Desculpem por não conseguir estar junto de vocês o quanto gostaria.*

*À Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia, por permitir que trilhasse este caminho no meu cotidiano como Enfermeira.*

*À Secretaria Municipal de Assistência Social de Aparecida de Goiânia pelo apoio na realização desta pesquisa.*

*Aos profissionais do Centro de Referência em Assistência Social, local onde este estudo foi realizado. O trabalho da equipe é exemplo de dedicação e defesa aos mais vulneráveis.*

*Às orientadoras sociais do CRAS, que contribuíram significativamente com este estudo pela acolhida, colaboração na organização do calendário, carinho para com a equipe de pesquisa e com os adolescentes. Muito obrigada!*

*À Maria Claudia Honorato, pessoa sensível e compreensiva para com uma pós-graduanda e profissional em tempo integral. Muito obrigada por contribuir com meu aprendizado sobre a adolescência. Ainda, obrigada por ser um exemplo e pela parceria enquanto estivemos juntas na Diretoria de Atenção à Saúde.*

---

*A toda a equipe da antiga Diretoria de Atenção à Saúde, Amanda Santos, Bruna Aniele, Mayara Rosane, Carlos Magno, Juliana Pires, Elivaine, Ana Clara, Rafael Radi, Emília, Sandra, Frederico, Francisco, Fátima e Maria Patrícia, com quem compartilhei tantos momentos.*

*Às minhas amigas queridas Bruna Aniele e Thays Angélica. Como é bom saber que tenho pessoas tão brilhantes próximas a mim, e com corações prontos para partilhar.*

*A auxiliar de pesquisa Carla. Obrigada pela presteza com que sempre me atendeu.*

*Aos meus alunos do Instituto Federal de Goiás, em especial do primeiro ano de Nutrição. Obrigada por me tornarem tão feliz no ano de 2016, vocês foram um grande presente.*

*Aos professores e alunos do Núcleo de Estudos com Ênfase em Hepatites Virais – NECAIH, por anos de trabalho e aprendizado.*

*Aos membros do NEQUASE, pela parceria e aprendizado durante esses anos de doutoramento.*

*Aos professores, alunos e técnicos administrativos da Faculdade de Enfermagem. Ao conquistar uma vaga nessa instituição, alcancei meu maior sonho até então. Sou grata pelos anos de convivência, amizade e aprendizado. Meu grande orgulho!*

*Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina, aos professores, técnicos e parceiros.*

*À Professora Márcia Maria. Confesso que não sei como expressar toda minha gratidão em breves palavras. A oportunidade a mim conferida ainda em 2010 mudou os rumos de minha atuação profissional possibilitou grandes alegrias, uma delas o Doutorado. Obrigada por todos os ensinamentos, pela paciência em me conduzir e por ser um exemplo. Só me*

---

*resta desejar que Deus abençoe infinitamente sua vida e sua família.  
Obrigada pela confiança!*

*Ao querido Professor Marcelo Medeiros, minha gratidão pela oportunidade de cursar o doutorado, pela atenção e prontidão em prestar suas orientações, que transcendem as metodologias qualitativas e teorias. Sinto imenso orgulho por ter sido orientada por ti, uma pessoa admirável e um pesquisador brilhante! Sem dúvidas esta pesquisa não só agregou conhecimento e maturidade profissional, mas me transformou. Obrigada!*

*A Deus, todo o louvor pela vida, pelos caminhos que trilhei e por aqueles pelos quais a Divina Providência ainda guarda... Confiar nos teus designios foi a minha mais sábia escolha, que seja sempre Louvado Deus Pai!*

---

## SUMÁRIO

---

---

FIGURAS E QUADROS .....	xiii
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	xiv
RESUMO.....	xv
ABSTRACT.....	16
APRESENTAÇÃO.....	17
PRIMEIRO CAPÍTULO - ADOLESCÊNCIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL .....	25
1. Delineando o objeto de estudo: .....	25
2. Objetivos: .....	30
SEGUNDO CAPÍTULO – ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA.....	31
1. Aspectos histórico-sociais e conceituais da adolescência. ....	32
2. Anomia Social, Alienação e Antissociabilidade. ....	38
3. O fenômeno das drogas .....	42
4. Violência e o impacto sobre a saúde e desenvolvimento do adolescente.....	48
5. Adolescência na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano .....	56
6. A adolescência e a vulnerabilidade social.....	64
7. Pressupostos do estudo.....	68
TERCEIRO CAPÍTULO – METODOLOGIA .....	68
QUARTO CAPÍTULO – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	95
1. Características dos participantes.....	96
2. As orientadoras sociais .....	102
3. As categorias do estudo.....	104
3.1 Apresentando a dinâmica do contexto sociocomunitário .....	105
3.2 Revelando a opressão no contexto do desenvolvimento .....	122
3.3 Manifestando vínculos para a superação.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	162
REFERÊNCIAS .....	166

---

<b>ANEXOS .....</b>	<b>185</b>
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética .....	186
Anexo 2 – TCLE.....	187
Anexo 3 – Termo de Assentimento do Adolescente.....	190
Anexo 5 - Técnicas de Coletas de Dados .....	192

## FIGURAS E QUADROS

---

<b>Figura 1</b> - Interação entre os eixos do trabalho e da inserção relacional	66
<b>Figura 2</b> - Agrupamento da entrevista 4	92
<b>Figura 3</b> - Agrupamento da revisão da análise	93
<b>Quadro 1</b> - Modelo do instrumento de transcrição do conteúdo das entrevistas e análise inicial	78
<b>Quadro 2</b> - Temáticas dos encontros mediados por grupos focais	79
<b>Quadro 3</b> - Exemplificando a codificação inicial de incidente por incidente	86
<b>Quadro 4</b> - Exemplificando a codificação focal e a elaboração de códigos conceituais	88
<b>Quadro 5</b> - Exemplificando o agrupamento de categorias teóricas, subcategorias e famílias de códigos	89
<b>Quadro 6</b> - Memorando da sexta entrevista	91
<b>Quadro 7</b> - Características dos adolescentes participantes da pesquisa	99
<b>Quadro 8</b> - Presença dos participantes da pesquisa por grupo focal	101

---

## SIGLAS E ABREVIATURAS

---

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEN	Faculdade de Enfermagem
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MBDH	Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano
MEDH	Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano
NECAIH	Núcleo de Estudos em Epidemiologia e Cuidados em Agravos Infecciosos, com Ênfase em Hepatites Virais.
NEQUASE	Núcleo de Estudos Qualitativos em Saúde e Enfermagem
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPGCS	Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde
SPAIS	Superintendência de Atenção Integral à Saúde do Estado de Goiás
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TA	Termo de Assentimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Teoria Fundamentada em Dados
UFG	Universidade Federal de Goiás

Adolescentes são sensíveis aos fenômenos sociocomunitários e familiares, como as drogas e a violência, que fragilizam a coesão e integração social. Estes, por sua vez, predispõem os indivíduos desta faixa etária a vulnerabilidade social. Em comunidades marginalizadas, os adolescentes vivenciam fenômenos em maior intensidade, agravados acesso limitado a escola, ao trabalho e outros bens e serviços. Compreender este complexo contexto de vulnerabilidade social entre os membros de uma comunidade representa um desafio que antecede a elaboração de propostas de intervenção e proteção em prol do desenvolvimento do indivíduo, da família e da comunidade. Assim, neste estudo, buscamos compreender a vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social. Trata-se de uma pesquisa conduzida com base na Teoria Fundamentada em Dados - TFD, realizada em uma unidade de assistência social de Aparecida de Goiânia, Goiás com vinte adolescentes de 13 a 18 anos. Os dados foram coletados por meio de dez encontros de grupos focais e observação de campo, registradas em um diário do pesquisador. O processo de coleta e análise ocorreu simultaneamente, de modo que em cada encontro os dados eram gravados, transcritos, analisados e codificados, com subsequente redação dos memorandos conforme os preceitos da TFD. Deste processo de análise emergiram três categorias teóricas que foram discutidas com base no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e da Vulnerabilidade Social. Na primeira, categoria teórica “apresentando a dinâmica do contexto sociocomunitário”, são apresentadas as fragilidades presentes na comunidade e nas relações sociais, a incipiência de ações protetivas e a presença da violência, do tráfico e uso de drogas, que agravam a vulnerabilidade social. A segunda categoria teórica, “revelando a opressão no contexto do desenvolvimento”, apresenta a estreita relação entre os fenômenos da violência e das drogas, presentes em todos os sistemas do desenvolvimento dos participantes da pesquisa, isto é a família, a escola e a comunidade. A última categoria, “manifestando vínculos para a superação”, aborda os mecanismos que promovem a inclusão e o desenvolvimento, representados pela família, sobretudo na figura materna; nas perspectivas apresentadas no tráfico de drogas; no trabalho; no estudo; e por fim, na prática de esportes. Os resultados permitem apreender que, apesar dos fatores de superação encontrados no estudo, estes são incipientes diante a vulnerabilidade social condicionada aos fatores de opressão. Segundo as categorias teóricas, o contexto social dos adolescentes revela a não observância de garantias constitucionais sob formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Entretanto, a vulnerabilidade social presente no universo adolescente pode ser revertida por meio de abordagens protetivas, intersetoriais, governamentais, comunitárias e familiares.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade em Saúde; Comportamento do Adolescente; Violência; Usuários de Drogas; Teoria Fundamentada

Adolescents are sensible about family and social-community phenomena, as drugs and violence, which make their social cohesion and integration more fragile. These issues predispose adolescents of this age range to social vulnerability. In marginalized communities, adolescents experience this phenomenon more intensively that get worse due to limited access to school, working and other goods and services. To understand this of social vulnerability complex context between members of a community represents a challenge that precedes the elaboration of intervention and protection proposals to help their development and for their families and community in the same way. In this research, we sought to understand the social vulnerability of adolescents attended on a Social Assistance and Care Center. This research has been led by Grounded Theory and was fulfilled in a Social Assistance Care Center of Aparecida de Goiânia city, state of Goiás, Brazil, with twenty adolescents from thirteen to eighteen years old. The data was collected on ten meetings of focus groups and field observations, everything registered in the researcher's diary. The data collection process and its analysis were performed simultaneously, in a way that after every meeting, all data were recorded, written, analyzed and codified followed by the writing of the memorandum, according to Grounded Theory's precepts. In this process of analysis emerged three theoretical categories which have been discussed according to the Human Development Biologic Model and Social Vulnerability. The first theoretical category "presenting the dynamic context of social-community" shows the fragilities of the community and in social relations, the incipience of protective actions and the presence of violence, drug dealing and use, which aggravates the social vulnerability. The second theoretical category "revealing the oppression in the context of developing", presents the straight relation between violence and drugs in every system of the research participants' development, that means their family, school and community. The last category, "manifesting bindings for overcoming", addresses ways that promotes inclusion and developments', represented by the family, above all by the mother, in the perspectives presented by drug dealing, at work, while studying and practicing sports. The results allow us to understand that despite overcoming factors found in this research, they are incipient facing social vulnerability conditioned to the oppression factors. According to theoretical categories, the adolescents' social context reveals a lack of observance of Federal Constitution guarantees in shape of negligence, discrimination, exploration, violence, cruelty and oppression. However, the social vulnerability inside the adolescents' universe may be reverted by protective, intersectional, governmental, community and family approaches.

**Keywords:** Health Vulnerability; Adolescent Behavior; Violence; Drug Users; Grounded Theory.

**APRESENTAÇÃO**

---

Durante o Curso de Graduação em Enfermagem, a temática da adolescência tornou-se objeto singular dos meus estudos ao aproximar-me da disciplina de hebiatria. Após participar dos estágios da disciplina, nos projetos de extensão e atividades do “Núcleo de Estudos em Epidemiologia e Cuidados em Agravos Infecciosos”, com Ênfase em Hepatites Virais – NECAIH, iniciei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da UFG - PPG/FEN/UFG, com o propósito de estudar os comportamentos e conhecimentos de adolescentes associados à sexualidade.

Com a experiência e os conhecimentos adquiridos no Mestrado fui convidada a prestar consultoria na Superintendência de Atenção Integral à Saúde do Estado de Goiás – SPAIS no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, atualmente integrado ao Programa Saúde na Escola. Durante este percurso na gestão estadual percebi grandes limitações na assistência à saúde do sujeito adolescente, as quais decorrem da maneira como a temática adolescência tem sido historicamente abordada nos programas de saúde pública brasileiros.

Ainda no Mestrado, percebi como a questão da “vulnerabilidade” se fazia pertinente aos contextos socioculturais e do próprio desenvolvimento do adolescente, o que me motivou a estudá-la e elegê-la tema de um dos capítulos da minha dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2013). Minha inquietação sobre as vulnerabilidades do adolescente aumentou no decorrer das atividades profissionais, em parte pelo meu interesse genuíno pela temática, fruto dos estudos, e também em virtude da necessidade imposta pelo cotidiano de trabalho nas comunidades. Neste momento, foi importante

conhecer o conceito de vulnerabilidade abordado por Ayres et al., (2003) no que se refere à vulnerabilidade social, individual e programática.

Por meio do olhar atento e sensível aos contextos comunitários, no trabalho e no campo do Mestrado, a questão das drogas emergiu como um fenômeno grave que repercute visivelmente nas famílias, no desenvolvimento saudável do adolescente e na sua vida adulta. A inquietação levou-me, então, a propor aos núcleos de pesquisa, NECAIH e Núcleo de Estudos Qualitativos em Saúde e Enfermagem - NEQUASE, um projeto de pesquisa que investigasse o fenômeno das drogas no contexto sociocomunitário de adolescentes escolares do município de Aparecida de Goiânia - Goiás. Após obter aprovação e financiamento para realização do estudo, viabilizou-se o seguimento da proposta com adolescentes, agora no âmbito do Doutorado.

Ao priorizar o estudo sobre a saúde de adolescentes e diante de minha proximidade com os adolescentes, ainda por ocasião do mestrado e de minha atividade profissional, alguns questionamentos começaram a me incomodar, em especial: quais fatores influenciavam os adolescentes ao uso de drogas ilícitas? É fato que respostas simplistas contribuíram para que, no início do processo de pesquisa, visualizasse apenas as drogas, até então dissociadas de um complexo contexto social.

No entanto, após convite para promover uma atividade educativa em um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de Aparecida de Goiânia, pude conhecer uma realidade distinta do contexto escolar, no qual eu já me encontrava inserida. Conheci, então, um público semelhante ao escolar, mas que se apresentava livre de censuras e acolhido pelo ambiente

do CRAS. O grupo era composto de adolescentes ávidos por conhecimento, atenção e diálogo. Essa experiência suscitou em mim a reflexão sobre a pertinência de mudar o contexto da pesquisa, o que se consolidou.

Assim, no início do ano de 2015 iniciei o processo de aproximação ao público de adolescentes com a proposta de realizar atividades em quatro unidades CRAS de Aparecida de Goiânia. Entretanto, as limitações dos serviços fizeram com que tais atividades ocorressem apenas em duas unidades. Durante cinco meses, em reuniões mensais, percorri os dois CRAS realizando 10 atividades grupais de interesse dos adolescentes. Esse período de aproximação ao contexto em que os adolescentes estavam inseridos contribuiu significativamente para que revisse também os problemas de pesquisa.

Os adolescentes demonstravam que as drogas eram presentes em suas vidas de alguma forma, mas, naquele momento, eu ainda era capaz de ver apenas o que estava aparente e não o velado, tão revelador. A aproximação com o campo permitiu-me observar os demais condicionantes sociais e as vulnerabilidades negligenciados pelo olhar dos agentes públicos, como a violência sofrida pelos adolescentes, as fragilidades nas relações entre agentes públicos e comunidade, a comunidade desprovida de componentes de desenvolvimento e as reduzidas oportunidades.

Além desses aspectos, a busca do adolescente por identificação individual e social, a vulnerabilidade à violência e ao tráfico, as limitações ao acesso à informação, a promiscuidade, a baixa procura pelos serviços de saúde e a reduzida oferta de ações de saúde têm culminado por inviabilizar seu desenvolvimento social. Este conjunto de fatores pode gerar o

sentimento de anomia e o comportamento antissocial observado nos grupos de adolescentes e justifica, por si só, a necessidade de proteção governamental, comunitária ou familiar (MESQUITA; TORRES, 2013; RAMIRO et al., 2011).

Atualmente, a pouca compreensão sobre os processos sociais que interferem no desenvolvimento do adolescente, e a incipiente comunicação entre os setores sociais de assistência e cuidado, fazem perpetuar iniciativas de prevenção e proteção contraditórias que assumem o fenômeno das drogas como principal problemática da adolescência, desvinculando-o do desenvolvimento psíquico e social (KONIAK-GRIFFIN et al., 2011).

Dessa forma, as ações intersetoriais incipientes comprometem a qualidade dos serviços sociais básicos, o que repercute diretamente no preparo dos adolescentes às respostas a influências danosas, como uso e o tráfico de drogas, violência, promiscuidade e prostituição, além do abuso sexual. Neste contexto, fica evidente a urgência de novos métodos de abordagem assim como de políticas intersetoriais que amparem este público.

Logo, a luta contra a vulnerabilidade de adolescentes, tanto por meio de iniciativas governamentais quanto da sociedade civil, deve estar pautada no estudo e na compreensão dos condicionantes e determinantes sociais, das fragilidades observadas nas políticas de educação, proteção, segurança, desenvolvimento e inserção social (BERTOL; SOUZA, 2010; TELLES, SUGUIHIRO, BARROS, 2011).

Diante do exposto, este estudo buscou na intersetorialidade o suporte necessário para explorar os fenômenos e fatores inerentes ao

contexto e ao desenvolvimento dos adolescentes. Propõe-se a, por meio da aproximação das dimensões qualitativas e socioculturais, analisar os fenômenos que vulnerabilizam os adolescentes, para que, após essa compreensão, medidas preventivas, de promoção do desenvolvimento saudável, possam ser postuladas.

Portanto, a presente investigação direciona-se para a compreensão da vulnerabilidade social que afeta adolescentes da periferia do município de Aparecida de Goiânia-Goiás, atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social.

Reafirmo que o apresentado neste estudo não é fruto apenas de minhas inquietações anteriores, pois essas, assim como meus pré-conceitos, minhas poucas certezas e meus objetivos iniciais, foram se modificando, assumindo novas configurações. Os resultados do que os indivíduos apresentaram permitiram-me observar e compreender o universo adolescente em seu cotidiano.

A partir desde momento peço licença para redigir o texto na primeira pessoa do plural, por entender que um estudo dessa natureza requer um trabalho coletivo, o que melhor expressa a forma de condução da presente investigação.

Neste trabalho, dividido em cinco capítulos, discorreremos sobre os fenômenos relacionados à vulnerabilidade social dos adolescentes e sua influência nos processos do desenvolvimento, com vistas a contribuir com discussões de políticas públicas, científicas e sociais pertinentes a questões relacionadas à adolescência.

No primeiro capítulo apresentamos o delineamento do objeto de estudo acompanhado de reflexões sobre a evolução do conceito de “adolescência”, assim como a origem histórica dessa etapa da vida. Justificamos a realização deste estudo pela relevância para a implementação de políticas públicas e iniciativas de trabalho de saúde, em especial da Enfermagem e Saúde Coletiva, para com o público adolescente.

As reflexões sobre a revisão de literatura são apresentadas no segundo capítulo, dividido em sete subtópicos: “Aspectos históricos-sociais e conceituais da adolescência”; “Anomia social, alienação e antissociabilidade”; “O fenômeno das drogas”; “Violência e impacto sobre a saúde e desenvolvimento humano”; “A adolescência e vulnerabilidade social” e, por fim, “Pressupostos do estudo”, que trazem respostas provisórias às questões norteadoras da pesquisa.

No terceiro capítulo explicitamos a metodologia do trabalho. Nesta etapa, apresentamos a Teoria Fundamentada em Dados, relatamos a aproximação e imersão no campo de estudo, o trabalho de campo, o processo de análise dos dados e as considerações éticas do estudo.

Os resultados e a discussão do material qualitativo levantado em campo constam do quarto capítulo, dividindo em dois momentos: o primeiro para apresentação dos participantes da pesquisa e descrição do contexto e o segundo de apresentação das categorias empíricas que emergiram das falas dos participantes da pesquisa, discutidas em consonância com o referencial teórico.

Por fim no quinto capítulo são tecidas as considerações finais do estudo acompanhadas de reflexão sobre a relevância da atuação dos

agentes públicos, como os enfermeiros e demais profissionais de saúde, os quais, segundo observação e análise das situações de saúde e condições ambientais e sociais, são capazes de promover medidas de prevenção, proteção aos adolescentes em vulnerabilidade social com potencial de repercussão no desenvolvimento social dos adolescentes.

PRIMEIRO CAPÍTULO

**ADOLESCÊNCIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

---

## **1. Delineando o objeto de estudo:**

A compreensão da adolescência é multifacetada, a depender do campo social de estudo. Na saúde, o conceito marcante da adolescência propõe um sentido cronológico, temporal, reduzindo-a, por vezes, à puberdade - período do desenvolvimento fisiológico no qual as funções reprodutivas amadurecem (SOARES, 2009).

Entretanto, é complexo limitar a adolescência na temporalidade. No âmbito antropológico do século XX, esta fase foi concebida como de aprendizado de valores e normas sociais, preestabelecidos por determinada cultura. Reconheceu-se a adolescência também como um fenômeno cultural, capaz de incorporar a influência de instituições sociais e dos fatores culturais no desenvolvimento da personalidade. Nas sociedades ocidentais a abordagem antropológica da adolescência é marcada pela flexibilidade às adaptações culturais e do modo de administrar quando e como irá ocorrer a transição para a vida adulta (ARNETT, 2014; SOARES, 2009).

Para a Psicologia Clínica com foco na personalidade, a adolescência é compreendida de modo genérico, com base em elementos emocionais demonstrados pelos adolescentes em seus comportamentos. Já a sociologia tradicional considera esta uma fase introdutória da juventude, entre a infância e a vida adulta, caracterizada nas sociedades industriais modernas por um período em que o indivíduo busca sua independência econômica, ou sua identidade social (SOARES, 2009).

Portanto, pode-se relacionar a definição do constructo social “adolescência” a um evento que se inicia, biologicamente, pela puberdade,

cujo fim é determinado cultural e individualmente. Na atualidade, em países industrializados, a puberdade inicia-se mais cedo, pois é estimulada pelos avanços na nutrição e saúde. Em contrapartida, o término ocorre mais tardiamente, se considerada a adoção de papéis adultos, como casamento, paternidade, trabalho estável (ARNETT, 2014).

Para fins deste estudo, adotaremos o conceito de adolescência da Organização Mundial de Saúde e aceito pelo Ministério da Saúde, a saber:

A adolescência é o período de transição da infância para a vida adulta, e caracteriza-se (a) por esforços para atingir as metas relacionadas com as expectativas da cultura dominante e (b) por surtos do desenvolvimento físico, mental, emocional e social. Enquanto o início da adolescência é geralmente associado com o início da puberdade e o aparecimento de características sexuais secundárias, o fim da adolescência é menos claramente definido. Ela varia grandemente de cultura para cultura, tanto quanto a independência adulta está em causa. [...] A OMS considerou recentemente 10 -19 anos como o período da adolescência, observando que essa faixa etária geralmente engloba o início da puberdade até a maioridade legal, que coincide com algumas estatísticas populacionais [...] (WHO, 1986; p 11).

Nessa definição, concebe-se a adolescência como uma “fase do ciclo vital”, fenômeno individualizado, que congrega toda a compreensão dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Essa adolescência particularizada, e singular, agrega as mais diferentes pessoas como uma categoria social, que, instituída historicamente por influência da organização social em prol do modo de produção, tornou-se visível por inquietar a ordem social, em suas expressões e manifestações em desagrado ao universo adulto (SOARES, 2009).

É relevante compreender que as similaridades das transformações compartilhadas pelos adolescentes os unem formando uma categoria social, embora, por vezes, também os separem sob a ótica da divisão de classes.

Esta cisão ocorre por influência dos determinantes sociais e condicionantes implicados nos mecanismos de desenvolvimento, dispostos a cada indivíduo.

A aproximação das dimensões econômicas, sociais, psíquicas e comportamentais é imprescindível ao estudo dos fenômenos que geram adoecimento, marginalização e exclusão social. Nesse sentido, torna-se pertinente discutir o conceito de vulnerabilidade social e suas consequências sobre o universo adolescente.

A vulnerabilidade social pode também ser entendida como o produto da relação de fatores interconectados, como a economia, a cultura, a conjuntura social e política de um determinado local ou contexto, que resulta no não acesso dos adolescentes aos direitos protetivos, bens e serviços produzidos na vida social. Isso se evidencia pela presença de crianças e adolescentes nas ruas, subempregados, crianças mendigando para si ou para os pais, pelos adolescentes que buscam por empregos indisponíveis, bem como pela violência e por problemas educacionais (TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011).

O termo “Vulnerabilidade Social” foi utilizado ao final do século XX como um dos componentes dos estudos de Robert Castel, sociólogo francês que buscou compreender a fragilidade dos vínculos sociais, causada primariamente pelas crises no universo do trabalho, e com isso repercutia na inserção dos indivíduos em determinada estrutura social (CASTEL, 1998).

Nos atributos da vulnerabilidade social, poder-se-ia incluir a população adolescente contemporânea, pois no processo de adolecer, os

indivíduos estão submetidos a problemáticas contemporâneas, as quais não se desenvolvem somente no âmbito biológico (CASTEL, 1998; SOARES, 2009).

No jogo social, os adolescentes estão expostos aos valores capitalistas, expressos pela necessidade de representatividade individual perante o coletivo, medidos pelo poder de consumo. Em contrapartida, são excluídos do mercado produtivo e de trabalho. Ainda, são pessoas que sofrem a incipiência de ações dos serviços sociais básicos que deveriam justamente ser capazes de promover o seu desenvolvimento. Essas incongruências geram crises que levam ao desemprego ou o subemprego nessa categoria social (CASTEL, 1998).

Em comunidades marginalizadas, o desemprego é ainda mais perverso, pois, uma vez que o adolescente renega os valores adultos, expõe-se a condições de desigualdade social e destituição de direitos e termina por se inserir em atividades ilegais e, por vezes, violentas (SOARES, 2009).

Entretanto, os fenômenos vividos na adolescência requerem uma compreensão histórica e contextual, para que possamos ampliar o olhar sob o sujeito, superando a visão do sujeito-objeto do mercado e do consumo, ou como elementos de problemas sociais como a violência, criminalidade, as drogas, infecções sexualmente transmissíveis – IST–, promiscuidade, entre outros.

Portanto, os fatores de fragilidade presentes no universo adolescente reafirmam a importância de abordagens protetivas, intersetoriais, governamentais, comunitárias e/ou familiares. Pelo mesmo

motivo, são necessários estudos que permitam uma compreensão ampliada sobre os fenômenos que fragilizam este grupo e subsidiem a implementação de mecanismos de intervenção.

Assim, com base nos aspectos até aqui discutidos, trazemos como questão norteadora da pesquisa, como se desenvolve o contexto da vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social de um município da região metropolitana de Goiânia-Goiás? Na tentativa de obter respostas a essa questão norteadora da pesquisa traçamos o seguinte objetivo:

- Compreender a vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social.

SEGUNDO CAPÍTULO

**ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA**

---

Nesse capítulo tecemos reflexões sustentadas na literatura sobre os conceitos, particularidades e fatores que intervieram no decorrer das últimas décadas na concepção social de adolescência e no reconhecimento desses indivíduos como atores sociais. Ainda, apresentamos algumas das principais fragilidades presentes no desenvolvimento comunitário que contribuem a vulnerabilidade social do adolescente e bem como de sua família.

## **1. Aspectos histórico-sociais e conceituais da adolescência**

Descrita como uma fase entre a infância e a vida adulta, a adolescência é uma temática atual, que possui diferentes conceitos e definições. Trata-se de um tema que tem ocupado grande espaço nas discussões, entre estudiosos, educadores, família, comunidade e instituições políticas (VICENTE, 2014). Nas sociedades ocidentais, como a brasileira, o adolescente encontra-se em um processo oscilatório de identidade entre o ser criança e o ser adulto, no qual busca autonomia e inclusão social (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

O início da adolescência ocorre com os primeiros sinais do amadurecimento dos órgãos sexuais, a puberdade, e finaliza-se por volta dos 20 anos, com a inserção social do sujeito, expressa por seu ingresso no mercado de trabalho e, ao final, completa inserção profissional e formação familiar (TANNER, 1962; UNFPA, 2010).

Para a Organização Mundial de Saúde (WHO, 1986), assim como para o Ministério da Saúde brasileiro, a adolescência compreende um período de formação e identificação de valores e tomada de decisão delimitado entre os 10 e os 19 anos, 11 meses e 29 dias de idade, dividido

em três fases: a inicial, dos 10 aos 14 anos; a média, dos 14 aos 17 anos, e a adolescência tardia, dos 17 aos 20 anos incompletos. Ainda, define-se a idade entre os 15 e 24 anos como juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, instituído pela Lei 8.069/90, é o instrumento legal que estipula os direitos na infância e adolescência, assumindo a adolescência como um período cronológico delimitado entre os 12 e 18 anos (BRASIL, 1990; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Entretanto, para se discutir adolescência, é preciso uma abordagem ampliada sobre a sua origem histórica. Trata-se de um fenômeno que evoluiu recentemente na história das sociedades, de modo que sua compreensão sofreu grandes transformações nos âmbitos psicológico, social, antropológico e ainda biológico (ARIÉS, 2014).

Sócrates (469-399 a.C.) e Aristóteles (384-332 a.C.) já assinalavam comportamentos característicos da adolescência como a impulsividade e turbulência. Platão (427-347 a.C.) descreveu a paixão e a excitabilidade como principais marcas desta etapa (VITIELLO, 1997).

Na Idade Média, as fases da vida não eram definidas por faixas etárias, mas por funções sociais e comportamentos dos indivíduos. Neste período apenas três idades eram conceituadas, a saber: o infante, o jovem e o velho. Foi por volta do século VI, momento em que as limitações entre as “idades da vida” eram mal compreendidas, que surgiram as primeiras definições da fase que seria posteriormente conhecida como adolescência. Neste período não havia delimitação cronológica; tratava-se de um grupo de indivíduos dotados de características físicas específicas, como força e vigor.

Da Idade Média até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância e, por vezes, inexistiu. Na época, “adolescentes” eram considerados apenas crianças maiores. Já entre os séculos XVI e XVIII surgiu um novo vocabulário para diferenciar crianças da primeira infância, que se ampliou, assim encerrando a ambiguidade entre a infância e a adolescência. Entretanto, nesse período, não havia a ideia do que hoje conhecemos como adolescência, e esta concepção ainda demoraria a se formar (ARIÉS, 2014).

No século XX a adolescência passou a ser vista como uma preocupação social, pois, uma vez considerada fase do ciclo vital, foi associada ao processo de industrialização capitalista, com conseqüente necessidade de capacitação técnica e preparo qualificado para o trabalho, o que elevou a exigência em relação aos níveis de escolaridade. Nesse processo de ampliação educacional, novas temáticas foram incluídas no currículo para atender necessidades de formação ocupacional, de modo que camadas sociais anteriormente excluídas foram inseridas. A adolescência se expandiu, deslocando a infância para trás e a maturidade para frente. Assim, no século XX, houve uma transição, de uma história sem a adolescência, para uma nova etapa, na qual esta foi eleita a fase favorita da vida (ARIÉS, 2014).

No último século, a adolescência ganhou relevância e sofreu mudanças no mundo ocidental, impulsionadas, em especial, pela instituição do ensino obrigatório. Observou-se, no decorrer do século XX, o crescimento do número de escolares em virtude da importância atribuída pela sociedade ocidental à formação educacional, o que culminou com o surgimento de

movimentos e leis de proteção que se opunham ao trabalho juvenil (DAVIM et al., 2009).

Entretanto, como condição necessária a sociedades capitalistas, a divisão de classes alcança a categoria “adolescência”, circunstância observada nas condições implicadas às classes sociais. Assim, enquanto os adolescentes de classe média desfrutam de bens e serviços, lazer e educação de qualidade, assegurados por uma gama de direitos, adolescentes de baixa renda se inserem precocemente no trabalho, muitos não têm acesso à educação de qualidade e outros abandonam os estudos precocemente, desprovidos dos mesmos privilégios (DAVIM et al., 2009).

Nesse sentido, a defesa da educação de qualidade sustenta-se por ser uns dos poucos instrumentos sociais de transformação, propício para convivência social e grupal, construção de vínculos, promoção da socialização e estímulo à participação de toda a comunidade em assuntos de diversas naturezas. O espaço escolar constitui, portanto, ambiente adequado para discussões de educação, saúde e cidadania (RUFINO et al., 2013).

Cabe mencionar que a adolescência é uma fase de transição e transformação permeada pelos distintos contextos históricos e culturais nos quais é vivida sempre de modo singular. Assim, as diferenças estabelecidas nas relações entre pessoas e instituições no curso do desenvolvimento são essenciais para o adolescente (LERNER, 2005).

Políticas públicas sociais são formuladas para direcionar a elaboração e execução de programas e projetos que visem solucionar demandas e

promover o desenvolvimento dos adolescentes para que alcancem autonomia, dignidade, valorização e respeito social (TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011).

A Constituição Federal – CF - de 1988 e o ECA são os instrumentos legais que garantem direitos de crianças e adolescentes no Brasil, reconhecendo-os como pessoas que possuem prioridade absoluta e proteção integral. Tais instrumentos concebem a família, a sociedade e o Estado como responsáveis por garantir os direitos fundamentais por meio da implementação de políticas e programas públicos e, além disso, reconhecem o adolescente como sujeito autônomo, que deve ser membro ativo nas decisões de Estado e nos movimentos em defesa da cidadania (LOPEZ; MOREIRA, 2013).

Entretanto, apesar da força da CF e do ECA, verifica-se atualmente a destituição das responsabilidades governamentais impulsionada por novas relações entre o Estado, a sociedade e o mercado neoliberal (TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011).

Apesar dos importantes indicadores de morbimortalidade da população adolescente, da representatividade populacional (IBGE, 2011), e da implementação de políticas nacionais voltadas para diversos segmentos, em especial aos ciclos da vida, ainda nos defrontamos com a ausência de uma política de Estado que garanta a atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens (LOPEZ; MOREIRA, 2013).

A repercussão da falta de inclusão da temática “adolescência e juventude” nas propostas políticas revela-se na não legitimação da Política

Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (2007), assim como na fragilidade das políticas educacionais e de segurança pública (TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011; LOPEZ; MOREIRA, 2013).

Assim, no cenário da saúde pública, o que se encontra legitimado como “proposta de política” ao público adolescente é o preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde de 2010 dirigidas aos profissionais e gestores (LOPEZ; MOREIRA, 2013).

Desse modo, poder-se-ia afirmar que a precariedade ou a inexistência de atividades preventivas e de promoção da saúde estão associadas ao modelo neoliberal, aspecto que se observa pela redução do orçamento ao gasto social e conseqüente restrição das ações, com o aumento das demandas sociais por proteção. Esses aspectos, por sua vez, contribuem para a situação de vulnerabilidade social da população adolescente, evidenciada por pobreza, desemprego, exclusão, violência, tráfico de drogas e desigualdades sociais que tanto tencionaram a relação entre as efetivas necessidades do povo e as propostas das políticas públicas (DELL’AGLIO; SANTOS, 2011; TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011).

Nas discussões sobre as políticas e estratégias de proteção social é imprescindível o entendimento sobre as vulnerabilidades, pois a compreensão sobre este constructo amplia o olhar sobre as situações e os problemas sociais, na medida em que abrange as inequidades (materiais ou simbólicas) vividas por pessoas, grupos e comunidades (ABRAMOVAY et al., 2002).

Diante do exposto é possível interligar a vulnerabilidade social de adolescentes à atual configuração do papel do Estado “mínimo”, que transformou as políticas sociais em ações de caráter pontual, emergencial e compensatória, pautadas em decisões fragmentadas e desarticuladas (TELLES; SUGUIHIRO; BARROS, 2011).

Os fatores sociais e políticos históricos e contemporâneos, já mencionados, associados às instabilidades psíquicas inerentes ao desenvolvimento de adolescentes são capazes de torná-los suscetíveis aos impactos de uma realidade conflitante e frustrante, absorvendo os conflitos e assumindo os aspectos mais doentios do meio onde vivem. Tais aspectos estão representados em comportamentos de delinquência, promiscuidade, uso de drogas e nos sintomas de anomia social, alienação e antissociabilidade, discutidos a seguir (ABERASTURY; KNOBEL, 2007).

## **2. Anomia Social, Alienação e Antissociabilidade**

Os modelos de comportamento humano no meio social e os padrões de relações sociais são objetos de estudo da sociologia, para tanto, analisa a organização social, o perfil de mudanças sociais e os conflitos sociais existentes (BARBOSA, 2013).

A enfermagem, como prática social, utiliza-se de conceitos da sociologia para desenvolver ações em resposta às necessidades sociais com reflexos na saúde. Por meio das relações estabelecidas entre esses conceitos e a prática do saber da enfermagem, o profissional busca novas formas de transformação da realidade concreta (TREZZA; SANTOS; LEITE, 2008). Será sob essa perspectiva que abordaremos os conceitos de Anomia

Social, Antissociabilidade e Alienação, com as repercussões no sujeito adolescente.

A palavra anomia tem origem grega, derivada de “anomos” que significa a ausência, e “nomos” ou norma, que completa o sentido de ausência de normas ou leis. Este termo ganha relevância na atual organização das sociedades capitalistas pós-modernas com os padrões de consumo e arrefecimento da moral e da ética. A conjuntura de afrouxamento de normas morais contribui para a perda de valores sociais, para o imediatismo e substituição da ética pela estética. Assim, a realidade pós-moderna representa um fecundo campo de incertezas que culminam com as situações de anomia (BARBOSA, 2013).

Para o sociólogo americano Robert Merton, a anomia é um sintoma social que emerge do insucesso das pessoas para atingir as metas culturais por incipiência de meios e vias institucionalizadas – recursos legítimos definidos pela sociedade, que proporcionam o alcance dos objetivos sociais. Assim, com base na conjuntura de desigualdades de acesso às vias de desenvolvimento, as pessoas manifestam comportamentos de afronta e ruptura das regras sociais padronizadas, refletidos na delinquência ou na postura desviante, expressos nos crimes (MERTON, 1970; BARBOSA, 2013).

A causa do comportamento desviante, para Merton, relaciona-se à cultura que imputa aos indivíduos o objetivo de riqueza material como propósito de vida, enquanto a conjuntura social não sustenta os meios ou as vias de acesso ao desenvolvimento social e as riquezas para todos, pelo

contrário, para poucos. Assim, se a prescrição social de acumulação de riquezas e sucesso não pode ser alcançada por todos pelas vias legais e institucionalizadas, aqueles excluídos e anômicos recorrem a meios ilegais para o alcance desses objetivos (MERTON, 1970; BARBOSA, 2013).

Para Formiga (2013), a compreensão da anomia e do desvio de conduta deve extrapolar a noção de deficiências econômicas e sociais das sociedades. Tais comportamentos devem ser entendidos como decorrentes dos sentimentos de desvalorização e não pertencimento à sociedade, diante dos quais optam por distintas vias de acesso ao desenvolvimento social e tornam-se incapazes de internalizar os sentidos de cidadania e respeito (FORMIGA, 2013).

Merton (1970) apresentou modos de comportamento dos indivíduos diante de sociedades desiguais, um deles, a conformidade. Para este modo de comportamento não há desvio de conduta, pois o indivíduo almeja alcançar as metas culturais aceitas, ainda que ilegais. Outra forma de adaptação consiste na inovação, que se refere ao perfil de comportamento em harmonia com as metas culturais, entretanto o sujeito rompe com os meios institucionalizados, como o estudo formal e o trabalho. No ritualismo, ele se apresenta desestimulado e desinteressado pelas metas culturais; a evasão, tipicamente anômico, é o modo de comportamento que representa os indivíduos que abandonam as metas e as vias prescritas, pois não há neste modelo de comportamento a identificação com valores e regras sociais; e, por fim o último modo de comportamento é a rebelião, definida pelos sentimentos de revolta e inconformismo, de modo que as metas de vida e os meios divergem daqueles determinados pela cultura e, portanto,

assumem comportamentos desviados, representados pela criminalidade e delinquência (MERTON, 1970).

Embora a delinquência esteja associada ao comportamento transgressor que desrespeita as determinações culturais, o termo antissocial refere-se a não conscientização das normas sociais de modo que o sujeito, apesar de não transgredir leis, causa incômodo por desviar-se do comportamento esperado da sociedade. Nesse sentido, o comportamento antissocial é definido como típico de jovens, que não provoca danos físicos, mas rompe com as leis e regras sociais (FORMIGA, 2013).

A mudança cultural das sociedades capitalistas ocidentais, com repercussão no enfraquecimento do suporte social e familiar e do poder do Estado sobre as imposições das leis e formação de crenças e atitudes desejáveis, tem contribuído para o aumento do individualismo, imediatismo e a autorrealização. A ascensão do individualismo na cultura, atrelada às desigualdades de acesso ao desenvolvimento social, proporciona o surgimento de atitudes antissociais e delinquentes, em especial entre os jovens (FORMIGA; DINIZ, 2011; (FORMIGA, 2013).

Por fim, a alienação advém originalmente das ideias do Materialismo Histórico Dialético de Marx, que se refere ao impacto do capitalismo nas relações sociais e à falta de controle dos seres humanos sobre a própria vida, tornando-os dissociados da sociedade, com sentimentos de impotência e desamparo. Nessa perspectiva, as pessoas organizam as tarefas para a produção de bens e para a sobrevivência, mantendo-se alienadas em seu poder de trabalho, ou seja, trabalham o quanto são exigidas, não usufruem

dos bens produzidos e apenas recebem por parte daquilo que produzem sob forma de salário; são alienadas umas das outras, por meio da competição. Para Marx, a alienação reside na própria alienação da natureza humana, pois se trabalha pelo sustento (GIDDENS; SUTTON, 2016).

A anomia é, portanto, um conjunto de sintomas contemporâneos de sociedades capitalistas doentes e imersas na conjuntura pós-moderna, que estimula os indivíduos ao alcance de metas sociais, ao passo que não instrumentaliza a todos de meios para tal. Surgem, assim, o individualismo presente no sujeito antissocial e a alienação. Entende-se que os sintomas mencionados reiteram a urgência de alternativas para a recuperação da consciência coletiva e de integração social.

### **3. O fenômeno das drogas**

O uso e abuso de substâncias psicoativas é extremamente complexo, decorrente de múltiplas determinações individuais, sociais e ambientais, (SILVA et al., 2013). Ao longo da história, observam-se variados padrões de consumo dessas substâncias com diferentes objetivos (festas, comemorações, cultos religiosos e para o tratamento de doenças). A depender do contexto, o padrão de uso pode se apresentar patológico, provocando prejuízos biológicos, psicológicos e sociais, o que fez com que o uso e abuso de drogas lícitas ou ilícitas passasse a ser considerado, no final do século XX, um grave problema de saúde pública (DUARTE & MORIHISA, 2012; SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Substâncias psicoativas, ou psicotrópicas são aquelas que, quando utilizadas, promovem mudanças na consciência, no humor e na forma de

pensar. Define-se seu uso em três categorias, de acordo com seu estado sociolegal: uso com fins terapêuticos, drogas legais e ilegais. Tal fenômeno impõe-se como uma problemática que alcança proporções globais. O uso está frequentemente associado à necessidade de sociabilidade dos indivíduos, o que contribui para o estreitamento das relações humanas, embora por vezes ocasione dependência que fragiliza as relações interpessoais do indivíduo (CARNEIRO, 2010). Em países em desenvolvimento, o fenômeno comumente está associado à violência e à delinquência (WRIGHT et al., 2009; CURRIE et al., 2012), sobretudo mediante uso de substâncias ilícitas (VAN RYZIN; FOSCO; DISHION, 2012).

Em virtude da relevância, o tema passou então a ser prioritário em conferências nacionais e internacionais e objeto de preocupação para os órgãos governamentais, comunidade e pesquisadores (MALTA et al., 2011a; YOUTH RISK BEHAVIOR SURVEY – YRBS, 2007). Observam-se mudanças nos padrões de atendimento aos usuários, que passou de um modelo intervencionista, para uma assistência focalizada na promoção da saúde com atividades educativas, reflexivas, valorização das relações sociais, familiares e consequente valorização da vida (OLIVEIRA; BITTENCOURT; CARMO, 2010).

Essa mudança recente na abordagem aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas repercutiu na atual estrutura legal brasileira referente ao tema, definida pela Lei 11343/2006. Notam-se, nesta Lei, um posicionamento político mais cauteloso diante do uso, a distinção entre usuários e dependentes de drogas e uma abordagem mais contundente nas ações de prevenção, reinserção social e atenção à saúde àqueles que usam

drogas. Todavia, a repressão à produção e ao tráfico tornou-se mais acirrada (BRASIL, 2006).

Dados epidemiológicos mostram que, em todo o mundo, cerca de 200 milhões de pessoas – quase 5% da população entre 15 e 64 anos – usam drogas ilícitas pelo menos uma vez ao ano. Aproximadamente a metade dos usuários utiliza drogas regularmente, isto é, pelo menos uma vez por mês. No ano de 2014 estimou-se que, em cada 20 indivíduos, um fez uso de alguma substância ilícita, dos quais 10 apresentaram transtorno de abuso e/ou dependência. As drogas mais consumidas mundialmente pela população entre 15 e 64 anos são os produtos da cannabis, a maconha e o haxixe, por 4% da população, enquanto 1% fazem uso de estimulantes do grupo anfetamínico, cocaína e opiáceos (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME., 2016; UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010).

Dos usuários ocasionais de drogas ilícitas, uma pequena parcela assume padrões de uso de risco, podendo se tornar dependente, levando a desfechos negativos como a violência, desajustes familiares e sociais, atraso e abandono escolar (WHEELER, 2010).

No Brasil, alguns fatores estão relacionados ao aumento do uso de drogas ilícitas: popularização do consumo, à intensa urbanização, pauperização da população e aumento das desigualdades sociais. Há que se considerar ainda como fatores de vulnerabilidade a presença do tráfico, ausência de perspectivas de trabalho, de ascensão social e de opções de vida socialmente integradoras, fatores que agravam o desenvolvimento

social, em especial de adolescentes (OLIVEIRA; BITTENCOURT; CARMO, 2010; SANTOS; OLIVEIRA, 2013; SEELKE et al., 2011).

Na adolescência são esperados conflitos, dúvidas, mudanças, distanciamento dos pais e a possibilidade de identificação com novos grupos. Neta fase, por ainda não terem amadurecida a capacidade para reflexão, adolescentes assumem comportamentos e atitudes vulneráveis ao uso e abuso de drogas, por vezes influenciados pelos pares desviantes (OLIVEIRA, BITTENCOURT, CARMO, 2010).

Dados brasileiros evidenciam que 9,0% dos adolescentes escolares do 9º ano do ensino fundamental, em que 9,5% do sexo masculino e 8,5% do sexo feminino, fizeram uso de substâncias ilícitas na vida (IBGE, 2016a). Dados europeus de 2011 também apontam importantes diferenças de gênero entre adolescentes, sendo o sexo masculino mais propenso ao uso e dependência de drogas (HIBELL et al., 2012).

Apesar de dados epidemiológicos e inferências de estudiosos citados anteriormente, não há determinação social única para o uso de drogas e dependência, por ser um fenômeno permeado por fatores capazes de interferir no percurso do desenvolvimento, promovendo o acesso e estímulo ao uso. Entretanto, alguns aspectos podem contribuir para a vulnerabilidade desses indivíduos, como a inabilidade de enfrentamento às adversidades, comportamentos transgressores, estímulo de pares, atitudes antissociais, uso precoce de substâncias lícitas, conjuntura familiar enfraquecida, educação permissiva, uso de drogas na família, em especial pelos pais, falta de integração em atividades escolares, necessidade de integração social e,

ainda, de autoestima e independência (CARLINI et al., 2010; MAURINA et al., 2012; UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME., 2016).

Segundo Pedrosa et al. (2016), a vulnerabilidade de adolescentes e jovens ao uso de drogas está associada às características próprias do período vital, momento em que há construção dos vínculos sociais e afastamento da família.

A família, no contexto do desenvolvimento social, representa a sociabilidade primária dos adolescentes e jovens e, portanto, cabe a ela oferecer o apoio na formação do sujeito, a fim de subsidiar percepções, comportamentos em prol da superação das limitações cotidianas, como a violência e o uso de drogas. A sociedade, neste contexto, cumpre o papel de inserir secundariamente o sujeito nas relações sociais, em especial pelo vínculo laboral e estudo. Entretanto, uma vez que não há o suporte necessário, a vulnerabilidade de adolescentes e jovens se agrava, em especial quando acrescida da violência e do uso de drogas (PEDROSA et al., 2016). Consequentemente a imersão no fenômeno subjugua os adolescentes à violência, ao sexo desprotegido, à promiscuidade, à iniciação sexual precoce, às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e à gravidez precoce e/ou indesejada (MACHADO et al., 2010), situações que favorecem o aumento da morbidade e mortalidade com danos familiares e comunitários (OLIVEIRA, BITTENCOURT, CARMO, 2010; GIACOMOZZI, 2012).

Em contrapartida aos fatores de vulnerabilidade ao uso de drogas, para Van Ryzin, Foscoa & Dishiona (2012) a relação familiar saudável e o interesse dos pais pelas atividades cotidianas dos adolescentes são

benéficos para escolhas assertivas e comportamentos de vida saudáveis (MAURINA et al., 2012).

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE (IBGE, 2009) reitera as informações anteriores e a relevância de novos estudos e métodos de atenção, promovidos pela ciência e por serviços que, embasados em conhecimento especializado, atendam às necessidades emergentes.

Com isso, evidencia-se a importância de ações e estudos que visem à compreensão do fenômeno das drogas na adolescência e esbocem meios para a construção de abordagens preventivas ao uso de drogas a esse público, uma vez que essa prática tem potencial de perpetuação para a vida adulta (CARLINI et al., 2010; MALTA et al., 2011b; VAN RYZIN; FOSCO; DISHION, 2012).

Assim, o desafio para as ações direcionadas ao público adolescente reside na formulação e implementação de estratégias intersetoriais, com ênfase na saúde, educação e assistência social, para que, com efetividade, contribuam com a prevenção do uso de drogas, sem interferir nas experiências próprias da adolescência (HARPER et al., 2009).

Nesse contexto, o apoio de instituições como a universidade e organizações não governamentais, favoráveis às estratégias de prevenção, é fundamental para promoção de ações que, por meio da compreensão dos fenômenos perturbadores do desenvolvimento do adolescente, sejam disseminadoras de intervenções que associem informação à mudança de comportamento.

Por fim, é imprescindível que as intervenções ocorram em momentos oportunos, a fim de evitar o caminho da dependência às drogas. Esta prevenção pode ser facilitada pelo apoio da família, de pares, comunidade, religião, além da própria atitude da pessoa (PEDROSA et al., 2016).

#### **4. Violência e o impacto sobre a saúde e desenvolvimento do adolescente**

O termo violência, originário do latim, pode ser entendido como tudo que age usando a força: contra a natureza de um ser; contra a vontade e liberdade de outro sujeito, conduzindo-o a apresentar um comportamento pessoal incomum, contrário a si próprio, causando-lhe danos irreparáveis, caracterizados por coação, constrangimentos, torturas, brutalidade e agressão física e/ou psíquica contra alguém. Objetivamente, a violência encontra-se em tudo que reduz os indivíduos e esses sentidos que adjetivam as relações interpessoais e sociais (CHAUÍ, 2000; 2011).

No processo de evolução humana, a violência possui espaço no interior da consciência e na subjetividade dos indivíduos, algo que se tornou inerente à condição humana, o que a torna um fenômeno mutante, de múltiplas faces, distinto entre épocas, locais e circunstâncias, dinâmico, complexo e controverso. Isso exige do observador um esforço para compreendê-la (DOMENACH, 1981; MINAYO, 2006; MINAYO; SOUZA, 2011; ZIZEK, 2014).

No decorrer da história, as formas e os meios para controlar, evitar ou diminuir a violência possuem destaque. Nesse sentido, foram instituídos conjuntos de valores normativos, ou seja, padrões de comportamentos

sociais para assegurar a manutenção do grupo social e de seus membros (CHAUÍ, 2000; 2011).

No entanto, tais normas sociais, que objetivam conter e minimizar a violência por meio de ações e comportamentos humanos, reproduzem outra face da violência na medida em que reduzem o homem à condição de coisa e o destituem da liberdade, autonomia e racionalidade. Assim, a ética, característica intrínseca ao sujeito racional, livre e responsável, é ferida diante da negação da racionalidade, liberdade e responsabilidade. Portanto, poder-se-ia afirmar que a violência e a ética são opostas. Como exemplo, o indivíduo gerador de violência é aquele que não controla seus impulsos, suas inclinações e paixões e, portanto, não exerce sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. Encontra-se na passividade, contrário ao sujeito autônomo, que é capaz de refletir sobre suas ações, controla suas inclinações e recusa a violência contra si e contra os outros (CHAUÍ, 2000; 2011).

A “violência” pode ainda ser abordada como denominação do que se atribui a atos, palavras ou confere a um ato, uma palavra, uma circunstância, quando, por exemplo, um indivíduo é reduzido à condição de objeto, situação em que lhe são negados os direitos à dignidade como ser social e insubstituível. Desse modo, torna-se o contrário da educação, ato humano que contribui para a formação do indivíduo como parte da sociedade (CHARLOT, 2005).

No campo epidemiológico, o fenômeno em questão contribui para distúrbios ao longo da vida e mortes precoces, o que afeta, em especial, mulheres, crianças e idosos. Segundo a Organização Mundial de Saúde

(WHO, 2014), um quarto de todos os adultos já sofreu abuso físico quando criança, uma em cada cinco mulheres já foi abusada sexualmente na infância, e uma em cada três mulheres sofreu, sofre ou irá sofrer violência física ou sexual por parte do parceiro em algum momento da vida.

Esses dados elevam a violência a um campo de estudo diversificado e não puramente da área da saúde. Pelas repercussões impostas pelo fenômeno, tornou-se um imperativo para as políticas públicas, pois envolve a saúde, as condições de vida e integração social, as situações e o estilo de vida (MINAYO, 2006). Portanto, é fácil constatar que exerce forte pressão sobre os sistemas de saúde, justiça, serviços sociais e sistemas econômicos das comunidades, em especial nos contextos de maior desigualdade social (WHO, 2014).

Para Hanna Arendt, (2016), a violência foi historicamente negligenciada em estudos, segundo a autora em parte por ser algo corriqueiro e óbvio para grande parte dos estudiosos. Entretanto, ressalta que devemos observar quando presente na política e economia, em um processo que geralmente precede a violência visível.

Tal processo foi descrito por Minayo (2006) como a consequência da reestruturação produtiva, da exacerbação da acumulação capitalista e da fragilidade de ações sociais e governamentais de integração social, que elevam as proporções de desempregados em populações mais excluídas e periféricas. Trata-se de uma condição que afeta, sobretudo, adolescentes e jovens, etapa da vida em que estão exacerbadas as expectativas e as expressões de revolta, de rebeldia e violência.

Essa situação está expressa, por exemplo, nas taxas de desocupação (ou desemprego aberto medido pela percentagem de pessoas desocupadas em relação àquelas economicamente ativas) entre adolescentes brasileiros. No ano de 2013, esta taxa chegou a 28,9% no Brasil, entre pessoas com 14 e 17 anos, e a 27,6% na Região Centro-Oeste. Se considerados jovens de 18 a 24 anos, o índice foi de 19,4%, o que demonstra patamar elevado em relação à média total de 9,0% (IBGE, 2015; 2016).

Este comportamento foi verificado tanto para o Brasil, quanto para as cinco Grandes Regiões (IBGE, 2015; 2016). A respeito do reflexo das crises da sociedade moderna sobre a população de adolescentes e jovens Hanna Arendt assinalou:

“Aquilo que são ‘problemas’ para nós está ‘embutido na carne e no sangue dos jovens’. [...] Aquilo com que nos defrontamos é uma geração que de forma alguma está segura de ter um futuro” (ARENDR, 2016. p33).

Os atos e eventos violentos, comumente, estão relacionados a conflitos de autoridade, enfrentamentos pelo poder, domínio e aniquilamento do outro. O poder e a violência são fenômenos opostos, em que um possui domínio absoluto, e o outro se encontra ausente. Portanto, onde há violência, tanto em atos aceitos quanto condenados, lícitos ou ilícitos, amparada em normas sociais, culturais, ou por aparatos legais, o poder está enfraquecido. Sob uma visão política, a perda do poder leva ao impulso pelo uso da violência (ARENDR, 2016; MINAYO; SOUZA, 2011).

Para Arendt (2016), a violência se aproxima da compreensão de vigor, conceito que designa algo individual, seja pertencente a um objeto ou

humano, que pode se impor nas relações entre coisas ou pessoas. Desse modo, utiliza-se de instrumentais e mecanismos distintos para ampliar o vigor humano e proporcionar os meios justificáveis para o alcance do objetivo almejado. Porém, nunca será legítima.

Para Zizek (2014), há que se distinguir agressão de violência, pois a primeira faz parte do processo de vida e do desenvolvimento da humanidade. Do ponto de vista terminológico, agressão deve ser entendida como uma força da vida, algo que promove o desenvolvimento e a evolução, enquanto a “violência” é uma “força da morte”, presente no abuso que perturba o desenvolvimento natural das relações sociais, mesmo que em diferentes níveis da camada social.

Ainda segundo o autor, a violência diferencia-se em “subjetiva” e “objetiva”. Para ele, a violência percebida facilmente, cujo agente causador é identificado, exemplificada nos crimes, confrontos civis, assim como no terror noticiado diariamente, intitula-se “subjetiva” (ZIZEK, 2014).

Este tipo foi responsável, no ano de 2012, por 475.000 mortes decorrentes de homicídio, constituindo-se a terceira principal causa de mortes em homens, principal grupo afetado, com idades entre 15 e 44 anos. Nesse cenário, os países de baixa e média renda das Américas apresentam o maior índice de homicídios no mundo: 28,5 por 100.000 habitantes. Contudo, as mortes representam apenas uma pequena parcela do ônus social associado à violência, de modo que sua análise requer ir além desses casos aparentes e compreender a violência consequente do funcionamento regular dos sistemas econômico e político: a violência intitulada por Zizek (2014) de objetiva (ZIZEK, 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014).

A violência observada e vivenciada nos grandes centros urbanos impõe-se como condição necessária e inerente à manutenção da violência silenciosa presente, por exemplo, na corrupção e na ilegalidade. A conjuntura criminal presente no capitalismo é construída em redes complexas, globalizadas e, ao mesmo tempo, capilarizadas nas comunidades e na cultura, refletidas em organizações criminosas, como as do tráfico de drogas. Essas são capazes de movimentar rapidamente capital financeiro, mercadorias e pessoas, da mesma forma que o restante da sociedade se apropria dos benefícios da globalização, do avanço tecnológico e da comunicação para a produção de riqueza, o que, por sua vez, reproduz a mesma violência subjetiva (MINAYO; SOUZA, 2011).

A violência objetiva é inerente à condição normal da conjuntura social e econômica; invisível, sustenta a normalidade contra algo considerado subjetivamente violento. Divide-se em dois outros tipos: violência “simbólica”, presente na linguagem e em suas formas, expressa não somente nas relações de dominação social, mas profundamente enraizada na linguagem e na imposição de certo universo de sentido; e violência “sistêmica”, que consiste nas consequências do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político que, por vezes, são desastrosas (ZIZEK, 2014).

Ambas as formas, subjetiva e objetiva, não podem ser analisadas do mesmo ponto de observação. Enquanto a primeira é vivenciada e compreendida como uma perturbação do estado normal das coisas e se coloca contra uma realidade utópica de não violência, a forma objetiva do fenômeno faz uso da normalidade, se faz invisível e se opõe contra o que

percebemos subjetivamente como violento. Portanto, não há meios de ignorá-la, pois se pretendemos compreender os comportamentos de violência aparente, é imprescindível que a consideremos (ZIZEK, 2014).

Pontuamos que Zizek para a formulação de conceitos sobre a violência utiliza-se do conceito de violência simbólica, formulada por Bourdieu, que a define como resultante do poder simbólico presente nos instrumentos estruturantes da comunicação e do conhecimento, e que cumprem a função política de dominação e imposição de uma classe sobre a outra (BOURDIEU, 1989).

O grande entrave na abordagem ampliada da violência reside em nos afastarmos do aparente e percebermos o pano de fundo, a violência subjetiva e sistêmica, inerente ao sistema político econômico global que perpetua as diferenças entre classes. Evidenciam-se movimentos de direita que promovem a tolerância e oposição a todas as formas de violência, a saber: física (extermínio e atos de terrorismo) e ideológica (racismo, sexismo e homofobia). Desse modo, desviam a atenção do que engendra a violência mundial, enquanto mascaram a violência objetiva e simbólica, promovida pela macropolítica socioeconômica mundial (ZIZEK, 2014).

Sobre a violência objetiva e o capitalismo Zizek (2014) pontua:

[...] não podemos compreender adequadamente a primeira (a realidade social de produção material e interação social) sem a segunda: é a dança metafísica autopropulsiva do capital que dirige o espetáculo, que fornece a chave dos desenvolvimentos e das catástrofes que têm lugar na vida real. É aí que reside a violência fundamental do capitalismo, [...] essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às más intenções, mas é puramente “objetiva”, sistêmica, anônima. (Zizek, 2014; p 26)

Para Balibar (2009), há, no contexto da violência extrema, dois eixos: a violência “ultraobjetiva” e a “ultrassubjetiva”. Enquanto a primeira é

própria das condições sociais do capitalismo que cria indivíduos excluídos e dispensáveis, reduzindo as pessoas à condição de coisas, a segunda torna indivíduos e comunidades submersas na ilusão do poder executores de um plano para liquidar as forças do mal (BALIBAR, 2009).

A percepção negativa da violência ultrassubjetiva (BALIBAR, 2009) ou subjetiva (ZIZEK, 2014) por parte da sociedade reflete o seu grau de desenvolvimento. Essa compreensão está associada ao espírito democrático que permite aos cidadãos a compreensão de direitos ao passo que a violência se torna expressão das formas ilegítimas de dominação - físicas, morais ou políticas (MINAYO, 2006).

Na realidade desigual brasileira, a violência nasce da limitação dos indivíduos em concretizar as expectativas, experimentar o poder de aquisição e participação da conjuntura econômica, e, por fim, da impossibilidade da sociedade em satisfazê-las. Assim, é influenciada pelas desigualdades sociais e pelo perfil de mercado neoliberal, que causa exclusão social. Consequentemente, leva as comunidades a atividades ilícitas, como o tráfico, e a ações terroristas, geradoras de violência (MINAYO, 2006; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014).

A realidade presente em sociedades desiguais e desequilibradas promove a discussão de duas ideologias opostas: uma em prol da violência e outra que busca restituir a lei. Quanto maior o desequilíbrio, maior o risco de usar a violência, contudo, não a utilizar não produz outro caminho senão um ciclo vicioso do fenômeno (ARENDR, 2016).

Na atualidade, a biopolítica objetiva a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas, que se tornou uma maneira de mobilizar as

peças por meio do medo, ainda que de outro indivíduo de classe social comumente mais desfavorecida. Isto produziu moldes, por meio dos quais esse “outro” passou a ser objeto de medo, na medida em que sua presença fosse intrusiva, fato que remete, em primeira instância, à intolerância entre classes sociais (ZIZEK, 2014).

Na perspectiva da biopolítica há a desvalorização da vida humana, de modo que os indivíduos são destituídos de direitos, e por outro lado, a consideração pelo “outro vulnerável”. Para Zizek (2014), a existência dessas duas correntes nas sociedades capitalistas contemporâneas está intrinsecamente ligada à recusa subentendida de qualquer tipo de causa ideológica. Por fim, a biopolítica produz a ideologia que anseia pelo respeito ao “outro vulnerável”, mas aceita justificativa para tortura e destituição de direitos básicos das pessoas, como a própria vida.

## **5. Adolescência na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano**

O estudo do desenvolvimento humano ganhou força em meados da segunda metade do século XX, período em que as teorias da psicologia do desenvolvimento se ocupavam em traçar parâmetros ou padrões que explicassem o que, como e por quais motivos as mudanças ocorriam no decorrer da infância e juventude. O desenvolvimento humano foi disposto em estágios evolutivos, com ênfase nos aspectos orgânicos, motores, cognitivos, afetivos, sexuais, morais, sociais, históricos e culturais (ASPESI; DESSEN; CHAGAS, 2008). Nessa conjuntura surgiu o Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano (MEDH), proposto por Urie Bronfenbrenner (SANTOS; COSTA; LEÃO, 2015), para quem o desenvolvimento humano

sobrevinha da interação entre os processos que ocorriam com base nas características pessoais, do contexto de vida, e da temporariedade.

No entanto, ao final do século XX, Bronfenbrenner reconheceu uma fragilidade na sua teoria, visto que não incluía alguns fatores estruturais e funcionais dos indivíduos, como os aspectos biológicos, psicológicos e comportamentais. Assim, o autor e seus colaboradores trabalharam durante uma década para integrar outras esferas do sistema do desenvolvimento humano - a biologia, a psicologia e o comportamento - ao modelo, cuja denominação recebeu um novo termo: “Bioecológico” (LERNER, 2015).

Na Teoria Bioecológica o desenvolvimento é definido como:

O fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano, por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo (BRONFENBRENNER, 2015, pp 43).

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano fundamenta-se no “Modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT). Esse modelo origina-se do estudo de Bronfenbrenner (1977), que interliga esses quatro componentes. Primeiramente, o processo de desenvolvimento envolve a fusão e a dinâmica da relação entre o indivíduo e o contexto, seguidas pela pessoa, com seu repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais. O contexto é definido como níveis ou sistemas entrelaçados da ecologia do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1977;1979). Por fim, o tempo, conceituado como tempo familiar e histórico, constitui o cronossistema que modera as mudanças no decorrer do ciclo da vida.

Três importantes aspectos da TBDH devem ser ressaltados. Primeiro, o desenvolvimento promove mudanças permanentes nas características das pessoas que têm continuidade no tempo e espaço; essas mudanças ocorrem por meio da percepção e ação dos indivíduos. Por último, cada um dos domínios tem uma estrutura semelhante aos quatro níveis do meio ambiente ecológico: microsistema, exossistema, macrossistema e cronossistema (BRONFENBRENNER, 2002).

Juntos, esses quatro elementos, processo-pessoa-contexto-tempo, constituem a Teoria de Bronfenbrenner, que viabilizou conceituações do desenvolvimento integrado, assim como delineamentos de pesquisas que estudassem o curso do desenvolvimento humano (LERNER, 2015).

No modelo, o processo representa o principal eixo. Esse componente associa-se às formas de interação dos indivíduos com o ambiente, intituladas processos proximais, que acontecem ao longo do tempo e determinam o desenvolvimento humano. Entretanto, a força do processo pode variar em função das características da pessoa em desenvolvimento, do contexto e do tempo em que ocorre. Desse modo, para que as interações do indivíduo sejam eficazes, devem acontecer por um longo período de tempo e com frequência. Dependendo do tempo, frequência, interrupção ou estabilidade da exposição, podem produzir resultados negativos como dificuldades e disfunções, ou positivos representados pelo desenvolvimento de competências (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006; LERNER, 2015).

A Pessoa é o segundo elemento do modelo e envolve as propriedades biológicas e psicológicas, caracterizadas por força, recursos e demandas. A força diz respeito ao comportamento que possibilita iniciar e

manter os processos proximais que levam ao desenvolvimento de competências ou disfunções. Os recursos são compostos por propriedades biopsicológicas passivas e ativas que estimulam a capacidade do indivíduo de alcançar a interação com o ambiente no decorrer do desenvolvimento. Já as demandas são características individuais que instigam ou não as reações no ambiente social, proporcionando ou não processos proximais (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006).

Para o autor, há três importantes características da Pessoa que modelam o desenvolvimento futuro. A primeira, denominada disposições, aciona e sustenta os processos proximais em um domínio do desenvolvimento. A segunda envolve os aspectos bioecológicos de capacidade, experiência, conhecimento e habilidades necessários aos processos proximais. Por fim, a característica “demanda” estimula ou inibe reações do contexto social capazes de promover ou interromper a operação dos processos proximais. As diferenciações dessas três características conduzem a novos ajustes na estrutura da Pessoa e podem explicar as diferenças na direção e força dos processos proximais resultantes, assim como seus efeitos no desenvolvimento (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006).

O contexto, ou ambiente ecológico, diz respeito aos locais onde ocorre o desenvolvimento, influenciando-o direta ou indiretamente. Trata-se de um elemento complexo do modelo que agrega constituintes histórico-culturais, físicos, sociais, políticos e econômicos, presentes em determinado contexto local e temporal, e ainda o modo como o indivíduo experimenta as relações interpessoais. Esse elemento é composto por sistemas agrupados

e interdependentes: microsistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema (BRONFENBRENNER, 2002; (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006).

Define-se microsistema como um complexo de inter-relações no ambiente imediato, caracterizado pelas interações diretas com pessoas e objetos; com as conexões com outras pessoas presentes no ambiente; pela natureza desses vínculos e a influência indireta sobre a pessoa em desenvolvimento; pelo conjunto de papéis e atividades vivenciados pelo indivíduo. Mais tardiamente, ainda no desenvolvimento da teoria que requereu 60 anos de estudos, Bronfenbrenner incluiu ao conceito de microsistema as características biopsicossociais da pessoa e, com isso, as relações acontecem em um ambiente determinado pelas particularidades físicas, sociais e simbólicas, que estimulem, permitam ou impeçam o envolvimento do sujeito. Foram também incluídas nesta definição as interações da pessoa com o mundo de símbolos e da linguagem, nomeado sistema semiótico, importante na concepção da formulação de intenções, objetivos e ações (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006; LERNER, 2015).

Segundo a estrutura do contexto proposta pelo autor, o mesossistema é o conjunto de microsistemas que formam nichos de desenvolvimento, dos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente em determinando período (BRONFENBRENNER, 2002; LERNER, 2015).

Para Bronfenbrenner, o exossistema tratava-se de uma extensão do mesossistema; refere-se a ambientes que não envolvem diretamente o sujeito em desenvolvimento, mas abrigam eventos capazes de interferir ou que acompanham os ambientes imediatos nos quais o sujeito em

desenvolvimento se encontra, por exemplo o trabalho dos pais da criança ou do adolescente, as decisões comunitárias e escolares que não necessitam da interação direta com a criança ou o adolescente, mas são capazes de afetá-los (BRONFENBRENNER, 2002; LERNER, 2015).

Finalmente o macrosistema é o nível que integra e influencia todos os demais do modelo bioecológico. Refere-se ao modo como os eventos influenciam e são influenciados pelas ações e consequências no processo de desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida. Pertencem a esse nível a conjuntura político-social e a cultura de um determinado local, igualmente capazes de interferir na vida do adolescente e de sua família (BRONFENBRENNER, 2002; LERNER, 2015).

O tempo é o quarto e último elemento do modelo bioecológico, recebendo igualmente a última reformulação da Teoria ao final do século XX. Na modelo reformulado, encontra-se dividido em três níveis sucessivos: o microtempo, que se refere à continuidade ou descontinuidade dos eventos vivenciados nos processos proximais; o mesotempo, que trata da periodicidade com que os eventos ocorrem; e o macrotempo, que focaliza expectativas e eventos em mudança nos contextos socioeconômicos, políticos e culturais, tanto em uma única geração quanto em diversas (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006; LERNER, 2015).

Assim, para o autor, o desenvolvimento humano se estabelece em processos que acontecem entre a pessoa em desenvolvimento e o contexto no decorrer do tempo e com progresso de complexidade. O contexto ou ambiente é representado pelas demais pessoas do convívio, objetos e símbolos que interagem progressivamente (BRONFENBRENNER, 2002).

Portanto, durante o desenvolvimento, a pessoa adquire uma visão mais ampliada, distinta sobre o ambiente, potencializada pelas interações mútuas entre os indivíduos com as propriedades físicas, sociais e culturais de determinado tempo e contexto. Assim, os indivíduos tornam-se preparados para se inserir em atividades que permitem manter ou transformar o ambiente por meio de suas habilidades (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006).

Válido ainda discorrer sobre algumas proposições da Teoria. A primeira delas, considerada chave, postula que o desenvolvimento humano decorre dos processos de interação recíproca, com complexidade progressiva entre um sujeito e o contexto representado por pessoas, objetos e símbolos existentes no seu ambiente imediato. Para ser eficaz, a mútua influência deve advir de uma base estável, em períodos de tempo prolongados. Esses padrões duradouros de interação no contexto imediato são denominados processos proximais, como a amamentação do bebê, brincadeiras na infância, aprendizagem de habilidades para a solução de problemas, cuidado de pessoas doentes, execução de tarefas mais complexas e aquisição de experiência (BRONFENBRENNER, 2015).

Uma segunda proposição da Teoria aponta que a forma, a força, o conteúdo, a direção e o contexto dos processos proximais são fatores capazes de influenciar o desenvolvimento, passível de variações de acordo com as características do sujeito em desenvolvimento. Ainda, os resultados do desenvolvimento e os seguimentos dos processos, ou as mudanças que ocorrem no decorrer da vida, são igualmente relacionados ao desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2015).

O referido modelo de estudo do desenvolvimento tem contribuído para que a adolescência não seja compreendida apenas como uma “fase tempestuosa e instável”, pois possibilita um entendimento positivo de como os adolescentes estão dispostos e influenciam nos contextos e como esses contextos são capazes de, reciprocamente, influenciar o seu desenvolvimento (SENNA; DESSEN, 2012).

Na adolescência, o principal microssistema do desenvolvimento é a família, responsável pelas interações e experiências mais significativas. É ela quem direciona o adolescente a compreender os valores sociais básicos, atribui os primeiros papéis sociais e promove o desenvolvimento de competências. No contexto familiar ocorrem práticas educativas, o exercício de construção de argumentos e a expressão de opiniões (BRONFENBRENNER, 2002).

Com o fluir do tempo, outros microssistemas passam a integrar o contexto do adolescente, como praças, escola, clubes e outros instrumentos sociais, que o permitem ampliar suas relações interpessoais. Assim, as relações mantidas entre ele, a família e os demais contextos constituem o mesossistema (BRONFENBRENNER, 2002).

O entendimento do desenvolvimento da adolescência na perspectiva do modelo Bioecológico possibilita a profissionais, estudiosos, famílias e comunidade a compreensão do processo de adolecer para além dos conceitos atuais, que definem essa fase como de transição, conflituosa e intempestiva.

Os resultados de estudos da inserção do indivíduo nos tecidos sociais legitimam a perspectiva de que o desenvolvimento humano é capaz de

modificar o ambiente ecológico da vida. Com isso, alcança-se um dos objetivos mais amplos da teoria: o de propor bases científicas capazes de influenciar o planejamento de políticas públicas que atuem sobre fatores emergentes perturbadores do desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2015).

## **6. A adolescência e a vulnerabilidade social**

O termo vulnerabilidade social no mundo do trabalho surgiu após análises das mudanças vivenciadas no fim do século XX que comprometeram a esfera do trabalho. Tais mudanças ocorreram no aspecto do desenvolvimento econômico e social após a segunda grande guerra mundial e afetaram a tecnologia, o comércio internacional, a reestruturação produtiva e a renovação dos métodos de concorrência empresarial. Com isso, impulsionaram uma nova organização capitalista global, o que culminou com o perfil de instabilidade e retrocesso econômico e motivou a reestruturação dos serviços e indústrias (DIEESE, 2007).

Assim como no mundo do trabalho, o conceito de vulnerabilidade ganhou enfoque nas ciências biomédicas e ambientais (MARTIN, 2013). Robert Castel, em seus estudos na última década do século XX, envidou esforços para compreender a fragilidade dos vínculos sociais propondo dimensionar a presença, cada vez maior e mais importante, de pessoas expostas a situações de flutuação na estrutura social (CASTEL, 2010).

As causas primárias das situações de fragilidade dos vínculos sociais dos indivíduos perpassam por dois eixos, o do trabalho e da inserção relacional e de sociabilidade dos indivíduos. Os eixos se relacionam e

compensam mutuamente as limitações. No eixo da inserção relacional o sujeito é amparado pelas relações familiares, comunitárias e institucionais. No eixo do trabalho, o indivíduo vincula-se a alguma atividade laboral, formal ou informal, o que permite estabelecer conexões sociais que o integram dentro da estrutura social. Ao passo que o sujeito apresente vínculos frágeis ou desconexos com o eixo do trabalho e/ou da inserção relacional, este se encontrará em vulnerabilidade social. Do contrário, as forças das relações sociais e a estabilidade no trabalho integram o sujeito na sociedade (CASTEL, 2010; GONTIJO; MEDEIROS, 2009)

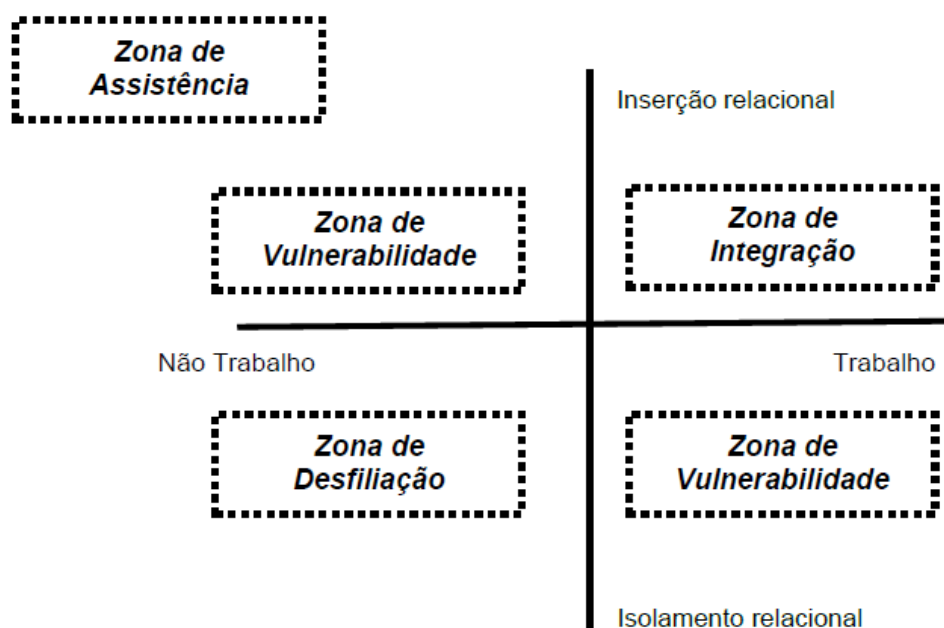
Fatores como mobilidade, jornada de trabalho e capacidade individual de enfrentamento das dificuldades são reflexos das sociedades contemporâneas, provocados pelo desgaste dos aparelhos de proteção social. Deste modo, a insegurança social ou vulnerabilidade passou a ser característica fortemente presente na sociedade moderna, como um horizonte invencível para o sujeito moderno, representados pelos desempregados, moradores de subúrbios pobres, jovens desempregados, beneficiários da renda mínima e do subemprego (CASTEL, 2005, 2010a).

Assim, Castel trabalhou conceitos direcionados às condições vividas por indivíduos e grupos marginais ou marginalizados, tal como a vulnerabilidade, a desfiliação, a invalidação social, a desvantagem. Por sua teoria tornou-se um visionário ao relacionar teoricamente o termo vulnerabilidade aos estudos sobre a sociedade do trabalho (CASTEL, 1994; MARTIN, 2013).

Nessa perspectiva, as principais esferas da vida contemporânea encontram-se em quatro zonas: a zona de integração, representada pelas

pessoas bem integradas ao mercado de trabalho; a de assistência, que reúne pessoas inseridas no mercado de trabalho, contudo integradas em uma rede de assistência; a de desfiliação, na qual os indivíduos se encontram distantes do mercado de trabalho, isolados e sem apoio social; por último, a zona de vulnerabilidade - espaço em que os indivíduos se encontram em situação de fragilidade, representada por laços enfraquecidos com os mecanismos sociais de integração e as ligações familiares (CASTEL, 2010). As zonas e eixos de trabalho e inserção relacional estão representados na Figura 1.

**Figura 1** – Interação entre os eixos do trabalho e da inserção relacional



Fonte: Elaborado por Pedrosa (2016), Gontijo & Medeiros (2009).

Para Castel (1994), a vulnerabilidade representa uma zona plástica, caracterizada por fragilidades econômicas e sociais de um determinado contexto social, entre o indivíduo e a sociedade. Essa “zona”, segundo o autor, precede a condição de desfiliação, ou seja, a completa ruptura dos vínculos, entre o indivíduo e a sociedade, permeados pelo trabalho. Os

indivíduos que se encontram em vulnerabilidade recebem, por vezes, recebem auxílio social por meio de instrumentos governamentais, como saúde, educação e assistência social, devido à impossibilidade de trabalho (CASTEL, 1994).

Nos países em desenvolvimento, como na América Latina, as consequências do neoliberalismo impuseram, nos anos 1980 e 1990, baixo crescimento, estagnação ou retrocessos econômicos, abertura financeira ao mercado internacional, privatização, terceirização e redução do papel do Estado, o que resultou em aumento expressivo do trabalho informal, baixos salários, fragilidade dos vínculos empregatícios e da remuneração e redução significativa dos direitos trabalhistas e sociais. Além disso, contribuiu de modo significativo para a precarização do trabalho (DIEESE, 2007).

No estudo das vulnerabilidades é fundamental que o pesquisador atente não só para os determinantes de fragilidade aos quais os indivíduos e grupos estão expostos no decorrer do tempo, mas, também, ao modo como percebem ou não os recursos sociais, materiais e públicos capazes de protegê-los contra os efeitos negativos dos fenômenos que ameaçam as populações (MARTIN, 2013).

Assim, o uso do termo vulnerabilidade permite aos investigadores de diferentes linhas de pesquisa lidar com populações específicas, tais como adolescentes, idosos, doentes ou populações subjugadas a um estado social marcado por fragilidades econômicas e estruturais, por exemplo, desempregados e desabrigados (BRODIEZ-DOLINO, 2013).

Nesse contexto, a população juvenil apresenta vulnerabilidade relacionada a algumas características: incipiência da garantia dos direitos e

oportunidades de educação, saúde e proteção social, iniciação no fenômeno das drogas, violência, situação de rua e trabalho precoce (MALVASI, 2008).

Em países latino-americanos, as crises socioeconômicas provocaram o surgimento de comunidades sociais vulneráveis, sendo os adolescentes um importante grupo, em especial aqueles em condições de fragilidade econômica e social, desigualdades de renda, raciais, de gênero, sujeitos à violência, à incipiência de políticas públicas, ao desemprego e subemprego nas regiões periféricas e marginalizadas das grandes metrópoles (COSTA, 2012). A vulnerabilidade, nesses contextos, reflete as fragilidades das políticas públicas destinadas a esta população (MORATILLA-OLVERA; TARACENA-RUIZ, 2012; BRODIEZ-DOLINO, 2013).

## **7. Pressupostos do estudo**

Acreditamos que os adolescentes estão expostos a vários fatores sociais e comunitários, presentes nos diversos ambientes do desenvolvimento social, que podem configurar um caminho para a vulnerabilidade social e a desfiliação. Tais fatores são: a fragilidade da estrutura familiar e o contexto de pobreza e marginalização, os quais os impulsionam para o uso e tráfico de drogas. Este último representa, para os adolescentes, uma via de escape para os sofrimentos cotidianos.

Portanto, os fatores mencionados podem ser determinantes do desenvolvimento social do adolescente, a ponto de interferir na sua inserção relacional com a escola e demais equipamentos de proteção.

TERCEIRO CAPÍTULO  
**METODOLOGIA**

---

## 1. Metodologia

Para atender aos objetivos de pesquisa optamos por utilizar a *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada nos Dados – TFD – de abordagem construtivista (CHARMAZ, 2009). A TFD surgiu em meados do século XX, fruto da colaboração de dois pesquisadores sociólogos norte-americanos, Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss. Eles se uniram e, em seus estudos sobre o processo de morte em hospitais, realizaram análises teóricas dos dados (CHARMAZ, 2009).

Em um processo de compartilhamento de anotações de campo e observações prévias, os pesquisadores construíram suas análises sobre o processo de morte. Juntos, desenvolveram ainda estratégias metodológicas e as articularam para defender o desenvolvimento de teorias com base em pesquisas fundamentadas em dados, ao contrário da verificação de hipóteses analisáveis por meio de teorias preexistentes (CHARMAZ, 2009).

A TFD guiou o processo de coleta e análise dos dados com a finalidade de levar à compreensão da vulnerabilidade social presente no universo adolescente. Este método de condução da pesquisa aproxima o investigador do fenômeno, para que sejam extraídas as percepções, ou significados, atribuídos pelos participantes a um contexto ou objeto. Desta forma, como produtos dessa interação, surgem novos conhecimentos que proporcionam a compreensão e orientação para as intervenções (CHARMAZ, 2009; STRAUSS; CORBIN, 2008).

Conforme Pestana (2011), a TFD intenciona construir um modelo conceitual que explique um fenômeno com base no desenvolvimento e na

inter-relação de conceitos (PESTANA, 2011). Esse modelo emerge de dados obtidos por meio de observações, interações com os participantes e demais materiais reunidos no processo, direcionados sistematicamente pela análise intuitiva e dedutiva das experiências e eventos empíricos. Fundamenta-se em diretrizes que indicam ao pesquisador a forma de conduzir, controlar e organizar os dados do estudo (CHARMAZ, 2009).

Assim, as diretrizes da TFD auxiliam o pesquisador na percepção dos dados sob uma nova perspectiva e na exploração das ideias acompanhada de uma redação analítica desde o início do processo de coleta. Desse modo, os dados tornam-se a própria base da teoria, consolidados em categorias conceituais que sustentarão o modelo conceitual (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

A “amostragem teórica” é uma estratégia que propõe reunir dados pertinentes e relevantes que contribuam para elaboração e refinamento das categorias da teoria emergente, processo em que a amostra é construída. O pesquisador, nesta dinâmica, coleta, codifica e analisa seus dados simultaneamente à coleta, decidindo quais outros deverão ser coletados na etapa subsequente, em um movimento que direciona o desenvolvimento da teoria. A saturação da amostragem teórica ocorrerá quando, na dinâmica de coleta e análise, não forem observados novos dados que contribuam para a construção da teoria (PESTANA, 2011).

A codificação qualitativa na TFD inicia-se com os primeiros dados em um processo de separação, classificação e sintetização. A codificação atribui significados representativos a cada segmento, o que permite ao pesquisador

estabelecer comparações com outros segmentos de dados, com ênfase no que ocorre na cena e no momento da codificação (CHARMAZ, 2009).

O pesquisador, a cada coleta e análise, redige anotações analíticas preliminares sobre os códigos e as comparações, assim como novas análises. Essas anotações são chamadas de memorandos. Após estudo/comparação dos dados e redação dos memorandos, definem-se as ideias que se ajustam e interpretam os dados como categorias analíticas provisórias. Importante assinalar que sempre que surgirem dúvidas, o pesquisador deverá retomar a coleta com o propósito de solucionar as lacunas de sua análise (CHARMAZ, 2009).

Com o refinamento das categorias analíticas com base na construção de relações e adição de novos dados, o pesquisador constrói o instrumento conceitual, produto da análise, sobre o fenômeno estudado, o que culmina com uma “Teoria Fundamentada” (CHARMAZ, 2009).

O envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa é condição para a construção da TFD. Ele também deve dispor de tempo, criatividade, domínio do método, capacidade dedutiva e indutiva e sensibilidade teórica. A sensibilidade teórica é fundamental e diz respeito à habilidade do pesquisador observar e compreender o sentido dos dados, para discernir o que é relevante ao desenvolvimento do estudo (PESTANA, 2011).

## **2. Aproximação e Imersão no Campo de Estudo**

### **2.1 Local do estudo**

O estudo foi realizado em um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS –, situado em região periférica do município de Aparecida de Goiânia, região metropolitana de Goiânia, Goiás. O ambiente é dividido em área externa e interna, onde há recepção, sala com dois ambientes, sala de reuniões, sala da coordenação, sala das orientadoras sociais, almoxarifado, cozinha, dois banheiros, área de serviço e miniauditório, local onde ocorreram todos os grupos focais.

Trata-se de um serviço destinado ao atendimento de comunidades com elevados índices de vulnerabilidade e risco social proposto pelo Sistema Único de Assistência Social, sob gestão municipal. Porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, é considerado local privilegiado para ações intersetoriais pelo acesso à população reconhecidamente vulnerável (Lei N° 12.435”, 2011).

O município de Aparecida de Goiânia ocupa uma área de 288.465 km<sup>2</sup>, localiza-se na mesorregião do Centro Goiano e tem como municípios limítrofes Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Hidrolândia e Senador Canedo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) estimou, para o ano de 2016, população de 532.135 habitantes. Aparecida de Goiânia é o segundo município mais populoso do estado, e possui baixas condições socioeconômicas e demográficas, evidenciadas por pobreza, marginalização e baixo nível educacional. A taxa de analfabetismo no município é de 5,0%, e aproximadamente 30% possuem baixa renda, configurando fatores de

vulnerabilidade social e com consequências diretas na saúde, o que evidencia a necessidade de uma atenção primária estruturada e consolidada com práticas de saúde, educação e assistência social condizentes com as reais necessidades da população (IBGE, 2016c).

## **2.2 Aproximação ao campo de estudo**

A aproximação do pesquisador com a realidade e os adolescentes investigados permite a construção de conhecimento indispensável à pesquisa. Nesse sentido, o pesquisador se torna parte integrante do processo de interação entre ele e os indivíduos, o que é muito pertinente a pesquisas de natureza qualitativa (MINAYO, 2014).

No caso do presente estudo, a realização de atividades cotidianas de trabalho na coordenação do Programa de Saúde do Adolescente do município de Aparecida de Goiânia favoreceu a aproximação a ações realizadas no SUAS. Em atividades pontuais, foi possível conhecer o fluxo de atendimentos e os objetivos do serviço. A partir desse momento e após conversas com a gestão das unidades de CRAS do município e aprovação do Secretário Municipal de Assistência Social, iniciou-se a aproximação aos campos de estudo, a qual, pela experiência de trabalho como enfermeira responsável pela saúde do adolescente, mostrou-se bastante profícua.

Após anuência do Secretário Municipal de Assistência Social, foram convidadas quatro CRAS, instituições da proteção básica do SUAS. Entretanto, por inviabilidade de algumas, o trabalho de aproximação ao campo concretizou-se em duas instituições, nas quais este momento foi precedido de uma etapa de sensibilização, por meio de duas reuniões com gestores e profissionais envolvidos. Posteriormente, consolidou-se a

possibilidade de trabalhar com os grupos de adolescentes atendidos pelos CRAS, os quais foram participantes da pesquisa.

Para compreensão inicial da dinâmica dos grupos de adolescentes, assim como dos serviços, foram desenvolvidas cinco atividades grupais em cada CRAS, entre fevereiro e junho de 2015, com temas previamente selecionados pelos gestores e adolescentes. Os grupos foram realizados nas duas unidades, com cerca de dez a quinze adolescentes. Constituíram temas abordados: o cotidiano comunitário dos adolescentes; saúde sexual e reprodutiva; prevenção do uso de drogas; discussões sobre diversidades de gênero, racial, orientação sexual e violência.

Após esta etapa de aproximação, iniciamos a coleta de dados em uma unidade de CRAS, pois a gestora da outra pontuou a impossibilidade da continuidade das ações, em virtude da escassez de recursos humanos e materiais, o que inviabilizaria a manutenção do grupo de adolescente.

### **2.3 Participantes do estudo**

Os participantes da pesquisa eram todos adolescentes, com idade entre 13 e 18 anos, matriculados em alguma instituição de ensino e atendidos pelos serviços da Proteção Básica da rede de assistência social do município.

Inicialmente foi estabelecido, em conjunto com a equipes da unidade em que a pesquisa foi viável, que os grupos poderiam ser compostos por, no máximo, 10 adolescentes. No entanto, pela dinâmica do serviço, novos membros foram incluídos no decorrer das atividades (CRUZ NETO;

MOREIRA; SUCENA, 2011), na medida em que eram cadastrados no CRAS e apresentavam tanto o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelos responsáveis, quanto o Termo de Assentimento (TA).

De acordo com os procedimentos da Teoria Fundamentada em Dados, observamos que a saturação teórica ocorreu no 10º encontro, quando foi suspensa a coleta de dados. Dos encontros participaram, no total, 20 adolescentes, sendo 15 do sexo masculino e cinco do feminino. Cada participante, por necessidade da manutenção de sigilo, foi nomeado com a letra “A”, seguida do número relativo à respectiva inserção no grupo. Os grupos foram indicados pelas letras “GF”, seguidas de numeração que definiu a ordem de realização do grupo focal. Não houve recusas à participação na pesquisa por parte dos adolescentes ou dos pais.

### **3. Trabalho de Campo**

#### **3.1 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada entre agosto e dezembro de 2015. Os adolescentes, cadastrados no CRAS, acompanhados por um representante legal, compareceram a uma reunião prévia, na qual foram convidados para participar do estudo. Neste dia foram entregues os TCLE e TA e agendadas as datas dos primeiros encontros.

Como instrumento para as coletas de dados, optamos pelo grupo focal. Trata-se de um tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. Ocorre por meio de reuniões envolvendo de seis a 12

participantes e necessita de um mediador, papel, no caso de pesquisas, desempenhado pelo próprio pesquisador responsável e um relator.

O objetivo desse tipo de coleta de dados é permitir que temas específicos sejam focalizados, que todos participem das discussões, e que essas sejam aprofundadas. Esta técnica demanda planejamento prévio e pretende obter informações, aprofundando a interação entre os participantes com vistas ao estabelecimento tanto de consenso quanto de discordância (MINAYO, 2014).

As pesquisas utilizam grupo focal proporcionam discussões e trocas de experiências em torno de determinada temática. O grupo promove o debate e contribui para que os temas abordados sejam problematizados, levando, por vezes, os participantes a desenvolverem opiniões e expressá-las (TRAD, 2009).

No presente estudo, os encontros ocorreram em uma sala reservada do CRAS, na presença da pesquisadora responsável e de duas auxiliares de pesquisa. Na sala, com espaço suficiente para acomodar grupos de 15 a 20 pessoas, havia cadeiras e mesas, móveis, quadro branco, televisor, armários e bebedouro. O ambiente, bem iluminado e ventilado, favoreceu o bem-estar do grupo e foi isolado das demais áreas da unidade, a fim de garantir aos participantes a confiabilidade na equipe e segurança na transmissão das informações. À equipe de trabalho, solicitou-se que minimizasse as interrupções e que não participasse dos encontros com a finalidade de não intimidar os participantes. Para o registro dos dados, optamos por gravar as falas com auxílio de dois gravadores digitais. Os dados obtidos foram gravados e transcritos logo após a realização dos encontros pela

pesquisadora, com subsequente análise inicial, segundo diretrizes da Teoria Fundamentada nos Dados – TFD. O Quadro 1 exemplifica o modelo do instrumento utilizado para as transcrições dos grupos focais.

**Quadro 1** - Modelo do instrumento de transcrição do conteúdo dos grupos focais e análise inicial

<b>Entrevista nº</b>		<b>Data:</b>
Mediadora:		
Auxiliares:		
Número de Participantes:		
Tempo previsto:		Tempo decorrido:
Nº de linhas	Transcrição:	Codificação inicial
1		
2		
3		
Observações:		

Assim, durante os encontros, a pesquisadora responsável mediou os grupos focais enquanto duas auxiliares de pesquisa relatavam a dinâmica do grupo e auxiliavam na organização do ambiente. Os encontros tiveram, em média, duas horas de duração. O Quadro 2 apresenta a ordem em que ocorreram, a temática discutida e o número de participantes de cada um deles, bem como o tempo de execução.

**Quadro 2 - Temáticas dos encontros mediados por grupos focais**

<b>GF</b>	<b>Temática</b>	<b>Nº de participantes</b>	<b>Duração</b>
01	Apresentação e Técnica* “Quem somos nós?”.	10	1h 30’
02	Técnica* “Minha arte”: retrato por adolescentes da beleza, dinheiro, drogas e o tráfico.	10	2h
03	Técnica* de exploração do contexto dos adolescentes. Atividade lúdica de desenhos e questionamentos sobre o que era importante, onde os adolescentes frequentam quem o adolescente respeita, do que tem medo.	08	2h 16’
04	Discussão do Filme “Distrito 09”	10	2h 10’
05	Desafios e metas para a vida	10	2h 10’
06	Técnica* “Sobrevivendo à adolescência” e “O que tenho de bom?”.	06	1h e 40’
07	Técnicas* de valorização pessoal e exploração de prazeres	08	2h
08	Técnica* de exploração dos conhecimentos e conceitos sobre gênero, diversidade sexual e sexualidade.	07	2h
09	Técnica* exploratória dos fatos cotidianos dos adolescentes por meio dos desenhos a fim de confirmar que os fenômenos de maior interesse foram investigados.	09	1h 40’
10	Apresentação do Filme “The Help” e técnica de abordagem sobre preconceito.	07	3h
11**	Encerramento e devolutiva	14	1h 30’

\* As técnicas utilizadas estão descritas anexas (Anexo 5); \*\*Encontro não foi inserido no processo de análise.

## **Evolução das Temáticas conforme o processo de amostragem teórica da Teoria Fundamentada nos Dados**

O primeiro encontro teve o objetivo de delinear as observações iniciais e traçar a amostragem teórica prévia. Neste momento, com o propósito de explorar as primeiras características dos adolescentes, foi adotada uma técnica de apresentação e integração do grupo, no sentido de trazer para a discussão características do cotidiano. Desse modo, evidenciaram-se, por meio do comportamento, desenhos e das falas, preconceito racial, estereotipação da beleza feminina, comportamentos agressivos, indisciplina, necessidade de objetos de consumo, uso de drogas e tráfico.

A análise do primeiro encontro definiu a técnica utilizada no segundo encontro, quando optamos por explorar, por meio de desenhos, as seguintes temáticas: uso de drogas, tráfico, preconceito, dinheiro e beleza. Os desenhos apresentados traziam, em maioria, o uso/tráfico de drogas, com referência à maconha, à qual os adolescentes se referiam usando as palavras “dinheiro”, “beleza”, “tráfico” e “drogas”. Durante as apresentações, relataram abordagens policiais violentas como consequência do uso de símbolos da maconha.

Com base nas categorias provisórias construídas entre o primeiro e segundo encontros (Drogas como realidade; Vivendo a violência da polícia; Desconhecendo meu pai; Desconhecendo a beleza do negro; Necessitando do dinheiro e de bens; Jogando bola; Pensamentos desviantes; Perspectiva para o futuro; Demonstrando desvios de personalidade), optamos, no

terceiro encontro, por retomar a estratégia de exploração com enfoque no contexto sociocomunitário e familiar do adolescente, a fim de confirmar a presença dos fenômenos citados nos dois primeiros encontros como algo intrínseco à comunidade. Assim, as principais categorias no terceiro encontro foram: “Sofrendo abusos de poder da polícia”; “Representando a família como ameaça”; “Representando a família como suporte”; “Convívio com o tráfico e as drogas”; “Relatando trabalho como inserção social”; “Relatando a violência praticada e vivida”.

No quarto encontro, exibimos o filme “Distrito Nove”, no intuito de aprofundar a discussão sobre preconceito, violência, tráfico e uso de drogas, relacionamentos familiares e diferenças entre classes sociais. As principais categorias que emergiram do quarto encontro foram: “Aprendendo a ser bandido”; “Convivendo com traficantes”; “Convivendo com infratores”; “Revelando a necessidade de dinheiro”; “Descrevendo abordagens policiais”; “Revelando o uso de drogas”; “Descrevendo o ciclo das drogas”; “Trabalho como solução”; “Sofrendo e praticando a violência”.

Já o quinto encontro, fundamentado nas categorias provisórias e nas relações estabelecidas entre elas que apontavam para características do contexto sociocomunitário dos adolescentes, teve o objetivo de identificar os desafios vividos, as possíveis soluções, metas de vida e qual era o “paraíso particular” dos adolescentes. As principais categorias foram: “Estudos e escola como desafio”; “O ambiente doméstico é meu paraíso”; “Sentindo-se desprotegido em casa”; “Desafio de superar todas as perdas”; “Negando a esperança”; “Figura materna como exemplo de vida”; “Vivenciando o

sexismo”; “Vivendo o paraíso da rua”, “Sobrevivendo à realidade”; “Trabalho como superação das dificuldades”; “Vivenciando tráfico e roubo”.

As análises e comparações analíticas e reflexivas acerca dos dados e códigos nos primeiros cinco encontros permitiram construir as seguintes categorias: “Causas e efeitos da violência”; “Sofrendo o preconceito”; “Sofrendo a violência policial”; “Sexismo”; “Demonstrando comportamentos de violência e indisciplina”; “A identidade do dinheiro e poder”; “Revelando o uso de drogas”; “Vivenciando o tráfico de drogas”; “Família como objeto de sofrimento”; “Práticas de esportes”; “Perspectiva para o futuro”; “Respeito (identidade)”; “Demonstrando espiritualidade”; “Planejando o futuro”; “Demonstrando família como suporte”; “Vivenciando a violência na escola”; “O convívio da rua”; “Trabalho como superação”; “Comunidade e o tráfico”, “Recuperação dos perdidos”; “A morte como solução”; “Exclusão da periferia”; “Desafios de viver”.

Já o sexto encontro buscou explorar os valores e comportamentos do grupo. As principais categorias foram: “Usando drogas”; “Traficando”; “Minha mãe é tudo”; “Demonstrando afetividade e sexualidade”; “Sofrendo e praticando a violência”.

Para o sétimo encontro planejamos abordar a personalidade dos adolescentes e os objetos que lhes davam prazer. Após codificação e comparações com os anteriores, novas propriedades das categorias teóricas provisórias surgiram, sendo elas: “Sofrendo o Preconceito do colega”; “Violência e negligência policial”; “Demonstrando o preconceito de gênero”; “Demonstrando comportamentos de violência e indisciplina”; “Dinheiro objeto

de prazer e poder”; “Paternidade que incomoda”, “Sentindo prazer pelo trabalho”; “A sociedade não prepara para a vida”; “Sentindo prazeres da vida”; “Sofrendo a realidade”; “Descobrimo a saúde do adolescente”; “Revelando o uso de drogas”, “Descrevendo o uso de drogas”.

O oitavo grupo objetivou abordar os dados que emergiram da oficina anterior, questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva e pertinentes a gênero e sexualidade. Evidenciaram-se as seguintes categorias: “Demonstrando homofobia”; “Convivência com a prostituição feminina”; “Comportamento masculino de risco”; “(Des) Conhecendo sobre saúde sexual e reprodutiva”; “Demonstrando consciência do preservativo”; “Demonstrando preconceito de gênero”; “Enfrentamento ineficiente ao assunto da homossexualidade”; “Homossexualidade e religião”; “Percepção comportamental da homossexualidade”; “Sexismo e gravidez”; “Práticas sexuais do adolescente”; “Precisa falar de direitos?”; “Apontando relação entre drogas e sexo”; “Afetividade e dinheiro”; “Uso de drogas”.

O nono encontro teve a proposta de realizar uma análise dos principais fenômenos de interesse, por meio de questionamentos abertos e temáticas relacionadas aos encontros anteriores, bem como explorar fatos cotidianos dos adolescentes por meio dos desenhos, a fim de confirmar que os fenômenos de maior interesse tivessem sido de fato investigados. As categorias que emergiram deste encontro foram: “Demonstrando práticas e atitudes violentas”; “Homofobia”; “Prazer em armas”; “Convivência com assaltos e delinquência”; “Ambiente escolar violento e desprotegido”; “Violência cotidiana”; “Trabalho como necessidade”; “Definição de tráfico e

uso de drogas”; “Apologia à maconha”; “Enfrentamento às drogas”; “Dependência química”; “Apoio familiar contra o vício”.

Para o décimo encontro os adolescentes solicitaram a discussão da temática preconceito racial, abordada, portanto, no segundo filme - “The Help”. As categorias provisórias que surgiram durante e após o filme foram: “Racismo”; “Comportamentos violentos”; “O negro ladrão”; “Bulling”, “Preconceito na escola”; “Relatando vivência do preconceito”; “Preconceito no trabalho”; “Polícia e preconceito”; “Violência praticada pela polícia”; “Incriminado pela polícia”; “Quem trabalha não deve”. Assim, consolidou-se a amostragem teórica do processo de construção da Teoria Fundamentada nos Dados.

### **3.2 Análises dos Dados**

A análise dos dados seguiu o Método Comparativo (CHARMAZ, 2009) que consiste em um processo dinâmico e constante de coleta e comparações entre os códigos, códigos e conceitos, conceitos e categorias, considerando-se uma mesma entrevista e entre diferentes entrevistas. Assim, segundo Charmaz (2009), o Método Comparativo busca estabelecer padrões de semelhanças e diferenças entre os dados.

A codificação significa categorizar os segmentos de dados com uma denominação concisa, capaz de resumir e representar determinado agrupamento de informações. Na TFD, a codificação compõe-se de pelo menos duas fases: codificação inicial e codificação focalizada, seguidas da codificação axial e teórica. Na codificação inicial, estudam-se os fragmentos de dados, podendo ser por palavras, codificação por linhas, segmentos e

incidentes. Neste momento, o pesquisador deve estar aberto a qualquer direcionamento teórico que os dados possam indicar. Ele deve, na codificação inicial, ater-se aos dados, codificando-os com palavras que denotem ação, atentando para não cometer saltos conceituais que remetam prematuramente a teorias já existentes antes do trabalho analítico (CHARMAZ, 2009).

Em conformidade com essas recomendações, fizemos a codificação inicial atribuindo códigos provisórios, abertos, que expressavam ações. Foi inicialmente realizada codificação considerando linha a linha, com a finalidade de encontrar os sentidos em cada frase. Essa etapa foi seguida pela codificação de incidente por incidente, que consideram diferentes situações e fatos relatados pelos participantes. As comparações permitiram encontrar códigos com características semelhantes, aos quais foram atribuídos conceitos similares. Nesta fase o pesquisador deve ser aberto, neutro a teorias preestabelecidas, atento a qualquer sinal indicado pelos dados (CHARMAZ, 2009).

O Quadro 3 exemplifica a codificação inicialmente realizada de incidente por incidente.

### Quadro 3 - Exemplificando a codificação inicial de incidente por incidente

Grupo Focal 07		Códigos preliminares
Conteúdo da entrevista		
462	A16: Depende... Depende da prensada que o	<i>7- 462 Demonstrando conhecimento sobre o uso da maconha e seus efeitos.</i>
463	464 cara dá... Se ele pensar muito tempo demora mais tempo... É quando você a inala	
465	466 por mais tempo... Primeiro trago que você puxar e segurar o efeito já vem na hora...	<i>7- 467 Revelando uso anterior à maconha.</i> <i>7 - 468 Revelando práticas grupais do uso de maconha.</i>
467	468 Igual quando eu fumava, fazia igual paulista, tipo assim... Rodinha e vai passando... E	
469	470 segura até chegar em você...	<i>7 – 471 Revelando comportamentos de agressividade de grupos de adolescentes durante o uso de maconha</i>
471	472 A3: Não... Segura não... É só passar... Não puxa muito porque senão dá briga porque um	
473	474 fuma mais que o outro... Meus primos brigam toda hora... Meu primo fica estranho, ele fica	<i>7 - 474 Descrevendo comportamento do adolescente membro familiar sobre efeitos da maconha</i>
475	476 nervoso... Tem horas que ele deita daí eu chego lá e converso com ele e pergunto o	
477	478 que foi e ele me diz: é que eu estou até agora sem fumar... Ele fica estranho quando fuma...	<i>7 - 479 Descrevendo sintomas de abstinência do crack</i>
479	480 Não conversa com ninguém...	
481	482 A16: Eu conheço um cara que ele usava pedra e quando ele entrou na clínica... Ele	<i>7 - 485 Interpretando consequências do uso do Crack</i>
483	484 ficou na clínica duas semanas... Ele saiu na sexta e na quinta ele deitou no chão da	
485	486 clínica e chorou... Batendo a cabeça no chão pedindo a mãe dele para comprar para ele	<i>7 - 486 Afirmando apoio na escola para o abandono do uso de drogas</i>
487	488 porque ele não dava conta de viver... Porque a droga vai corroendo o cérebro...	
489	490 Aí foi onde o grupo deu apoio lá no colégio... Minha mãe descobriu e eu falei para ela que	<i>7 - 487 Revelando abandono do uso de drogas pela mãe</i>
491	492 eu ia parar e parei...	
493	493 Eu só usava a maconha... Mas experimentei outros tipos de droga, loló, lança perfume,	<i>7 – 490 Revelando contato com outros tipos de drogas.</i>
494	495 cocaína... Só... O crack não, nem quero...	
496	496 A3: se tivesse experimentado até hoje você estava...	<i>7 - 492 Revelando receio quanto ao uso do crack</i>
497	498 A16: A pessoa só vicia se ela quiser... Tipo o seguinte...	
499	500 Eu me vejo como vencedor, acho que se eu	<i>7 - 494 Revelando consequências do uso do Crack</i>
501	502 consegui sair, a pessoa também consegue sair... Pesquisadora: Mas você fala do Crack	
503	503 ou da maconha? A16: Dos dois... A3: Não...	<i>7 - 496 Descrevendo o vício como opcional</i>
504	504 Da maconha é mais fácil...	
505	505 A16: Eu conheço gente que saiu do Crack...	<i>7 - 498 Relatando dificuldade de abandono do crack</i>
506	506 Usava assim no meio da rua e não estava nem aí e saiu do Crack... Hoje é pastor...	
507	507 Então a pessoa é capaz...	<i>7 - 500 Relatando caso de abandono do crack</i>
508		

Na codificação inicial, utilizamos a identificação de linhas por numeração consecutiva e, para os códigos preliminares, uma numeração indicando o número do documento (Ex: “7”) referente à ordem da coleta, seguido pelo número da linha na qual tinha início o seguimento. Assim, o código 7- 494 referia-se à entrevista sete, e o trecho iniciava-se na linha 494. Este tratamento foi dado a todas as entrevistas.

Na codificação focalizada seleciona-se o material que melhor represente os códigos iniciais mais significativos, testando-os em contraste com os dados mais amplos. Significa, portanto, utilizar os códigos anteriores mais significativos ou frequentes para analisar um volume maior de dados. Durante o processo, comparamos dados com dados e, a seguir, dados com códigos (CHARMAZ, 2009). O Quadro 4 demonstra como foi realizada a codificação focal e elaborados os códigos conceituais.

#### Quadro 4 - Exemplificando a codificação focal e a elaboração de códigos conceituais

---

467	Igual quando eu fumava, fazia igual paulista, tipo assim...	7- 467 Revelando uso anterior da maconha	
469	Rodinha e vai passando... E segura até chegar em você...	7 - 469 Revelando práticas grupais do uso de maconha	<b>Confirmando a presença do uso de maconha no contexto sociocomunitário.</b>
470			
471	A3: Não... Segura não... É só passar... Não puxa muito porque senão dá briga porque um fuma mais que o outro... Meus primos brigam toda hora...	7 – 471 Revelando comportamentos de agressividade de grupos de adolescentes durante o uso de maconha	
472			
473			
479	A16: Eu conheço um cara que ele usava pedra e quando ele entrou na clínica... Ele ficou na clínica duas semanas... Ele saiu na sexta e na quinta ele deitou no chão da clínica e chorou... Batendo a cabeça no chão pedindo a mãe dele para comprar para ele porque ele não dava conta de viver...	7 - 479 Descrevendo sintomas de abstinência do crack	
480			
481			
482			
483			
462	A16: Depende... Depende da prensada que o cara dá... Se ele pensar muito tempo demora mais tempo... É quando você a inala por mais tempo... Primeiro trago que você puxar e segurar o efeito já vem na hora...	7- 462 Demonstrando conhecimento sobre o uso da maconha e seus efeitos	<b>Demonstrando conhecimento sobre efeitos do uso de drogas</b>
463			
464			
465			
466			
474	Meu primo fica estranho, ele fica nervoso... Tem horas que ele deita daí eu chego lá e converso com ele e pergunto o que foi e ele me diz: é que eu estou até agora sem fumar... Ele fica estranho quando fuma... Não conversa com ninguém...	7 - 474 Descrevendo comportamento do adolescente membro familiar sobre efeitos da maconha	<b>Relatando a presença de maconha no contexto familiar</b>
475			
476			
477			
487	Minha mãe descobriu e eu falei para ela que eu ia parar e parei...	7 - 487 Revelando abandono do uso de drogas pela mãe	<b>Relatando suporte materno no abandono da droga</b>
488			
486	Aí foi onde o grupo deu apoio lá no colégio...	7 - 486 Afirmando apoio na escola para o abandono do uso de drogas	<b>Referindo suporte da instituição de ensino para o abandono do uso de drogas</b>

---

Após o processo de codificação inicial e focalizada, foram construídas categorias e suas respectivas subcategorias, associadas por características capazes de expressar as experiências vividas pelos participantes. O Quadro 5 exemplifica o agrupamento dos códigos em categorias e subcategorias.

**Quadro 5** - Exemplificando o agrupamento de categorias teóricas, subcategorias e famílias de códigos

<b>Categoria Teórica</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Códigos</b>
<u>Vivendo em um contexto sociocomunitário enfraquecido</u>	<b>Vivendo a cultura das drogas</b>	<i>Convivendo com o tráfico de drogas</i> <i>Traficando drogas</i> <i>Relatando o uso de drogas</i>
	<b>Sobrevivendo à realidade</b>	<i>Ansiando por viver</i> <i>Sobrevivendo aos desafios</i>
	<b>Sofrendo violência</b>	<i>Descrevendo a violência escolar</i> <i>Demonstrando comportamentos violentos</i> <i>Sofrendo a violência da polícia</i>

Após nova imersão nos dados, agrupamos as categorias, para reunir códigos em categorias analíticas que representassem os fenômenos observados, as causas, consequências, o contexto onde ocorrem, e as estratégias. Assim, essa nova etapa levou à saturação teórica dos dados, o que culminou com a construção do modelo conceitual (CHARMAZ, 2009; STRAUSS; CORBIN, 2008).

O processo de análise apontou para o Modelo Teórico “*Revelando os fatores, relações e interações da vulnerabilidade social no contexto do*

*desenvolvimento sociocomunitário e familiar de adolescentes*”, cujas categorias teóricas que emergiram do processo de análise foram: “apresentando a dinâmica do contexto sociocomunitário”; “revelando a opressão no contexto do desenvolvimento” e “manifestando vínculos de superação”.

### **1.1 Memorandos e Agrupamentos**

Os memorandos são instrumentos que compõem uma fase intermediária importante da coleta de dados e a redação dos relatos de pesquisa. Permitem que o pesquisador analise as ideias sobre os códigos de modo livre, logo nas primeiras coletas de dados. Esses instrumentos captam os pensamentos, apreendem as comparações e conexões estabelecidas e consolidam as questões e direções a serem buscadas. Proporcionam, em síntese, um espaço para comparar dados, códigos, categorias e conceitos (CHARMAZ, 2009).

Já o agrupamento é uma técnica que oferece um diagrama das relações capaz de abreviar a redação. Com liberdade e flexibilidade, o pesquisador usa sua criatividade para esboçar o esqueleto de seu modelo teórico. O agrupamento permite a visualização do modelo, o que contribui para compreensão e organização do material (CHARMAZ, 2009).

Ao todo foram elaborados 15 memorandos e 10 agrupamentos. Destaca-se que esses instrumentos foram elaborados desde o início do processo de coleta de dados.

A seguir, o Quadro 6 exemplifica um memorando e dois agrupamentos elaborados no decorrer das coletas e análises.

## Quadro 6: Memorando da sexta entrevista

Encontro: 06

Data: 10/09/2015

Memorando: “Comportamentos e valores”

Neste grupo focal procurei explorar os valores e comportamentos do grupo. Inicialmente o grupo apresentou-se desmotivado e, quando solicitados a fazer trabalhos manuais com massas de modelar, não quiseram. Foi preciso adaptar a oficina. Os principais temas que emergiram na oficina foram drogas e tráfico, família com evidência para a figura da mãe, afetividade, sexualidade e violência.

A respeito do fenômeno das drogas, A6 demonstrou que já vendeu maconha e sabia fazer uma “garrafinha”, que começou a negociar com o A1 durante o grupo. A1 também demonstrou comportamento relacionado ao fenômeno em questão, pois afirmou já ter preparado “garrafinha” no banheiro da escola. Tal “garrafinha trata-se uma forma de preparar drogas para serem comercializadas – tráfico”. A1 apontou que o crack representa as “drogas” e a maconha é calmante. Esta afirmação demonstra que a concepção de drogas para eles não é de substâncias ilícitas, mas de substâncias danosas o suficiente para gerarem o vício com grandes repercussões, no qual a maconha não se inclui, sendo considerada um “calmante”.

Violência emergiu na fala de A8 que relatou já ter batido na cara do A3 quando estava nervosa, mas A8 afirmou que o colega a perdeu. Ainda apresentou na fala de A6 que afirmou que aos 25 anos, se ele não estiver preso, estará tudo bem, demonstrando banalização da condição do indivíduo privado de liberdade, como algo ruim, porém possível para a sua condição.

A família emergiu na fala de A8. Quando questionada sobre o que a família representava para ela, apresentou dificuldade de responder. A6 afirmou que se a droga entrar na família, a família será destruída. Interessante a fala do adolescente, pois ele próprio que, por diversas vezes, faz menção ao uso e ao tráfico de drogas, indicando que trafica e usa, demonstrou interesse e conhecimento. Portanto, apesar de inserido no fenômeno da drogadição, ele mesmo reconhece que não é benéfico para a família. A figura materna se apresentou como um elo positivo entre os adolescentes, pois foi apontada por A1 como algo importante que deve guardar; para A6, o que tira sua alegria é quando xingam a sua mãe. A2 afirmou que já não foi sincero com sua mãe, e A1 completa que tem uma boa comunicação com a mãe e não com o pai. A figura materna, portanto, deve ser valorizada, e as relações entre mães e filhos podem ser um fator de suporte.

A afetividade e sexualidade apareceram nas falas dos adolescentes. Enquanto a A7 demonstrou aversão ao sexo masculino, propondo que para ser feliz aos 17 anos deveria estar sozinha, pois “menino não presta!”, A1 e A6 apontaram as IST como um perigo, mas reconhecem a necessidade do uso do preservativo. Outro dado foi a associação entre relacionamento e uso de drogas.

A1 sempre usa “sobreviver” quando questionado sobre o final de semana, ou os dias que antecederam o grupo. Quando questiono o que é preciso para sobreviver, ele responde “sair das tretas”. O que é viver não se preocupar com nada, sair para onde quiser, denotando que viver como um contínuo “viver sem responsabilidade, gozando dos prazeres”. Foram então questionados se achavam que ricos viviam e não precisavam trabalhar, e a resposta demonstrou que trabalham, só que pouco. Algo do imaginário dos adolescentes referente a diferenças entre as classes sociais. A6 muda essa lógica quando pergunto o que é preciso para sobreviver, e responde ser rico.

## Continuação: Memorando da sexta entrevista

Encontro: 06

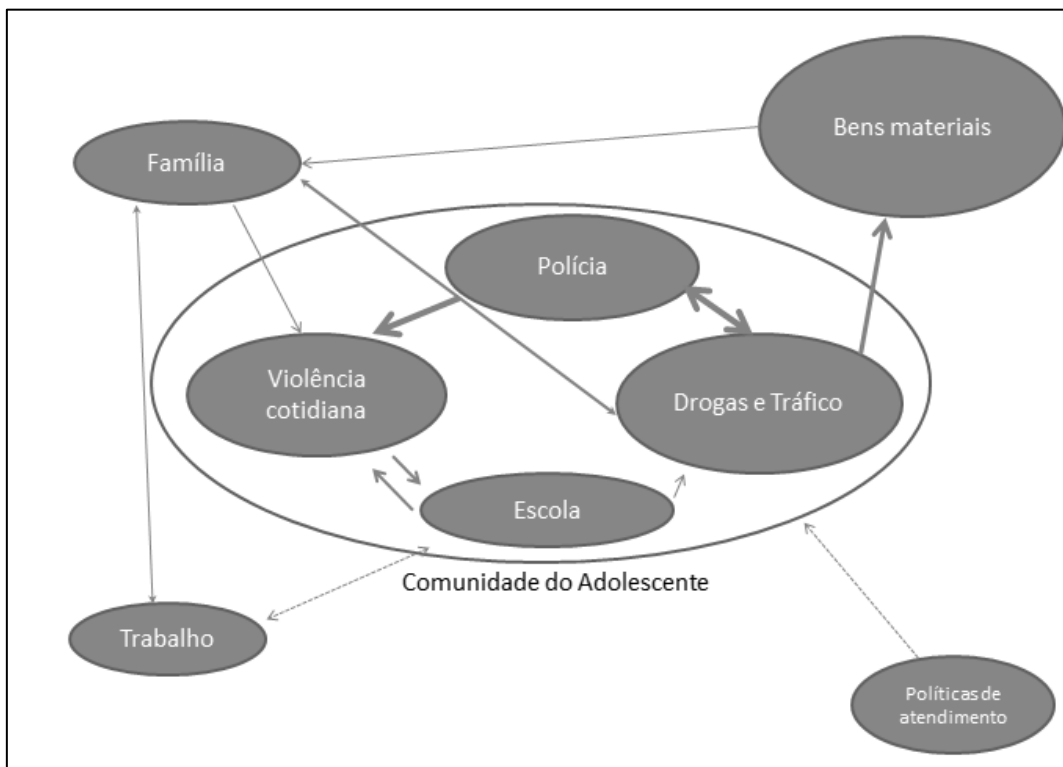
Data: 10/09/2015

Memorando: “Comportamentos e valores”

Essa resposta pode apontar que quem não é rico não vive, tampouco sobrevive. Quando abordado sobre os perigos da adolescência, A6 diz que tudo é perigoso. Isso pode demonstrar que o ambiente e a comunidade onde ele está inserido são de extrema vulnerabilidade. Quanto aos perigos da adolescência, os meninos responderam que nessa fase podem acontecer fatos indesejáveis com relação à saúde sexual e reprodutiva como DST, usar drogas e overdose. Em relação a comportamentos inadequados, A1 afirmou que já pulou o muro do colégio e não faz tarefas da escola. A1: Gostaria de aprender a ganhar muito dinheiro sem fazer algo ilícito. A mediadora sorteou palavras entre os adolescentes, e A7 pegou a palavra: Esperança... Nesse momento, A1 fala... “Tem tempo que não escuto essa palavra... Nem sei mais o que é”. A8 tirou a palavra otimismo e afirmou ser “mais ou menos”. A15: honestidade. Alguns informaram não serem honestos, o que aponta para comportamentos apreendidos do cotidiano, familiar e comunitário. A1: justiça: “Justiça é uma coisa que não acontece no nosso país, justiça é prender. Por que pobre é sempre errado? Por que ele sempre sofre?”.

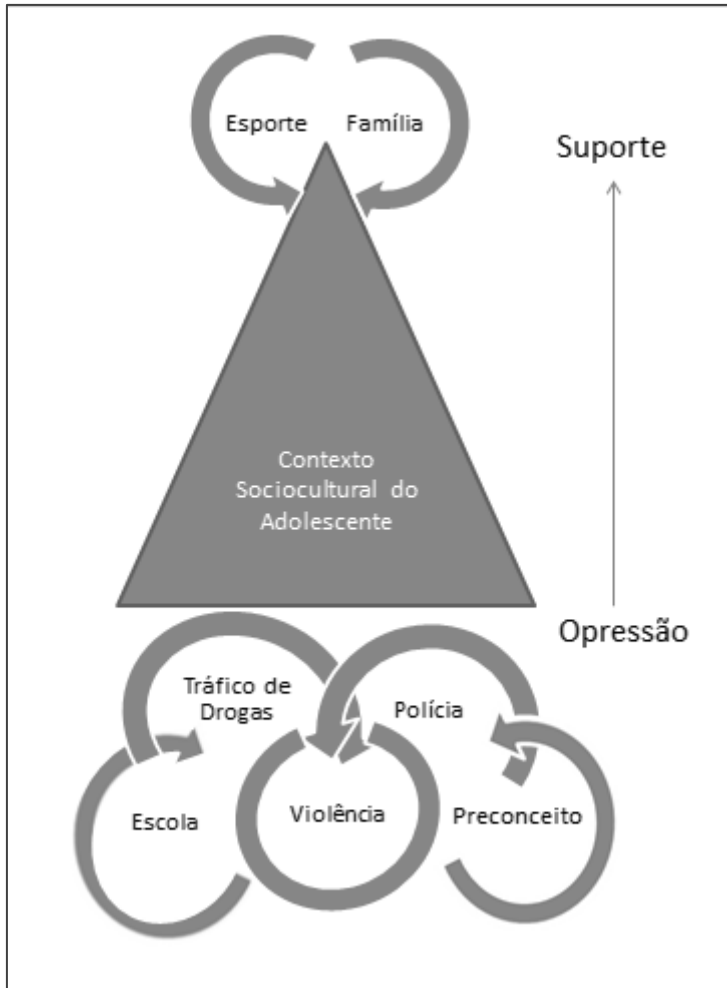
A seguir estão apresentados dois agrupamentos. Na Figura 2 está o agrupamento dos códigos que emergiram do grupo focal 4.

**Figura 2** - Agrupamento da entrevista 4



A Figura 3 apresenta o agrupamento preliminar, produto da revisão das análises.

**Figura 3** - Agrupamento da revisão da análise



## Considerações éticas

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob protocolo 432.008 (**Anexo 1**), em respeito aos preceitos éticos da Resolução 466/2012. Inicialmente os responsáveis e os participantes foram convidados a participar de uma reunião, momento em que foram apresentados os objetivos do estudo, riscos e benefícios. Em seguida, foram solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (**Anexo 2**) e os Termos de Assentimento (**Anexo 3**). Os participantes incluídos ao grupo após a reunião inicial foram igualmente orientados sobre a pesquisa, e seus pais ou responsáveis comunicados da necessidade de assinarem os termos de consentimento, o que foi feito. Já os adolescentes assinaram os termos de assentimento.

Os participantes tiveram autonomia para decidir se participariam ou não das atividades de pesquisa, assim resguardando os direitos do sujeito em participar de estudos sem danos ou prejuízos. Foi garantida a confidencialidade dos dados, bem como o respeito à dignidade dos adolescentes investigados. Os áudios e as transcrições da pesquisa encontram-se em posse da pesquisadora responsável, não tendo sido divulgados de qualquer maneira a terceiros, gestores ou profissionais envolvidos com os participantes de pesquisa.

QUARTO CAPÍTULO

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

A adolescência é objeto de estudo, é alvo de críticas e ambiguidades. Fase da vida pouco compreendida pela família e sociedade, recebe incipientes políticas públicas destinadas à prevenção e promoção da saúde e do desenvolvimento saudável.

Durante o período de um ano de maior proximidade com serviços de assistência social que atendem cotidianamente adolescentes e suas famílias observamos comportamentos, as limitações, posturas de funcionários e, mais profundamente, os adolescentes.

No início, havia ainda imaturidade e insegurança neste contexto social em que viviam, de modo que as diversas codificações e categorizações realizadas ainda não expressavam o que se apresentava oculto nos dados que emergiam da observação, das transcrições e das sucessivas análises. Por esse motivo, a análise prosseguiu para além do período de coleta de dados, o que possibilitou revisitar o material e reviver o processo de coleta por meio de uma escuta atenta dos áudios, na busca por algo que poderia ter se perdido no emaranhado de falas atropeladas. Assim, as falas foram novamente transcritas e, ao final, com paredes repletas de papel, foi possível visualizar preconceitos e retomar o caminho da análise que conduziu aos resultados apresentados neste capítulo.

### **1. Características dos participantes**

Os adolescentes atendidos na unidade de CRAS tiveram livre acesso às atividades promovidas pela pesquisa durante todo o período de coleta de dados. A maioria já era acompanhada pelo serviço anteriormente, por período de, em média, um ano anterior ao início da pesquisa. Portanto, possuíam vínculos de amizade e integração que extrapolavam o ambiente e o serviço.

Muitos estudavam em uma mesma escola e conviviam juntos na comunidade. Entretanto, alguns adentraram ao CRAS no decorrer da pesquisa e em curto período de tempo abandonaram o serviço, assim como a pesquisa.

Os adolescentes eram inseridos no atendimento do CRAS por meio do diagnóstico social realizado pelos profissionais do serviço que convidavam as famílias para as atividades. Assim, a inserção iniciava-se pelo cadastro das famílias. A participação deles não era requisito para a manutenção dos auxílios, mas, caso se distanciassem do serviço, as orientadoras do CRAS realizavam visitas nos domicílios e reforçavam o convite. As famílias eram adstritas ao território do CRAS, portanto todos residiam na comunidade.

Os adolescentes, assim como suas famílias, eram caracterizados como de baixa renda com base no perfil sociodemográfico adotado pelo serviço, alguns com maior grau de pobreza, outros menos. Relevante pontuar que, apesar da similaridade das condições sociais, aqueles que apresentaram maior potencial de desenvolvimento e integração social eram membros de famílias com maior grau de coesão social, em virtude da inserção ao trabalho, convivência com ambos os pais e participação em atividades de esporte, lazer e cultura.

O papel do trabalho para estas famílias não representa apenas uma relação técnica de produção, mas a capacidade de suporte e inserção na estrutura social. Assim, o sujeito pertencente a uma família inserida no mercado de trabalho provavelmente participará de redes de sociabilidade e sistemas de proteção, o que lhe possibilita maior coesão social (CASTEL, 1998).

O papel do trabalho para estas famílias não representa apenas uma relação técnica de produção, mas a capacidade de suporte e inserção na estrutura social. Assim, o sujeito pertencente a uma família inserida no mercado de trabalho provavelmente participará de redes de sociabilidade e sistemas de proteção, o que lhe possibilita maior coesão social (CASTEL, 1998).

Dos 20 adolescentes investigados, doze adolescentes já eram acompanhados pelo serviço do CRAS, o que proporcionou coesão durante a coleta de dados. Por vezes, foram relatadas brigas entre eles e agressões físicas externas ao ambiente do serviço, entretanto, em poucos dias, retomavam as relações de amizade.

A maioria dos adolescentes não trabalhava, sendo que todos estavam inseridos em instituições de ensino e suas famílias recebiam algum tipo de auxílio governamental. A conformação familiar dos adolescentes foi a monoparental, representada pela figura materna, tendência encontrada em outro estudo (OLIVEIRA, 2013) e denominada como “despatriarcalização”, em referência ao empoderamento da figura materna de prover sua família (THERBORN, 2006).

O perfil social dos adolescentes estudados é similar ao encontrado em estudo realizado em um CRAS de Macarani-BA, em que os pesquisadores observaram tendência a famílias monoparentais sendo chefiadas pela figura materna, com baixas condições socioeconômicas, beneficiadas por programas de auxílio social, baixa escolaridade e residentes em localidades com altos índices de violência e desemprego (SOUSA; FERREIRA, 2014).

Este perfil social das famílias e, portanto, dos adolescentes pesquisados, demonstra que a vulnerabilidade social possui referências em todos os espaços do desenvolvimento, em especial no sistema familiar, sendo, portanto, fundamental o trabalho intersetorial com todos os membros de uma mesma unidade.

Os dados referentes às características dos adolescentes estão descritos no quadro a seguir.

**Quadro 7 - Características dos adolescentes participantes da pesquisa**

Sujeito	Gênero	Idade	Série	Trabalho	Auxílio Governamental	Residentes	Nº de GF
A1	Masc	17	Nono	Não	Sim	Pai e Mãe	07
A2	Masc	13	Sétimo	Não	Não	Mãe	08
A3	Masc	16	Oitavo	Não	Sim	Pai e Mãe	07
A4	Masc	16	Nono	Não	Sim	Mãe	03
A5	Masc	14	Sexto	Não	Não	Pai e Mãe	04
A6	Masc	16	Nono	Sim	Não	Pai e Madrasta	07
A7	Fem	14	Oitavo	Não	Sim	Mãe e Padrasto	10
A8	Fem	13	Sétimo	Não	Sim	Mãe	09
A9	Masc	17	3º EM	Sim	Não	Mãe	06
A10	Masc	16	Oitavo	Sim	Sim	Pai e Mãe	05
A11	Masc	16	Oitavo	Não	Sim	Pai e Mãe	01
A12	Masc	15	Sétimo	Não	Sim	Pai e Mãe	05
A13	Masc	16	Oitavo	Não	Sim	Mãe	02
A14	Fem	14	Sétimo	Não	Não	Mãe	02
A15	Masc	13	Sexto	Não	Sim	Mãe	02
A16	Masc	14	Sétimo	Não	Sim	Mãe	01
A17	Fem	14	Sétimo	Não	Sim	Avó	02
A18	Masc	16	Oitavo	Não	Sim	Tia	01
A19	Masc	12	Sexto	Não	Não	Pai e Mãe	01
A 20	Fem	13	Sétimo	Não	Não	Mãe	01

Durante os seis meses de coleta de dados, alguns participantes se distanciaram da pesquisa: um pela inserção no trabalho e outro pela busca por

um emprego, mesmo que informal. Entretanto, sempre que possível, ambos participavam das atividades da pesquisa.

Um terceiro caso de afastamento ocorreu pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo relatos dos amigos, o pai enviou o filho para morar com sua mãe em uma cidade do interior do estado de Goiás na tentativa de afastá-lo do tráfico de drogas e do convívio social com delinquentes. Este adolescente não retornou à pesquisa.

Um quarto adolescente não comparecia a todos os grupos agendados, por coincidirem com aulas de música e futebol das quais participava durante toda a semana. Um quinto adolescente que iniciou a pesquisa afastou-se por envolvimento com atos ilícitos e criminais. Com receio de ser identificado, deixou de comparecer já aos primeiros encontros.

Os demais casos de afastamento não foram esclarecidos, mas acreditamos, também por informação das orientadoras sociais, que não conseguiram integração e adaptação ao grupo já formado.

A descrição da participação dos adolescentes está apresentada no Quadro 10 a seguir.

**Quadro 8 - Presença dos participantes da pesquisa por grupo focal**

Participantes	Coleta de Dados									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A1	■	■	■	■	■	■	■	■		
A2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A14	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A15	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A16	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A17	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A18	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A19	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
A20	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Os adolescentes que fazem parte dos serviços do CRAS buscam além de socialização, a superação das dificuldades cotidianas e transformação da realidade de vulnerabilidade e exclusão, em especial pelo afastamento do fenômeno das drogas e pela inserção no trabalho. Esses adolescentes, uma vez inseridos nos serviços de assistência social, percebem as possibilidades de melhores condições de vida pelo aprendizado compartilhado com os profissionais e pela vivência das experiências singulares dos pares. Ainda apreendem valores como responsabilidade e respeito ao próximo (SOUSA; FERREIRA, 2014).

Assim, compreendemos que os adolescentes, apesar da evidente vulnerabilidade social, demonstraram o desejo de superar as limitações sociais

que os impediam de experimentar a coesão social, pelo acesso ao trabalho formal. Desejavam, também, distanciar-se do frequente assédio das drogas.

## **2. As orientadoras sociais**

No período de aproximação ao campo, assim como na fase de coleta de dados, pudemos observar a importante função exercida por duas orientadoras sociais da equipe do CRAS.

Ambas as profissionais eram graduadas em pedagogia e tinham a função de elaborar projetos que favorecessem o processo educativo dos grupos. A elas, cabia também a tarefa de desenvolver trabalhos sociais com as famílias do território do CRAS, assim como com os diferentes grupos que frequentavam rotineiramente as atividades promovidas no ambiente físico do CRAS, sendo um deles o grupo de adolescentes.

Elas também desenvolviam atividades de orientação para a prevenção de danos sociais que fragilizam o vínculo do indivíduo com a sociedade, como a prostituição, o tráfico de drogas, o desemprego, a violência e o agravamento da pobreza.

Assim, todo o planejamento de aproximação ao campo e da pesquisa foi previamente por elas aprovado. Destaca-se que as orientadoras sociais foram também responsáveis pela manutenção da coesão grupal, pelo acompanhamento dos adolescentes e pela observação de comportamentos que pudessem expressar possíveis fatores de vulnerabilidade.

O relacionamento entre essas educadoras e os adolescentes mostrou ser de respeito, amizade e confiança, pois demonstravam confiança e envolvimento

afetivo com ambas. Tais fatores foram fundamentais para o fortalecimento do vínculo entre os adolescentes e as atividades promovidas no CRAS, sendo uma delas esta pesquisa.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009), os orientadores sociais devem ter experiência em programas, projetos e serviços socioassistenciais, noções de direitos humanos, além de sensibilidade para com as questões sociais, conhecimento da comunidade e habilidade de comunicação com as famílias. Esses profissionais possuem como principais atribuições: oferta de informações às famílias usuárias dos serviços do CRAS, identificação de indivíduos em vulnerabilidade social, acolhida e inserção relacional dos adolescentes junto à equipe do CRAS, realização de grupos de orientação e diálogo com pessoas pertencentes às diversas fases do curso da vida, realização de visitas domiciliares, busca ativa e cadastramento dos indivíduos, e demais encaminhamentos para outros níveis de atendimento da Rede de Assistência Social do Município.

Os projetos a serem desenvolvidos no CRAS devem ter perfil reflexivo, para que promovam a compreensão das transformações necessárias na comunidade, nas relações sociais, e contribuam para superar a vulnerabilidade (SOUSA; FERREIRA, 2014).

Para isso, os profissionais devem exercer a escuta qualificada, serem capazes de promover o trabalho intersetorial e interdisciplinar, realizar atividades socioeducativas, suscitar a reflexão dos indivíduos e atuar em prol do fortalecimento dos vínculos familiares e da convivência comunitária

(MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2009).

Importante assinalar que, apesar de toda a equipe da unidade ter se demonstrado coesa e ativa no trabalho de prevenção à vulnerabilidade social, ressaltamos as orientadoras sociais, por demonstrarem vínculo fortalecido para com os adolescentes, e pelo fato de terem sido coparticipantes na organização e vinculação dos participantes no processo de pesquisa desenvolvido.

### **3. As categorias do estudo**

De modo geral, os dados apresentados no presente estudo evidenciam a fragilidade dos direitos constitucionalmente garantidos aos adolescentes. Nesse sentido, iremos nos referir à existência de uma dinâmica no contexto sociocomunitário e familiar dos adolescentes que, de forma desequilibrada, submete os adolescentes a violência, negligência e discriminação. Assim, optamos por apresentar a dinâmica social permeada por dois eixos que denominamos “**superação**” e “**opressão**”, ambos compostos por fenômenos sociais que permeiam os diferentes níveis do desenvolvimento humano, representados pela família, escola, CRAS, acesso aos esportes, trabalho e pelos fenômenos da violência e das drogas.

Para Castel (1998), o aparato social promovido pelas Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde são capazes de compensar a fragilidade da inserção no mercado de trabalho e das condições laborais, tanto dos adolescentes quanto de seus pais, representando, assim, a zona de assistência. Entretanto, quando tais aparatos sociais estão fragilizados, ou cumprem suas funções de modo insuficiente, a vulnerabilidade dos indivíduos se dilata, aproximando-os da desfiliação.

Desse modo, os fatores e fenômenos anteriormente mencionados estão atrelados ao contexto social dos adolescentes pesquisados e exercem forças de opressão, suscitando a flutuação dos indivíduos no interior do contexto social, o que agrava a vulnerabilidade social já posta, característica de desenvolvimento social limitado. Já a superação aproxima o sujeito da coesão social, aspecto que evidencia as vias de ruptura das barreiras que impedem o desenvolvimento social. Na medida em que a opressão se sobrepõe à superação, poderão ser observados os sintomas de anomia social, bem como comportamentos de antissociabilidade e alienação dos adolescentes.

Para a construção das categorias a seguir utilizamos como conceitos sensibilizadores o conceito de vulnerabilidade social, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, a violência objetiva, subjetiva e simbólica (ARENDR, 2016; BOURDIEU, 1989; BRONFENBRENNER, 2015; CASTEL, 2010; ZIZEK, 2014).

### **3.1 Apresentando a dinâmica do contexto sociocomunitário**

A comunidade onde os adolescentes investigados estavam inseridos caracteriza-se pela presença de importantes fatores de fragilidade social, baixas condições de desenvolvimento, presença da violência e do fenômeno das drogas (uso e tráfico). Apresenta também baixo nível de segurança, convívio com a violência, subemprego ou desemprego associado ao tráfico de drogas. Neste ambiente, observa-se a contínua busca do adolescente pela superação da realidade imposta, notadamente pela necessidade de poder aquisitivo.

O contexto e as redes sociais dos adolescentes foram compostos pela participação no ambiente escolar; pelo trabalho informal, como venda de produtos ilegais como CD e DVD, trabalho em lava a jato e oficina de bicicleta; pela perspectiva de um trabalho formal como engenheiro, policial técnico-científico, delegado; pela prática de esportes; pela presença e convivência com a polícia; pelos elos com organizações vinculadas a atos de violência, diretos ou indiretos, como traficantes. Todos esses fatores estão aliados à microcultura da comunidade local.

A vida em espaços urbanos está sujeita a exposições a fatores estressores, momentâneos ou crônicos, capazes de promover desordem e desequilíbrio social, como a violência e o uso/tráfico de drogas, os quais podem ser internalizados por indivíduos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes. Tais situações produzem repercussões na saúde mental, física e no comportamento, especialmente em ambiente familiar. Os efeitos da comunidade sobre os adolescentes são complexos. Na desordem social, apesar da constante presença de fatores de vulnerabilidade, como a violência, prostituição e o fenômeno das drogas, o contexto proximal à vida cotidiana e os aspectos individuais devem ser considerados nas análises dos comportamentos do adolescente (BRONFENBRENNER, 2015; BROWNING et al., 2013).

Os adolescentes pesquisados apresentaram o contexto social como um desafio a ser superado, evidenciado pelas expressões “encarar a realidade” ou “sobreviver”. Ambos os termos referem-se à obrigatoriedade de participarem do contexto escolar, à necessidade de trabalharem, à convivência com a violência, e à superação das adversidades e limitações da vida cotidiana. Os

trechos a seguir trazem o uso dos termos “sobreviver” e “encarar a realidade” com tais conotações:

*A1: Eu queria viver, mas eu sobrevivo... (...) A1: Viver? Viver não tem coisa melhor não... Agora sobreviver, sobreviver é ruim... Você tem que trabalhar, tem que fazer de tudo e tem que acordar cedo. Viver? Nossa... Você não precisa acordar cedo, sair para todo lugar...*

*A7: Eu sou uma pessoa realista. Mas eu não gosto da realidade. Olha só pra nossa realidade, qual é a graça de viver numa realidade dessas? Se você sai aqui já leva um tiro, se vai ali você morre.*

As falas são extremamente representativas da fragilidade da estrutura social onde estavam inseridos. A fragilidade das políticas públicas, presente, de modo geral, na garantia dos direitos básicos de proteção à criança e ao adolescente, caminha em direção contrária à Convenção Internacional de Direitos da Criança e do Adolescente na Organização das Nações Unidas, assim como à CF, em seu artigo 227, e ao ECA (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

As incertezas e inseguranças são expressas pelos adolescentes em suas falas são reflexos da falência do modelo governamental de proposição de políticas públicas para as áreas de maior vulnerabilidade social. A incipiência de investimento e de políticas aumenta as disparidades sociais e produz a exclusão social. A inexistência de igualdade de acesso aos bens e às possibilidades gera o sentimento de anomia social e acarreta ansiedade e medo resultantes da ausência de normas sociais efetivas para a garantia de direitos. A anomia ocorre quando não há padrões estabelecidos para determinar o comportamento na sociedade ou comunidade, o que permite o emergir da desorientação, ansiedade e inabilidade para agir. Com esses

sintomas, as fragilidades das comunidades mais excluídas são agravadas (MAAS, 2014; SCHILLING, 2014; GIDDENS; SUTTON, 2016b).

Segundo Merton (1938), a anomia social pode ser relacionada a dois sentidos: o primeiro, a fragilidade de uma estrutura cultural que advém da intersecção entre os objetivos individuais e o aparato social que proporcione formas para alcançar os objetivos. E o segundo, por sentimentos negativos como raiva e frustração em relação às limitadas potencialidades sociais, o que culmina com violações às regras sociais por meio da prática de delitos (NORIEGA et al., 2013; BARBOSA, 2013).

O sintoma de anomia social observado na pesquisa evidencia a dificuldade de concretização de sonhos e desejos, assim como a ausência ou incipiência de oportunidades passíveis de proporcionar o desenvolvimento social e a superação das dificuldades. Tal anomia reflete não apenas a realidade de convivência com a violência subjetiva, física, presente na comunidade, e as ameaças vividas, mas, igualmente, formas sutis de coerção que têm sustentado as relações de dominação e exploração, exacerbadas em um contexto capitalista, sendo esta considerada uma violência objetiva (NORIEGA et al., 2013; ZIZEK, 2014).

Tal “realidade”, para Zizek (2014), é o contexto social no qual os indivíduos interagem com o mercado produtivo e de consumo. Essa realidade social de produção material e interação social sofre continuamente a influência do capital especulativo, que produz a violência sistêmica e anônima, e exclui, de modo automático, indivíduos considerados dispensáveis à produção e ao consumo de bens e serviços. Como resultado, manifestam-se a violência subjetiva, a violência física, institucional e o preconceito perpetuado.

O sentimento de insegurança na sociedade moderna, em suas várias demonstrações, surge, segundo Castel (2005), do individualismo moderno fruto das relações produtivas, de mercado, corporativistas, e da fragilização do sistema estatal de garantia do bem-estar social. Por outro lado, relaciona-se ao princípio da instantaneidade contemporânea, que justifica as experiências fugazes, o que Bauman (2001) denominou de “modernidade líquida”. Esses fatores causam o enfraquecimento dos laços sociais e o surgimento dos excluídos - indivíduos considerados incapacitados de reintegração na conjuntura social.

Com isso, podemos inferir que os termos “sobreviver” e “encarar a realidade” traduziram os sentimentos de anomia social diante dos enfrentamentos vivenciados cotidianamente por esses adolescentes. Entendemos também que a expressão “sobreviver” suscita duas vertentes de interpretação. A primeira, que se assemelha a “encarar a realidade”, relaciona-se às dificuldades vividas na comunidade, por exemplo, os fenômenos da violência e das drogas que ameaçam a vida e impedem o desenvolvimento da comunidade. Sob outra perspectiva, “sobreviver” foi utilizado para descrever o desinteresse pelo trabalho e estudo, aliado às limitações de acesso a bens e serviços que promovem o desenvolvimento social e o alcance do tão desejado bem-estar social.

Assim, as falas dos adolescentes expressaram a dificuldade de adesão aos comportamentos que contribuem para o desenvolvimento moral, como o estudo e o trabalho, e o anseio por uma vida livre de regras sociais necessárias ao desenvolvimento comunitário, assim como de inserção social dos adolescentes em desenvolvimento. Expressaram também desesperança

em relação ao futuro e alcance de objetivos sociais impostos. Assim, os resultados confirmam as ideias de Merton (1970) e Bauman (2001).

As considerações de Zizek (2014) são ratificadas nas falas a seguir, que demonstram anseio por dinheiro e bens materiais como via para a fuga da realidade.

*A1: “(...) Trabalhando... Mas trabalhar é tenso, com um salário mínimo...; A1: Eu quero trabalhar honestamente, ter minha casa, minha mulher, meu filho... passar cada final de semana em um lugar diferente...”.*

Os adolescentes, ao verbalizarem o anseio por dinheiro, sinalizaram para valores grupais e sociais que influenciam os comportamentos de acordo com o grau de necessidade que os indivíduos atribuem aos bens (SANTOS; FERNANDES, 2011).

O consumismo na adolescência está relacionado a três diferentes aspectos: por uma tendência de relacionar o poder de compra à percepção de sucesso; pela convicção que o ato de comprar promove felicidade; e pela centralidade que o consumo adquire na vida (LADEIRA; SANTINI, 2016). Desse modo, a aquisição de bens materiais impulsiona o desejo e a necessidade de consumo entre adolescentes, em especial pela exigência de afirmação e identificação grupal.

Assim, os adolescentes manifestam o consumismo inerente às relações sociais e, neste contexto, as drogas representam um fenômeno utilizado tanto como via para alcance de imediato poder aquisitivo, por meio do tráfico, quanto, no caso do uso, como obstáculo, por fragilizar a relação com o estudo

e o trabalho. Em suas falas, os adolescentes referiram-se a objetos que, para eles, denotam poder aquisitivo. Vejamos:

*A6: “Ouro, prata, calção da [marca de roupa], camisa e boné da [marca de roupa]... e o flagrante no bolso...”.*

A banalização das práticas de consumo pela sociedade, emancipada pelos meios de comunicação, tem imposto padrões de consumo relacionados a expressões da identidade e conquista de notoriedade que estimulam a cultura consumista (CARVALHO, 2010; BAKER et al., 2013).

Práticas socioculturais são instauradas sempre que modelos culturais atuam como mediadores de práticas comuns, compartilhadas entre membros de um mesmo grupo social. Tais práticas suscitam expectativas e estabelecem normas que determinam o modo como os indivíduos devem se comportar (SAMPAIO, 2009).

Para os adolescentes, o uso de produtos e vestimentas de valor proporciona prestígio e identificação grupal, o que culmina em uma falsa percepção de poder. O simbolismo do poder do consumo, aliado à precariedade das relações pessoais, familiares e sociais, induz os adolescentes à consolidação de vínculos nocivos que os conduzem à prática de delitos, aspecto que repercute de modo significativo quando alcançam a vida adulta (CARVALHO, 2010; SANTOS; FERNANDES, 2011).

Ladeira et. al, (2016), evidenciaram o comportamento consumista de crianças e adolescentes e demonstraram que existe uma influência interpessoal positiva para essa postura, de modo que poderíamos atrelá-la aos pares e à comunidade. Outro aspecto relevante é a relação negativa estabelecida entre os sentimentos de satisfação com a vida e o consumismo.

A demonstração social de consumo no universo adolescente revela o sentimento de imediatismo que esfacela valores e normas sociais imprescindíveis ao convívio em comunidade, aspecto evidenciado por práticas delinquentes e criminais. Tais valores são substituídos pelo poder de consumo e por objetos que continuamente perdem a importância e a função. Com isso, o poder traduz-se no consumo, determinante para o pertencimento dos adolescentes ao grupo de interesse e atribuição de valor entre seus pares.

Os adolescentes apresentaram um afrouxamento em suas percepções de justiça e respeito, o que se observa pela tendência a comportamentos ilegais, como assaltos. As falas a seguir permitem apreender essa percepção:

*A6: “É bom demais... Hoje quem governa o mundo são os maiores ladrões... Tá bom demais... Vamos virar bandido...; A4: bom demais você tem dinheiro fácil...”.*

*A4: “Ah, buzão [referindo-se ao transporte coletivo] dá dinheiro se você for parar cada um que anda lá... Pega o dinheiro da bolsa e vai embora...”.*

*A13: “Respeito quem é merecedor de respeito; A8: Respeito é merecido então?! Só tem mérito quem me respeita, senão...”.*

*A1: “Justiça é uma coisa que não acontece aqui no nosso Brasil né? ...prender os errados... Soltar os inocentes... A6: Justiça é um bando de safado...”.*

As falas evidenciam a ruptura de normas sociais como não roubar e representam o que Pereira (2009) atribuiu à falência da estrutura normativa da sociedade moderna, de modo que o comportamento corrupto atinge não mais somente o Estado, mas igualmente a população. A limitada conexão com a estrutura e as normas sociais e a ausência de garantia de direitos equânimes culminam por produzir sentimento de anomia, atitudes antissociais e delinquência (BARBOSA, 2013; MERTON, 1970), tal como observado em nosso estudo.

O perfil de comportamento delinquente também está associado a fatores como a convivência com pares (GOMES, 2016) que apresentem comportamentos de delinquência, à presença de violência familiar e comunitária, ao uso de drogas e à exposição a eventos estressores, como violência escolar e baixa qualidade das relações interpessoais em outros contextos sociais (NARDI; FILHO; DELL'AGLIO, 2016). Todos esses fatores são igualmente capazes de influenciar o comportamento antissocial e produzir indivíduos anômicos, fenômenos que precedem a manifestação de condutas desviantes (NARDI; DELL'AGLIO, 2010; 2016).

Observa-se, nas falas dos participantes, a debilidade da estrutura de valores da comunidade fragilizados pela lógica do benefício próprio que justifica a permissividade de atos ilícitos diante de um cenário social de corrupção disseminada, que possivelmente responde ao quadro de insegurança.

As múltiplas faces da violência, em especial cometidas por adolescentes ou jovens e, em outras circunstâncias, pela polícia, foram narradas tendo a rua como cenário.

*A9: “Fui roubado duas vezes seguido, roubaram numa semana e depois na outra semana”.*

*A6: “Estava com um amigo meu, aí chegou o policial e perguntou se ele tinha passagem (...) aí ele ‘uai e esse homicídio aqui? e esse furto na escola? (...) O cara tinha matado o próprio padrasto, mas também merecia morrer...”.*

*A6: “...o cara chegou devagar, aí quando ele viu, assim, tentou correr, tropicou e caiu, aí o cara já chegou a sangue frio, e disparou, ‘ta, ta’ na cabeça”.*

*A9: “...a rua é o lugar onde os meninos saem pra roubar”.*

A convivência em um ambiente estressor é, por si só, uma violação aos direitos humanos, analisada como uma forma de violência, que torna os indivíduos vítimas na medida em que lhes são negados os mecanismos para o acesso aos bens necessários à vida (SCHILLING, 2014; MACEDO; FELIPE, 2016; NARDI; FILHO; DELL'AGLIO, 2016).

Em todas as circunstâncias onde ocorrem violências, há, além das vítimas diretas, as indiretas, como crianças e adolescentes que se desenvolvem em um cotidiano hostil. Para que este ciclo seja rompido são imprescindíveis meios de recuperação e alívio do sofrimento psíquico – o qual se torna, silenciosamente, o principal mecanismo da violência no interior das vítimas (SCHILLING, 2014).

A rua foi apresentada como local de diversão e susceptibilidade à violência concebida como própria das relações sociocomunitárias, cenário de assaltos e assassinatos, por vezes cometidos por outros adolescentes ou durante abordagens policiais. Portanto, os indivíduos de nosso estudo, inseridos nesses contextos opressores, são vitimados, mesmo que indiretamente, confirmando as ideias de Schilling (2014).

É importante que pontuemos algumas incoerências nas falas dos adolescentes. Como apresentado anteriormente, os participantes justificaram atos ilícitos como resposta a um cenário de desigualdade socioeconômica, ao passo que consideraram inseguros o microsistema e mesossistema onde viviam. Além disso, banalizaram a violência, retratada na frivolidade com que relatavam situações de assaltos e abordagens policiais.

Apesar das experiências de violência e crimes, representadas por tráfico, roubo e homicídios, verbalizaram ter acesso, conhecimento, interesse e

prazer pelos mesmos instrumentos que provocavam violência e medo. Ainda, armas de fogo foram descritas como objetos de segurança comuns na comunidade e adquiridos com facilidade.

*A6: “Ou você acredita que o cara lá perto de casa está com um rifle?! (...) A6: Depois vou levar você lá para você ver... (...) A1: A senhora nunca viu nenhum tipo de arma? Nenhum, nenhum?! Vou trazer, nem que seja um para a senhora pegar!”*

*A18: “Gosto de armas, porque é legal... risos... eu fiz esse desenho por que... (...) É proteção...”*

Njaine e Minayo (2003) referem que o acesso e a disponibilidade de armas de fogo contribuem para o aumento da violência entre jovens. Desse modo, as relações entre segurança pública e a saúde demandam ações efetivas de gestores para contornar o acesso impulsivo aos armamentos (TRINDADE et al, 2015).

Em Maceió, Alagoas, homens, jovens entre os 15 e os 29 anos, são os mais afetados por óbitos causados por armas de fogo, motivados intencionalmente e registrados como agressão. Na cidade de Goiânia, estudo realizado em um hospital de urgências de médio porte evidenciou o sexo masculino, jovens, de baixo nível socioeconômico e com nível de escolaridade até o ensino fundamental como principais vítimas por armas de fogo. Os dados legitimam o perfil socioeconômico dos adolescentes investigados no presente estudo e revelam-se preocupantes em virtude do interesse que demonstraram por tais instrumentos (MELLO-SILVA et al., 2012).

Outros estudos igualmente apontam a concentração de vítimas de homicídios na população de adolescentes e adultos jovens do sexo masculino (SOUZA; RAMOS; PINTO, 2014; TRINDADE et al., 2015; WAISELFISZ, 2011,

2012, 2013). Nesse contexto o adolescente assume papéis antagônicos, tanto de agressor como de vítima (BELON; BARROS; MARÍN-LEÓN, 2012).

Nos EUA, crianças e adolescentes convivem com armas de fogo nas próprias residências, assim como em casas de parentes e amigos, o que tem influenciado que sejam utilizadas por adolescentes mais velhos e do sexo masculino, frequentemente motivados pelo senso de proteção e autodefesa. A presença desses instrumentos no convívio familiar tem facilitado o acesso, possivelmente associado às altas taxas de mortes no país - intencionais ou não (COOK; LUDWIG, 2004; MCGUIRE et al., 2011).

Entretanto, apesar dos danos inquestionáveis causados pelo aumento do acesso a armas de fogo, que está diretamente relacionado à presença desses instrumentos também nas periferias, observou-se, nas falas de alguns adolescentes, uma consagração de armas como símbolos do poder e de imposição sobre a comunidade e os pares. Acresce-se o imaginário de que assegurem proteção (COOK; LUDWIG, 2004; NJAINE; MINAYO, 2003; WAISELFISZ, 2011).

Com base nos aspectos mencionados, sustentamos que a presença de armas de fogo em ambientes proximais (microsistema e mesossistema) configura um fenômeno problemático que expõe adolescentes a vulnerabilidades e comportamentos de delinquência, assim como ao risco de injúrias físicas. Tais fenômenos são agravados pelos significados de poder, segurança e prazer que tanto os atraem a portá-las.

Os participantes expuseram suas percepções sobre dois sistemas de privação de liberdade: o sistema socioeducativo para menores de 18 anos e aquele destinado a adultos. Expressaram ainda percepção da impunidade em

atos delinquentes e criminosos cometidos por adolescentes, assim como sobre as prováveis consequências da equiparação de adolescentes e adultos em uma instituição de privação de liberdade.

*A4: “Por isso que os menores fazem pelos maiores... os menores podem fazer as trapalhadas aí no meio do mundo... aí quando fica maior de idade, limpa tudo, (...) fica com nome limpo”.*

*A4: “Depois que você sair... Você sai pior do que entrou. A1: Depois que ele sair não vai ficar igual ao que ele entrou não, ainda sai revoltado e faz pior, vai sair... Matar igual um condenado...”.*

Dois aspectos devem ser considerados nas falas acima. Primeiramente, sobre a impunidade para atos criminosos e delinquentes cometidos por adolescentes.

Segundo o ECA, menores de 18 anos são imputáveis perante a lei, fato que gerou, nos adolescentes participantes deste estudo, a percepção de impunidade. Segundo eles, isso têm contribuído para perpetuar o comportamento desviante, ao passo que renova o ciclo de violência e alimenta os sintomas de anomia social, antissociabilidade (BARBOSA, 2013; DOMENACH, 1981; MERTON, 1970; NORIEGA et al., 2013).

No Brasil, adolescentes que cometeram atos infracionais, compreendidos como crime ou contravenção penal, são submetidos a medidas socioeducativas, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (Lei 12.594/2012).

Entende-se por medidas socioeducativas aquelas definidas no Artigo 112 do ECA: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e

internação em estabelecimento educacional. São objetivos das medidas socioeducativas, segundo o Sinase:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Contudo, apesar da garantia de direitos aos adolescentes em medidas socioeducativas, em especial às de privação de liberdade, não se observa nas instituições a efetivação do disposto na lei (Lei 8069/1990; Lei 12.594/2012). As medidas de privação de liberdade atuais não têm contribuído para reduzir a criminalidade, pelo contrário, têm formado delinquentes e, portanto, contribuído para a organização criminosa. Não têm sequer corrigido ou punido, assim causando danos ao desenvolvimento social dos indivíduos como cidadãos aptos à reintegração produtiva na sociedade (ALTOÉ, 2009).

O segundo aspecto assinalado pelos participantes nos remete ao sistema prisional brasileiro que, conforme a CF e a Lei de Execuções Penais (7.210/1984), deveria ser instrumento de ressocialização. No entanto, pelas mazelas presentes nos ambientes prisionais e pela privação de direitos humanos, tem formado indivíduos em desequilíbrio mental, submetidos a processos de “desculturação” e “prisionalização”, culminando com a perpetuação de crimes. Esses processos contribuem para a permanência em atividades criminosas, uma vez que o sujeito encarcerado se identifica com a cultura da prisão e não possui mais a habilidade de moldar seus

comportamentos conforme os preceitos da ética normativa da sociedade (AZEVEDO et al., 2015; BARATTA, 2002; BITENCOURT, 2011).

Quando retirado da sociedade, o sujeito, adolescente ou adulto, é imerso em um sistema que, em seu arcabouço legal, prevê apenas a privação da liberdade, embora a ele sejam garantidos por lei todos os direitos humanos assegurados ao restante da sociedade. Entretanto, na prática, não é o que se observa nas instituições penitenciárias e socioeducativas, onde os indivíduos, no decorrer do tempo, perdem a moral e a personalidade, o que se reflete na limitada reinserção social (AZEVEDO et al., 2015).

Segundo Altoé (2009), as consequências do internato para adolescentes e do presídio, para adultos, são distintas, contudo, igualmente graves, uma vez que tais instituições não asseguram os direitos de pessoas singulares e cidadãos. São, portanto, sistemas ineficientes.

O sistema socioeducativo e as prisões enquadram-se no modelo teórico de Bronfenbrenner (2015) como um mesossistema, pois, apesar dos participantes da pesquisa não terem diretamente vivenciado o Sistema Socioeducativo, a violência intrínseca a esse sistema afeta os demais adolescentes do convívio social e, com isso, produz repercussões sobre a comunidade.

Acresce-se que, embora os adolescentes da pesquisa não tenham tido experiências diretas com o meio socioeducativo até o período de coleta de dados, a impunidade observada em relação à delinquência juvenil tem interferido na compreensão e adesão aos preceitos de justiça e normas sociais. As consequências dessas percepções são devastadoras, uma vez que o

adolescente perde o medo de cometer atos ilegais que lhe garantem dinheiro e poder.

Salvo esse entendimento, os participantes desta pesquisa reconheceram as graves repercussões caso adentrassem o sistema prisional quando adultos. Descreveram-no como um ambiente formador de delinquentes, que invariavelmente seriam reincidentes em atos criminosos, o que sinaliza para a não recuperação do indivíduo privado de liberdade.

Outro importante fenômeno que contribuiu para o complexo de vulnerabilidade dos adolescentes foi o das drogas. Verificamos que o problema das drogas era inerente à comunidade, em especial a maconha, “cultuada” em roupas, acessórios e músicas. A “droga” relacionou-se à prática do tráfico, apontado como particularidade de comunidades excluídas, que objetiva a busca pelo dinheiro e bem-estar, assim como ao uso.

*A6: “Eu estou falando pra você moço os meninos daqui... A2: daqui desse CRAS já tem três que fumam... A6: só tem droga pra lá e pra cá... Risos... A6: Vou ali buscar para ela ver... risos”.*

*A6: “...fala que é o pecado... me fala qual pecado que tem em fumar um maconha... mesma coisa de um cigarro... que pecado que tem você vender droga? Então fumar e beber também é pecado! (...)Então e quando você fuma... senão fizer nada?!”.*

*A1: “...o uso que não tem, o tráfico tem, porque quem tem dinheiro, por exemplo, como o filho do Silvio Santos não vai precisar vender droga para ter dinheiro...”*

No que se refere ao fenômeno da drogadição, a compreensão das causas e dos fatores a ele inerentes abre possibilidades para uma diversidade de estratégias de prevenção e ações protetivas contraditórias. Embora achados científicos demonstrem que a etiologia do uso de substâncias na adolescência

centra-se nas influências sociais, que promovem experimentação ou iniciação do uso (MAYBERRY; ESPELAGE; KOENIG, 2009), características individuais, familiares, de pares e do contexto comunitário dos adolescentes podem conduzir a este desfecho (JACKSON; DENNY; AMERATUNGA, 2014).

Tal proposição encontra sustentação na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que reconhece a interação entre diferentes sistemas (microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema) no processo de aprendizado e definição comportamental durante o desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 2015).

Desse modo, podemos inferir que o consumo de drogas relatado pelos adolescentes desta pesquisa esteve relacionado a normas culturais do grupo no qual estavam inseridos, que refletem a cultura presente na comunidade (LEIFHEIT et al., 2015). Pode, ainda, ser influenciado por características como baixos níveis socioeconômicos da comunidade (JACKSON; DENNY; AMERATUNGA, 2014). Nessa conjuntura, a família e a escola devem colaborar com a prevenção, de modo a suscitar na população adolescente discussões em torno desta problemática (BITTENCOURT; GARCIA; GOLDIM, 2015).

Portanto, a banalização do uso de drogas, em especial da maconha, o consequente comércio ilegal da substância, que abastece de recursos financeiros parte da comunidade, e sua forte representação cultural, os sentimentos de anomia social, antissociabilidade e a delinquência refletiram na vulnerabilidade social na qual os adolescentes estão imersos, visto que tais fatores fragilizam os vínculos sociais saudáveis.

### 3.2 Revelando a opressão no contexto do desenvolvimento

O “eixo opressão”, agora apresentado, revela questões que perpassam o cotidiano de vida dos adolescentes pesquisados, em especial a estreita relação com dois fenômenos de maior relevância - a violência e as drogas -, que se fizeram presentes em todos os ambientes ecológicos do desenvolvimento dos adolescentes (BRONFENBRENNER, 2015). Iniciaremos esta categoria pela apresentação de aspectos inerentes ao fenômeno das drogas, ainda não discutidos na categoria anterior.

Este fenômeno representa uma grave problemática social e de saúde pública que exige dos governos investimentos em tratamentos, meios de reabilitação e reinserção social. O uso de drogas ilícitas, parte fundamental desta problemática, é objeto de preocupação de familiares e educadores, sobretudo quando o consumo ocorre durante a adolescência (SAMPAIO; HERMETO; CARNEIRO, 2009).

Assim como acontece em grande parte dos países, o fenômeno das drogas esteve presente no contexto social pesquisado, sendo, por vezes, mediador relacional entre adolescentes, seja pelo uso, seja pelo tráfico (NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011).

Observou-se, nas falas, a vitimização dos adolescentes pelo testemunho de atos violentos perpetrados contra outras pessoas. A violência esteve especialmente associada à cultura da maconha, símbolo cultural que motiva ações policiais.

*A6: “Um colega meu estava com uma dessas [pulseira do Afro Reggae]... Ele [o policial] a pegou e arrancou, o fez segurar assim [entre os dedos] pegou o isqueiro começou a queimar a pulseirinha...*

*quando chegou perto do dedo dele [do adolescente] o policial perguntou: “está queimando garotinho?” “[menino] está...” [polícia] “então segura mais um pouquinho...”*

A vitimização indireta é um fator que fragiliza os adolescentes e pode estar relacionada ao uso de álcool, tabaco e maconha. Entretanto, a adesão ao uso é ainda determinada por fatores imediatos do contexto social e familiar, sendo que os principais estudados por Miller, Fagan & Wright (2014) apontam o potencial preditor do grupo de pares e o vínculo familiar. Os autores pontuaram que o grupo de pares possui influências ora protetoras, ora de risco. Ou seja, adolescentes imersos em grupos que fazem uso de drogas têm mais chances de envolvimento com substâncias ilícitas, mesmo que não tenham apresentado comportamentos delinquentes em período anterior ao ato de violência (MILLER; FAGAN; WRIGHT, 2014).

A maconha é a droga ilícita mais consumida mundialmente e, entre adolescentes, é no Brasil a principal substância ilícita, com tendência de aumento do uso entre adolescentes escolares, em especial do sexo masculino (LARANJEIRA et al., 2014; NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011). A presença da maconha e a importância a ela conferida pelos adolescentes pesquisados também foram assinaladas em outro estudo (BITENCOURT, 2015). Tal fato pode estar relacionado à maior permissividade ao uso desta droga entre adolescentes, segundo resultados de um estudo desenvolvido em Rodas Culturais do Rio de Janeiro (VERÍSSIMO, 2015).

Outro estudo desenvolvido em Florianópolis evidenciou o acentuado uso de maconha entre adolescentes do ensino médio, com idade para primeiro uso aos 13,7 anos e forte associação com o consumo de álcool e outras drogas na família (GIACOMOZZI et al., 2012).

Diferentemente de nossa pesquisa, em que observamos a naturalização ao uso da maconha acompanhada de repressão policial, o estudo realizado por Veríssimo (2015) apontou tolerância policial ao uso dessa droga.

As diferenças nas abordagens ao uso de drogas, em especial da maconha, identificadas em distintas localidades decorrem da resignificação do fenômeno nas representações morais e normativas na sociedade, que construíram demarcações associadas a determinados grupos e localidades. Essas delimitações são definidas por estereótipos, principalmente da população negra, que culminam na segregação do meio social (SANTOS et al., 2015).

A permissividade para com o uso da maconha pode ser compreendida pelo concepção de normas sociais, que se definem como padrões de interações entre os indivíduos, e que determinam a identidade grupal, as condutas, os padrões de relações sociais e os critérios a serem avaliados. Assim, tais normas objetivam corresponder a uma demanda de compreensão do contexto de interação dos adolescentes (SANTOS et al., 2015; WILLER; KUWABARA; MACY, 2009).

Entretanto, essa permissividade e a presença de um contexto social no qual o consumo da droga contribui para atividades de pequenos traficantes são aspectos que incentivam uma política de guerra às drogas. Para Karam (2015), o combate às drogas se dirige a uma parcela específica de produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas, mas os principais alvos são aqueles mais vulneráveis, negros, pobres, desprovidos de poder e marginalizados.

Ainda segundo o autor, o combate às drogas, que tem como principais atores as polícias, é, como tantos outros, violento e responsável por milhares de mortes, pois o policial, estimulado pela instituição, pela mídia e pela sociedade, é autorizado a usar da violência, o que não condiz com os pretensos objetivos de promover a paz e a harmonia.

Na comunidade, a maconha possui significados que extrapolam o entendimento limitado de “droga”. Para os adolescentes, significa resistência à repressão pela condição social, fuga da realidade e uma ilha de prazer em um universo de violência, exclusão e sofrimento. Como um fenômeno cíclico, seu, ao perder a conotação de ilegalidade e dano, torna-se corriqueiro para grande parte dos adolescentes. O mesmo ocorre com a sua “venda”. Atualmente, no entanto, a representação do culto à maconha é, por si só, objeto de repressão da polícia, inclusive por meio de atos de violência e tortura.

Os adolescentes, questionados sobre os fatores que os motivam a usar drogas, alegaram mágoa, raiva, alívio, busca de esquecer o sofrimento e influência de amigos.

*A16: “Eu acho que por depressão... eu não vou culpar meus amigos... (...) mas não vou falar que não foram eles quem me ofereceram... eles me ofereceram, e eu podia ter rejeitado... burro fui eu que aceitei, mas agora estou sendo esperto...”.*

*A20: “Para aliviar a dor deles, tem muitos jovens que entram no mundo das drogas porque acham que as drogas aliviam as mágoas...”.*

Para compreender adolescentes de comunidades menos favorecidas como indivíduos em vulnerabilidade social, devemos perpassar pelo entendimento do contexto social desarticulado. O contexto social contribui para que, por meio de precárias condições socioeconômicas, desagregação familiar,

falência da educação pública e a ambivalência moral, busquem fugir da angústia e opressão da realidade proporcionada pelas drogas (SAMPAIO, 2009).

Nesse sentido, o início do consumo na adolescência não ocorre eventual ou acidentalmente. Trata-se de um comportamento produzido por uma teia de fatores na qual o adolescente se encontra imerso. Tais fatores, por sua vez, permeiam as diversas dimensões da vida do sujeito, em especial nos contextos proximais do desenvolvimento. Também podemos citar os seguintes aspectos: fragilidade do vínculo familiar, permissividade dos pais, violência, uso de substâncias ou problemas psiquiátricos dos genitores, baixo rendimento escolar e vínculo escolar enfraquecido, aceitação do uso de substâncias na comunidade, curiosidade, fatores emocionais, baixo nível de informação sobre drogas, baixa autoestima e vulnerabilidade psicológica e fisiológica aos efeitos das drogas determinada por fatores genéticos (MICHELI et al., 2011; NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011; PEDROSA et al., 2016)

Entretanto, apesar desses fatores, em nosso estudo ganhou notoriedade o envolvimento com pares desviantes. Segundo a literatura, ter um amigo envolvido com o uso de substâncias, portanto contar com a permissividade do grupo de pares, e a necessidade de pertencimento grupal tornaram o sujeito adolescente mais vulnerável à iniciação do uso de drogas (NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011).

Ainda, convém ressaltar a fragilidade psicológica relatada pelos participantes da pesquisa. As características psicológicas dos adolescentes (sintomas depressivos, crises de angústia, insatisfação com o cotidiano, insegurança e ausência do sentimento de pertencimento) afetam diretamente a

sua saúde mental. Assim, na busca por atividades que lhes permitam uma melhor sensação, as drogas surgem como um remédio e, na tentativa de se automedicarem, provavelmente serão usadas. Portanto, quanto maior a incapacidade de tolerar frustrações, maior será a vulnerabilidade ao envolvimento do adolescente com drogas (SCIVOLETTO, 2011).

Ademais, o universo multifatorial que predispõe ao envolvimento com as drogas pode também refletir em comportamentos como a delinquência, violência, baixo rendimento estudantil e precocidade nas relações sexuais. Essas situações levam a assumir o uso de drogas como um mecanismo de suporte às problemáticas da vida (NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011).

Sob essa perspectiva, o presente estudo permite apreender que, apesar dos fatores incomensuráveis relacionados ao fenômeno das drogas, o pertencimento ao grupo, a presença das drogas no contexto sociocomunitário e os sentimentos de angústia, ansiedade e depressão, comuns ao processo de desenvolvimento do adolescente, foram os principais responsáveis pelo envolvimento com drogas. Desse modo, nossos dados apoiam as concepções da Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 2015).

O consumo de drogas ilícitas, em particular, transitou por dois polos opostos. O crack representou o verdadeiro sentido de “droga” para os adolescentes, que demonstraram receio de usá-lo pela probabilidade de conseqüente vício. No outro polo, destacamos a maconha, que não foi considerada uma “droga”, ainda que seus efeitos nocivos sobre o comportamento tenham sido assinalados.

*Pesquisadora: O que é droga? A1: A pedra... A6: A amarelinha... que você vende de madrugada...*

*A16: eu conheço um cara que ele usava pedra e quando ele entrou na clínica (...) ele deitou no chão e chorou... bateu a cabeça no chão pedindo a mãe dele para comprar porque ele não dava conta de viver... A droga vai corroendo o cérebro.*

*A1: Calmante... Risos... (...) “e que a fumaça de Bobby ilumine os nossos caminhos” (cantando)...*

*A3: Usam para ficar mais calmo, mais de boa... A16: Depende da pessoa né? Tem pessoa que fuma saí aí querendo bater... Sai doido... Acho que é por aí... (...) Meu primo fica estranho, ele fica nervoso...*

O uso de drogas, em menor ou maior quantidade, acarreta sérias repercussões para a saúde, destacando-se a inclusão social e o desenvolvimento saudável de adolescentes em vulnerabilidade social. Em relação ao seu uso abusivo, os prejuízos são visíveis na família e na sociedade, representados pelo fracasso estudantil, rupturas com o emprego, a família e pela suscetibilidade à violência e ao crime (MAURINA et al., 2012; PEDROSA, 2016; PEDROSA et al., 2016).

No estudo de Santos (2014), a maconha, juntamente ao crack, foi apresentada como uma “droga”. No estudo de Pedrosa et al., (2016), o crack foi descrito como uma substância que proporciona prazer e alívio aos sofrimentos, mas com alto poder de tornar o sujeito dependente, inclusive sob risco de sérias repercussões para a vida social e familiar.

Em nosso estudo, assim como no de Silva et al., (2014), os adolescentes atribuíram distintos significados para a maconha e demais substâncias ilícitas. As representações da maconha (*Cannabis sativa*) nas falas demonstraram que ela não reflete o sentido de “droga” como substância ilícita e danosa. Tal como no estudo de Pedrosa et al., (2016), o termo “droga”, esteve associado a substâncias prejudiciais ao comportamento, à liberdade e à saúde,

em especial representadas pelo *crack* (substância à base de cocaína em pó, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada).

Entretanto, é válido ressaltar que as primeiras substâncias ilícitas a serem experimentadas pelos indivíduos em tratamento institucionalizado para a dependência de *crack*, investigadas também no estudo de Pedrosa et al., (2016), foram o álcool, o cigarro e a maconha, assim como em nosso estudo, tendo sido todas já utilizadas pelos adolescentes pesquisados. Tal dado é preocupante, visto que podem ser consideradas drogas de iniciação e, portanto, contribuem para a vulnerabilidade ao uso de substâncias com alto poder de dependência, como o *crack*.

Portanto, tal permissividade ao uso de maconha, anteriormente discutida, revela uma compreensão equivocada dos sentidos atribuídos às substâncias ilícitas. Assim, compreende-se que a ressignificação da maconha esteve atrelada à cultura comunitária, ao acesso facilitado e ao convívio cotidiano com essa substância. Por consequência, o acesso, o uso e a convivência com as drogas contribuíram para a noção de “vício”.

A dependência química, por sua vez, foi descrita como comportamento opcional, relacionado à fraqueza de personalidade.

*A16: A pessoa só vicia se ela quiser... (...) acho que se eu consegui sair, a pessoa também consegue sair...*

*A18: Porque quando o vício pega mesmo é como se fosse... Como se fizesse parte da sua vida... A17: É como comida, você não consegue ficar sem...*

A dependência química, provocada pelo uso de substâncias psicoativas, pode ser representada pela dificuldade em se desprender deste uso, o que favorece o surgimento de manifestações mentais e

comportamentais, em que o sujeito não é capaz de realizar atividades rotineiras de modo integral devido ao uso descontrolado. Por vezes, está relacionada também a eventos de violência (HORTA et al., 2014; SANTOS et al., 2015; SENAD, 2014).

Apesar dessas informações serem de conhecimento comum, o consumo de substâncias psicoativas tem crescido, fato que invariavelmente contribui para o aumento do tráfico de drogas. Nesse aspecto, pares são fortes preditores do comportamento. Em estudo norte-americano, evidenciou-se a influência dos pares no uso de drogas, o que igualmente pode contribuir para a dependência pela frequente exposição no contexto social. Por sua vez, a dependência química, em especial da maconha, acarreta pior desempenho escolar, com potencial para a evasão escolar, relações frágeis com a família e os amigos (SENAD, 2014; SHAD; STAHRÉ, 2014).

Apesar do consumo dessas substâncias configurar objeto de preocupação, a discussão ganha relevância quando se observa o surgimento de uma nova significação às drogas, que têm alcançado o status de mercadoria, e, por conseguinte, a sua venda perpassa pela lógica de mercado (SENAD, 2014).

Com base nos dados apresentados, refletimos sobre o significado da droga para os adolescentes. Para a maioria, o uso é banalizado e até mesmo valorizado. Os participantes expressaram compreender a dependência como uma falácia. Entretanto, um dos participantes relatou reações causadas pelo uso de drogas que diferem do considerado comum pelo grupo.

Outra faceta deste fenômeno é o tráfico, apontado como oportunidade e grave risco ao desenvolvimento saudável, inclusive com repercussões

negativas na vida e na comunidade. Trata-se de um integrante de um fenômeno que faz parte do ciclo de violência, prisão e morte.

*A6: “Tem dois anos que ele está lá, ele é meu colega (...) Agora ele ficou cinco meses... Vai ficar fora de casa até o cabelo dele crescer, ele disse... Risos... Voltar de novo, né... O ciclo dele... voltou a fazer o que ele fazia... (drogas, tráfico).”*

Nesse sentido, os adolescentes investigados assemelham-se aos demais que já cometeram delitos. São, em sua maioria, indivíduos de classe social vulnerável, com baixa escolaridade, negros e pardos, residentes em áreas marginalizadas e estigmatizadas, mas, sobretudo, em locais marcados pela ausência do Estado. O uso de drogas no universo adolescente, está, portanto, diretamente associado à violência, em especial nos contextos onde há tráfico de drogas, condição que favorece o surgimento de grupos delinquentes e criminosos (MAAS, 2014; SENAD, 2014)

Com isso, nosso estudo pontua a fragilidade do poder público de efetivar políticas de prevenção e recuperação de adolescentes imersos no fenômeno das drogas, e ainda que o Estado pouco tem correspondido às suas funções sociais, no sentido de atender a uma crescente demanda por educação, saúde, recuperação e segurança pública e propiciar terrenos férteis para pessoas em vulnerabilidade.

Outra importante forma de violência subjetiva, o preconceito, emergiu como uma nova subcategoria, neste estudo evidenciado por meio de relatos e representações dos relacionamentos comunitários, ora como autores, ora como vítimas. Sofrido, presenciado ou mesmo praticado, o preconceito, em suas diversas formas (racismo, sexismo, homofobia), legitima diversas violências e

promove vulnerabilidades; portanto, interfere no desenvolvimento social (MACEDO; FELIPE, 2016).

O preconceito racial compôs o ciclo de vulnerabilidades e violências no convívio comunitário e foi observado nas falas, representações e brincadeiras. Interessante notar a expressão de racismo nos atuais padrões estéticos que constroem a identidade social com base na representação de beleza.

*A6: “É uma loira... A1: dos olhos azuis e corpo da Beyonce... E branquinha... Branquinha... (...) A2: nem precisa pintar ela; A6: ela tem os olhos verdes...”.*

Nos discursos, os adolescentes demonstraram a segregação da beleza, que atualmente torna o corpo feminino um objeto de domínio e controle social. Se interpretarmos os discursos como ações exercidas pelos indivíduos na sociedade e sobre si mesmos, produzidos por meio de práticas sociais, ações e instituições (KUMARAVADIVELU, 2006), podemos identificar os reflexos da normatividade racial e midiática sobre o corpo feminino, quando identificaram a beleza segundo padrões arianos (PAULA, 2012).

Assim, na medida em que entendemos o discurso masculino sobre a normatividade racista da beleza feminina, devemos considerar que tais ações se constituem nas relações de poder que os indivíduos, moldados por valores e crenças, exercem nas relações sociais em que estão imersos, o que contribui para a perpetuação da segregação social e do racismo (PAULA, 2012).

Torna-se imperioso ressaltar que a beleza representada pelos adolescentes diverge do estereótipo dominante da comunidade onde vivem, e também de seu próprio perfil racial, visto que 90% deles se autodeclararam pretos ou pardos e que o padrão racial do município pesquisado é de

aproximadamente 70% da população autodeclarada de pretos e pardos (IBGE, 2010). Assim, os adolescentes não apenas demonstraram o preconceito racial, mas colaboraram para a dupla opressão: o da mulher negra (LOPES, 2012).

Desde o primeiro discurso que evidenciou o preconceito racial inconsciente, velado e subjacente às relações sociais e à cultura da beleza apregoada na comunidade, observamos que a relação entre vitimização e autoria do racismo se confunde nas relações sociais dos adolescentes. Na medida em que representaram, de modo inconsciente, o preconceito racial por meio da definição de beleza, assumiram o preconceito como fator inerente à raça negra, representado pelo verbo “ter”. Ainda, concluíram que o racismo é uma das causas de diferenças sociais de inclusão de brancos e pretos e da violência física e verbal, que incorre nas relações com agentes públicos.

*A7: “... ser preto é motivo de preconceito...; A6: ser preto é motivo de ter preconceito... Você é preto já, puxa... Olha o tanto de apelido... (...) O bom de ser branco é que a sociedade vê de maneira diferente dos pretos... (...) As pessoas brancas são mais bem vistas pela sociedade...”.*

*A5: “Ainda tem os professores que “xingam” de macaco, de preto, preconceito lá com os meninos”.*

No Brasil, a segregação racial, naturalizada nas relações sociais, contribui para a predeterminação verticalizada das condições inatas às pessoas, ou seja, àquelas pretas ou pardas, tal segregação impele à pobreza, à limitação de recursos e ao acesso a serviços que promoveriam o desenvolvimento social. Entretanto, a segregação social e o racismo não se limitam ao plano ideológico, mas se materializam nas representações de violência no país, expressas por altos índices de mortalidade precoce e

violenta, que afetam em especial os adolescentes (MAAS, 2014; MACEDO; FELIPE, 2016)

Dados do Mapa da Violência (2015) corroboram nossas afirmações, pois demonstraram, para o ano de 2013, taxa de homicídio de adolescentes negros entre 16 e 17 anos 173,6% maior quando comparados a jovens brancos na mesma faixa etária. Em relação ao ano de 1980, os homicídios de jovens negros cresceram 496,4%. Nas periferias metropolitanas, como a comunidade onde esta pesquisa foi realizada, a concentração de homicídios compele para a representatividade de mais da metade do total registrado no país no ano de 2011, 70% deles contra pretos ou pardos, sendo 93% do sexo masculino. Evidenciam-se, portanto, a violência seletiva e a necessidade de políticas públicas eficazes para este grupo (WAISELFISZ, 2013; WAISELFISZ, 2015).

Da mesma forma, nossos achados referentes a xingamentos racistas de professores contra alunos corroboram os dados de Abramovay (2006), que ressaltam que preconceitos sociorraciais associados ao contexto escolar são preocupantes, em virtude da função social da escola de construção de modos e formas de sociabilidade e aprendizagem.

Os xingamentos, formas de agressão verbal, são meios comuns para demonstração de preconceitos considerados como incivildades, em grande parte disparados por motivos torpes, como a intolerância e o desrespeito à diversidade. Assim, o ambiente escolar no qual ocorrem ofensas e agressões verbais por parte de alunos e adultos, como os professores, contrapõe-se à expectativa de um espaço promotor de aprendizagem (ABRAMOVAY, 2006).

Sob um olhar amplo ao fenômeno e à sua relação com o contexto escolar, as expressões de incivildade e as pequenas agressões são aceitas

efetivamente como violências, em especial para alunos que reconhecem a existência de xingamentos e insultos como diretamente relacionados ao grau de violência, pois geralmente antecedem outro tipo: a agressão física (ABRAMOVAY, 2006).

Com base nos dados, percebe-se que houve racismo individual, ou seja, atitudes discriminatórias de um indivíduo contra outro, no caso de professores contra alunos. No estudo de Abramovay (2006), alguns professores reconheceram a existência de preconceito racial, mas não o consideraram uma forma de violência.

Assim, inferimos que diante da presença de preconceito racial nas relações sociais, nos espaços de convivência e entre pares, tornam-se imperiosas novas discussões, abertas, para que a formação política seja incentivada nos espaços escolares e se revele na postura de profissionais da seguridade social e segurança pública.

Os dados permitem apreender ainda outras formas de violência - o sexismo e a homofobia. Neste ponto, os adolescentes assumiram-se sexistas, ao passo que expressaram percepções de submissão feminina e questionaram a igualdade de direitos, e ainda homofóbicos, por terem se revelado intolerantes à temática e assumirem o preconceito.

*A5: Tem homem que não vive sem mulher não... Tem mulher que o marido chega do serviço ela vai até levar os chinelos para ele.*

*A9: ela tem que estar com o marido, ajudar também nos trabalhos em casa.*

*A7: O menino fala mãe, vou sair. Para a menina, a mãe diz, não, não vai sair não. Menino pode ir pra onde quiser, vai e volta. (...) Menino tem mais liberdade. (...) A5: É por que são pessoas diferentes, meninas são meninas e meninos são meninos.*

*A7: Homossexuais... Lésbicas... A1: ...esses nem deveriam existir...*

*A2: É sério... Eu tenho raiva de gay... A9: Ninguém quer saber de gay não! (...) Mas eu não tenho preconceito não! A5: Eu tenho... Eu tenho (em voz alta) (...) Professora, por favor, muda de assunto senão vou embora...*

As identidades sexuais e de gênero são construídas no decorrer da história, na conformação da cultura e das sociedades. Frequentemente encontramos definições que atribuem funções aos gêneros feminino e masculino. Ao último, atribuiu-se o poder de dominação e supremacia. Assim, por meio da construção da identidade masculina como dominante, são alimentados o sexismo, a homofobia e a intolerância, ao passo que o sujeito, ao assumir ser dominado, seja por uma mulher, seja por outro homem, perde sua supremacia masculina e torna-se excluído das relações de poder (LOURO et al., 2007; LONGARAY; RIBEIRO; SILVA, 2011; RODRIGUES; BARRETO, 2013).

Assim como evidenciado em nosso estudo, o sexismo é uma prática social cotidianamente vivenciada por uma importante parcela da população brasileira. Considerando a desigualdade que emerge das relações sociais, os fatores gênero, assim como raça, colaboram para a exclusão ou inclusão dos indivíduos, que, com base no gênero, refletem ainda o atual padrão de dominação masculina presente na sociedade. Este modelo reproduz diferenças de papéis e direitos sociais entre homens e mulheres, o que culmina com definições de atribuições secundárias e marginais à mulher na sociedade. Os modelos tradicionalistas de gênero reproduzem a figura feminina como frágil e submissa, e os homens como fortes, viris e dominadores. São representações sociais que, de modo cíclico, ainda se fazem presentes nas percepções dos mais jovens (LOPES, 2012).

Em nosso estudo, houve relatos de intolerância à diversidade sexual por adolescentes do sexo masculino, dados que pontuam a homofobia como fenômeno presente na vida, gerador de incômodo aos adolescentes. Para Longaray (2011), a intolerância à homossexualidade, expressa sob diversos modos e lugares, por meio de deboche ou violência física, retrata a hegemonia da heterossexualidade que, na condição de identidade natural na sociedade, culmina com a produção de estereótipos da homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade. Para o autor, essa forma de violência advém da cultura e da construção histórica e social, presentes em valores familiares, na condução científica, nos processos educacionais e na religiosidade, que estabelecem mecanismos de poder e saber sobre os sexos.

O enfrentamento histórico às desigualdades e às diversas formas de preconceito não se encerra, pelo contrário, ressurgente diariamente a urgência de luta pela igualdade de oportunidades, de direitos e de desenvolvimento social, em especial em defesa daqueles mais vulneráveis.

Portanto, não podemos admitir que profissionais com inquestionável função social, como educadores, perpetuem o racismo e a discriminação, como evidenciado neste estudo. Discussões e políticas públicas educacionais, em especial nas universidades, devem ser traçadas para o enfrentamento ao racismo e a toda forma de discriminação, o que contribuirá para mitigar o preconceito e a desigualdade social, já tão incidentes nas periferias.

Por fim, defendemos que a escola se ocupe do seu papel de promover o desenvolvimento de pessoas autônomas, críticas, capazes de construir a própria identidade pautadas na crítica ao racismo, ao sexismo e à homofobia.

Devemos compreender, portanto, que a violência afeta a todos (LONGARAY, 2011).

No que diz respeito à escola, cabe mencionar que o debate sobre a violência chegou a esse campo. Inicialmente é relevante que citemos Charlot (2005) e suas definições relacionadas ao fenômeno violência e à instituição escolar: “violência dentro da escola”; violência “na” escola e a violência “da” escola. Para o autor, a violência “dentro da escola” ocorre, por exemplo, quando um sujeito estranho ao contexto escolar a invade para fins ilícitos. A violência “na” escola envolve fenômenos atrelados à especificidade escolar, como intimidações entre escolares e insultos ao professor. Por último, a violência “da” escola é provocada pela própria instituição, por meio de agressões físicas e até mesmo da violência “simbólica”, como o racismo. Em todos os casos, o fenômeno ocorre no ambiente escolar, mas, se transcender este espaço e as relações entre escolares, professores e gestores, pode alcançar os relacionamentos com as famílias e a comunidade.

Todos esses tipos de violência descritos por Charlot (2005) são contrários à expectativa da sociedade de que a escola seja promotora de condutas e comportamentos saudáveis, fundamentados no respeito às diversidades, comunicação e relacionamentos positivos entre seus membros (ABRAMOVAY, 2006).

Em nossa pesquisa, os adolescentes representaram a escola como um espaço de convívio comunitário, conflitos, demonstrações diversas de violência e preconceito. Referiram também ser o ambiente em que ocorre a iniciação ao fenômeno das drogas.

A1: *“A escola é o início de tudo professora”... A6: “É o lugar onde você aprende a usar droga”.*

A6: *“Por que você não estourou o carro dele?!”.*

A6: *...hoje não tem isso não, o menino chega à escola e dorme, põe o fone de ouvido e não está nem aí. Foi igual com o menino na minha sala... “O professor o mandou tirar o fone e ele falou não vou tirar e o senhor fica quieto aí senão vai levar um tiro”.*

Ora vítima, ora opressora, a instituição escolar contribui com sua cota de violência, às vezes naturalizada e invisível. Da mesma forma, também se revela um instrumento de reprodução de desigualdades sociais: de gênero, raça, produção de pobreza e exclusão. Por certo, o comportamento do escolar dependerá do estímulo à interação com o saber e com a instituição escolar e, caso isso não ocorra, estímulos sociais externos, como a violência e o tráfico, poderão influenciar o comportamento delinquente e antissocial no próprio ambiente escolar (CHARLOT, 2005; SCHILLING, 2014).

A “violência da escola” foi traduzida por agressões físicas, verbais e assédios sexuais, tendo como principais atores adolescentes e profissionais da educação. Fatos que, segundo os participantes da pesquisa, foram negligenciados pelos gestores escolares. Por esse motivo, alguns condenaram a figura do professor.

A6: *“Professor chegou lá e meteu um tapão na minha orelha”.*

A1 *“Um dia que ele xingou, o professor aí foi correndo e deu a maior bicuda no professor.*

A7: *“Eu falei para o coordenador, mas como ele [o professor], mas como o [nome do professor] era um professor mais velho de casa, ele não poderia fazer nada, e que eu fosse com roupas mais comportadas”.*

A5: *“Tem um professor lá que fica lá dando em cima das meninas”.*

Os discursos sinalizam para a fragilidade do relacionamento entre professores e alunos, caracterizada por agressões físicas, verbais, assédio sexual e negligência. Isso foi atribuído por Paula, Kodato & Dias (2013) a uma dificuldade de manejo e controle dos docentes na mediação de conflitos e disciplina dos alunos e, também, à incipiência de mediadores didáticos, o que culmina na banalização e aceitação dos incidentes por eles considerados inevitáveis.

Assim, observa-se que os participantes da pesquisa representaram, nas suas falas, a violência da escola e na escola, pois algumas situações por eles narradas ocorreram no espaço escolar, não estando ligadas às atividades fins da instituição. Já a violência à instituição escolar ou contra sua natureza foi evidenciada por comportamentos violentos do aluno para com o professor e, por fim, emergiu a violência institucional, na medida em que os gestores negligenciavam atos de assédio sexual, assim como de preconceito racial dos professores para com os alunos (CHARLOT, 2005; GONTIJO et al., 2013).

Assim como encontrado nesta pesquisa que evidenciou a violência entre professores, gestores e escolares, nos estudos de Gontijo et al. (2013) ela emergiu associada a agressões perpetradas por professores contra alunos, e destes contra os professores. Destaca-se que esta forma de violência acarreta sérias repercussões ao desempenho escolar e para a saúde (ASSIS, 2010).

Entretanto, os estudos de Gontijo et al. (2013) e Souza & Ovídia, (2009) assinalaram as agressões psicológicas e físicas entre escolares como as principais representações de violência, com maior impacto e frequência dentre os diversos componentes do contexto escolar. Esses dados discordam

dos nossos achados, que evidenciaram a violência institucional e do professor. A violência que parte de educadores pode ser atribuída às relações hierárquicas no contexto educacional, o que sinaliza para a equivocada percepção dos profissionais da educação sobre suas ações, uma vez que, por vezes, a violência se encontra transvestida de medidas educativas e disciplinares.

As consequências da violência, velada ou não, provocam graves repercussões na consolidação de valores de crianças e adolescentes, e representam, futuramente, um potencial agente de violência (MAAS, 2014).

Os adolescentes demonstraram não banalizar os atos de violência no contexto escolar, colocando-se como vítimas dos professores. Observamos que a violência provocada pelos professores, assim como a negligência da gestão escolar, gerou sentimento de insatisfação e desinteresse pela escola. Nesse sentido, a instituição escolar, em relação a esse fenômeno, demonstrou fragilidade na garantia de direitos dos adolescentes.

Diante desses aspectos, parece-nos plausível afirmar que a instituição escolar concebida no estudo compõe um contexto complexo de sustentação e perpetuação da violência na cultura da comunidade em que os adolescentes se encontravam inseridos, difícil de desvinculá-la desta complexa rede de violência.

Tais fatores podem ter contribuído para que o valor social do estudo não fosse atrativo aos adolescentes, o que levou à desvalorização desta prática como mecanismo de desenvolvimento social.

*A2: “Uai trabalhando, pedreiro não precisa estudar, capinar roça”.*

*A1: “Queria aprender a ganhar muito dinheiro sem precisar pisar na cabeça de ninguém e sem precisar estudar! A6: Não... Você não vai*

*precisar pisar na cabeça de ninguém não, nem de estudar o que manda é o... Onde você mora lá meu filho, pega deizão...”.*

O desinteresse e a desvalorização da instituição de ensino e do estudo como práticas sociais decorrem da atual anulação das promessas que relacionavam o sucesso e melhores condições sociais àqueles que, no passado, investissem nos estudos, fato que contribui para fortalecer o perfil imediatista contemporâneo. Hoje, a sociedade lida com novos modelos de êxito que esgotam o sentido do trabalho assalariado, a exemplo do sucesso de jogadores de futebol, modelos, cantores, que não precisam dedicar anos de estudos e aprimoramento profissional para obter êxito social. A quebra dessa poderosa analogia entre estudo e sucesso sustenta o esvaziamento do significado da instituição escolar. Se ela não consegue mais garantir a educação como direito, e nem ao menos contribuir com o desenvolvimento social por meio do trabalho, os adolescentes e jovens encontram uma realidade de reprodução da velha condição de seus pais, como assalariados sem qualificação (SCHILLING, 2014).

Para Costa (2012), o comportamento do imediatismo do adolescente se fundamenta na velocidade e instantaneidade da atualidade e na busca por identidade e aceitação, possíveis pelo poder de consumo, cada vez mais estimulado pelo mundo do mercado. Atrelado a isso, e convivendo com a sociedade incerta e líquida, a adolescência lida com as múltiplas possibilidades, porém restritas pela inexistência de projetos e perspectivas sociais.

Os adolescentes igualmente citaram fatos do cotidiano escolar que evidenciam a “violência dentro da escola” (CHARLOT, 2005).

*A17: “É demais... os bandidos pulam o muro e entram na sala... e fala que vai matar todo mundo... (...) eles pulam o muro e entram na última sala e falam que vai atirar em todo mundo. (...) Fica cada um em cada sala... São... Seis salas cada um tem um bandido lá... Roubando todo mundo...”*

As influências da violência externa ao ambiente escolar se refletem nas diversas formas de agressões e preconceitos no contexto escolar: agressões físicas ou verbais; atos delinquentes; crimes; comportamentos antissociais; preconceito (PAULA; KODATO; DIAS, 2013). Porém, a violência e sua multidimensionalidade não se expressam apenas pela criminalidade inerente a algumas comunidades, mas, sobretudo pela violação social dos direitos humanos, pelos aspectos econômicos que afetam diretamente os mais vulneráveis e pela violência intrafamiliar que, de fato, fortalece a presença dos sentimentos de insatisfação e insegurança (SCHILLING, 2014).

Portanto, a “violência dentro da escola” é apenas um reflexo da violência externa às instituições escolares e às relações escolares. Entretanto, apesar da diferenciação proposta por Charlot (2005), todas estão interligadas a um complexo fenômeno que atinge todos os mecanismos sociais, não isentando a escola.

Como consequência das relações violentas entre os atores da escola, revelou-se, nas falas, a desvalorização da figura do professor, notória nos trechos a seguir:

*A6: “Um cara bobo que fica lá na frente fingindo que está ensinando... (...) professor lá não presta (...) eu estava filmando, e na hora a menina viu e falou pra ele, porque ele estava metendo a mão na menina, aí fui levar pra professora [direção da escola] ela ainda disse iria me expulsar (...)”*

*A1: “Chega lá só escreve na frente e pronto”; A3: “Chega lá e não faz nada”*

*A3: “Até os professores aquele dia... Ele estava nos chamando era de bandido, de vândalo (...) um dia lá ele disse que estava dando aula era pra bandido”.*

Os dados divergem dos achados de Abramovay (2006). No referido estudo que avaliou o relacionamento entre alunos e professores, destacaram-se as características de desempenho escolar, conhecimento do conteúdo, bom relacionamento com os alunos e sensibilidade para com o universo juvenil como atributos de um bom professor. Já um mau professor foi definido, em especial, por aquele que não domina o conteúdo, não tem bom desempenho escolar e mostra-se intolerante para com o estudante em sala de aula.

Pontuamos que a qualidade das relações sociais constituídas entre alunos, professores, gestores escolares e demais funcionários interfere no desempenho de toda a comunidade escolar e contribui para um melhor ou pior clima escolar. Assim, espera-se que a escola, assim como a família, promova espaços de reflexão, a fim de formar indivíduos capazes de refletir sobre a realidade em que vivem e propor ações para modificá-la, se necessário (ABRAMOVAY, 2006; AZEVEDO et al., 2015).

Em nosso estudo, emergiram as seguintes características de um professor ruim: não ter didática no espaço de sala de aula e, sobretudo, apresentar comportamentos de violência contra os alunos, o que caracteriza violência no contexto escolar.

Com isso, diante do exposto, faz-se premente pensar em medidas de proteção aos adolescentes e enfrentamento ao fenômeno, como ações de empoderamento da comunidade para maior controle, e de promoção e

educação em saúde, as quais devem ser implementadas por meio parcerias intersetoriais entre saúde e educação (GONTIJO et al., 2013).

Logo, apesar dos argumentos que relacionam a violência às estruturas sociais que repercutem diretamente nas escolas, é relevante não apenas criar rótulos para o fenômeno, mas compreender como ele interage com as forças externas e internas em um determinado contexto (micro ou macro) (ABRAMOVAY, 2006).

Neste estudo, a ação policial representou uma destas importantes forças externas para com os adolescentes da comunidade. Segundo Oliveira Junior & Lima (2013), esses indivíduos, em sua maioria negra, parda e pobre, são alvos preferenciais de políticas repressivas e excludentes, o que os expõe ao convívio frequente com abordagens de agentes da segurança pública. Tais fatos decorrem, em parte, do olhar simplista da realidade das vulnerabilidades, como é a presença do narcotráfico, e, sob outro ponto de vista, do olhar enviesado da cultura dos serviços de segurança públicos, que propaga preconceitos. Esses são pontos que merecem um olhar cuidadoso, político e aprofundado.

As abordagens policiais cotidianas materializaram a relação social entre os adolescentes e os agentes policiais. De forma abusiva e injustificada, motivadas por suspeitas de envolvimento dos adolescentes com narcotráfico e o uso de drogas, as atuações consistiram em atos violentos, direcionados especialmente aos meninos. Para exemplificar, citamos os trechos a seguir:

*A6: “Levei três bacus numa noite... Entrei pra feira... Saí levei um baculejo... Saí de novo levei outro... Eu indo embora levei outro... Eu indo deitar fiquei com medo de levar outro baculejo deitado na cama... Risos... Eu fiquei virado...”*

*A4: “Os meninos que usam essa pulseirinha os policiais vêm e arrancam tudo pensando que o cara é do trafico. A6: Uai... Quase cortaram minha veia aqui do pulso... (...) Eles são engraçados vem assim com o estilete e faz assim ó... Risos (...). Não pode, na mulher eles não podem por a mão... (...) Mas quem é macho apanha pela mulher e pelo mutambo... A4: (...) agora se achar um entorpecente dá um pau nela...”.*

*A16: “Quando a polícia veio, eu não falei nada não... Porque estava numa rua escura, estava só eu, ele e a polícia... Aí eu não ia bater boca com a polícia...”.*

A presença policial é um dos aparatos do estado mais presentes e atuantes nas comunidades mais excluídas, com o propósito de oferecer maior vigilância e repressão (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2013), o que, para Mena, (2015) decorre de uma cultura que se baseia em dados estatísticos de abordagens como indicadores de desempenho policial. No entanto, em nosso estudo, isso representou, sob a perspectiva dos indivíduos, um obstáculo ao desenvolvimento social e à inclusão.

Para compreender as práticas dos serviços policiais é necessário entender como a segurança pública está organizada. Inicialmente, é preciso esclarecer que o serviço da polícia militar é responsável por realizar o policiamento ostensivo e preventivo, e a polícia civil responsabiliza-se pela investigação (Art. 144 CF/1988). Nessa configuração da polícia militar e na atual conjuntura, a categoria recebe estímulo por produtividade e por práticas de repressão ao narcotráfico. Tais fatores impulsionam a busca por apreensão de drogas e armas em flagrantes, culminado na procura por flagrantes delitos, comumente cometidos por jovens de baixa renda, sem escolaridade, moradores de periferias, em busca de alternativas econômicas (SOARES, 2015).

Todo esse panorama, de incentivo político e institucional da polícia, compõe o processo de criminalização da pobreza que, conseqüentemente, levam vários jovens desarmados, não membros de organizações criminosas, e tampouco violentos, ao encarceramento.

Nosso estudo evidenciou a violência e o preconceito sofridos pelos adolescentes. A violência advinda das relações sociais entre adolescentes e policiais construiu significados que sinalizam as figuras policiais como agentes de opressão e medo. Primeiramente, apresentamos o preconceito institucional, motivador de diversas outras formas de violência nas abordagens policiais, por vezes injustificáveis, pautadas em critérios sociais e estereótipos.

*A16: “... ele não é suspeito... Olha o tanto de ladrão branco que tem aqui”. (Relato de conversa com um policial)*

*A1: “Nós não fazemos nada pra eles e eles vêm em cima” (a polícia)*

*A7: “Só porque eles veem a gente com uma pulseirinha assim eles já olham... Se você tem uma roupa de marca, se tem um boné, se tem prata e ouro assim eles já acham...”.*

Segundo Santos, Acioli Neto & Sousa, (2012), o racismo institucional se faz presente por mecanismos que impedem a inserção de indivíduos negros nos espaços e nas instituições públicas, e que interferem na formação de agentes do Estado, assim como pela presença incisiva do Estado onde há concentração de negros e pardos.

Nas organizações policiais, observa-se o racismo institucional nas condutas policiais, que apetece os meios de comunicação e relacionam a juventude negra e pobre à criminalidade. Isso tem produzido conseqüências desastrosas às práticas policiais, ou seja, maior vitimização (IBGE, 2010; OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2013; KARAM, 2015; WAISELFSZ, 2016).

Estudo de Adorno & Pasinato, (2010) ressalta que, embora não exista predomínio de crimes cometidos por pessoas negras em relação a brancas, negros tendem a sofrer maior repressão pelo sistema da justiça criminal, em decorrência da vigilância incisiva da polícia. Entretanto, interessante assinalar que, apesar das diversas demonstrações de preconceitos e da violência estruturante nas práticas policiais, a organização policial, por si só, não é a única produtora de discriminação, mas reflete não somente uma cultura institucional violenta, mas igualmente a violência da sociedade brasileira, que banalizou o assassinato, as formas de preconceito e o desrespeito à constituição (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2013; PENA, 2015).

O quadro de violência instaurado na conjuntura das polícias, em especial da militar, exige políticas públicas que restaurem os serviços de segurança públicos mediante qualificação dos profissionais e, sobretudo, o resgate de discussões pautadas nos direitos humanos e na preservação da vida, como resguarda a Constituição Federal. Políticas essas que, de modo intersetorial, reforcem ações de garantia de direitos e igualdade de oportunidades e promoção da equidade. Nesse aspecto, as políticas de segurança devem, efetivamente, contribuir para minimizar as iniquidades decorrentes das diferentes formas de violência e, com isso, não reproduzi-las ou ampliá-las.

Quando questionados sobre a função da classe policial, os participantes da pesquisa apontaram a reprodução da violência, cujo principal objeto seriam os adolescentes e jovens das comunidades. Convém ressaltar que, na fala a seguir, apreende-se o significado de tolerância e legitimação da violência.

*A6: ...Bater em nós... A4: eu acho que devia ser em quem rouba... Não de quem luta, sei lá...*

A visão deteriorada da polícia está expressa em dados estatísticos que ilustram a relação negativa dos brasileiros com esses profissionais, pois aproximadamente 70% da população não confia na instituição policial. Ainda, um terço teme sofrer violência policial e receia ser vítima de extorsão (PENA, 2015).

A realidade de violência generalizada e sua constante espetacularização midiática têm gerado, para a população, sentimento de insegurança e medo, ocasionando maior demanda por policiamento, armamento e vigilância mais severa. No entanto, diante da constante presença e de estímulos à violência, essa sociedade vítima tem se tornado tolerante com a violência policial, aspecto constatado na indiferença a qualquer garantia constitucional e a qualquer respeito pelos direitos humanos e dos cidadãos (WYLLYS, 2015).

Apesar da violência promovida pela polícia, civil e militar, e das graves repercussões que tem causado nas comunidades, este não é o único desafio enfrentado pela sociedade contemporânea. Discussões devem ser empenhadas na direção de uma segurança pública unificada, uma política de segurança pública que não produza guerras, mas que seja capaz de articular com outros setores a formação de redes políticas que produzam enfrentamento não violento e não opressor. Ainda, a sociedade brasileira deve acolher o fenômeno do uso e do tráfico de drogas, discuti-lo e articular meios para a descriminalização do uso, por meio de políticas públicas de legalização

organizada, coordenada e monitorada do comércio de substâncias psicoativas ainda não autorizadas (LUNARDON, 2015).

Em nosso estudo, um mesmo ambiente que foi promotor de meios para o desenvolvimento positivo e saudável também conduziu os adolescentes a condições que os expunham à vulnerabilidade, inclusive no espaço familiar. Nesse sentido, observamos a presença dos principais fenômenos de interesse: drogas e violência.

No Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano – MBDH-, o desenvolvimento humano ocorre pela relação do sujeito com o ambiente em que se insere, desde o mais próximo ao mais distante. Assim, o contexto familiar, considerado um microssistema, é determinante para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. A família é responsável por formar o padrão comportamental e transmitir valores sociocomunitários elementares. Entretanto, uma vez que estes ambientes estejam fragilizados, esse mesmo desenvolvimento tenderá ao desequilíbrio, conduzindo o sujeito às condições de vulnerabilidade social (MAURINA et al., 2012; BRONFENBRENNER, 2015).

A presença de drogas intrafamiliar interfere no desempenho e nas relações entre seus membros, fragilizando os vínculos e expondo a fenômenos de desequilíbrio que conduzem à vulnerabilidade e à exclusão social. As falas a seguir são representativas dessas realidades:

*“A1/A6: Droga... (...) se a droga entrar na família... A família vai ficar destruída... Todas as drogas... É ou não é? A1: É verdade!”*

A vulnerabilidade familiar às drogas e os danos provocados pelo fenômeno eram reconhecidos pelo grupo estudado, assim como apontado no estudo de Silva (2014). Este fenômeno potencialmente se reflete nos ambientes escolares e nas relações sociais com a vizinhança e a comunidade.

Os adolescentes, ao mesmo tempo em que reconheceram o caráter nocivo das drogas para a família, revelaram seu uso por parte dos demais familiares, bem como o envolvimento dos mesmos com o comércio ilegal de substâncias.

*“A1: Vocês se esqueceram de levar para mim... Minha mãe pegou dentro do meu guarda-roupa... Está o maior clima lá em casa...”*

*“A3: Meu irmão já usou tanto e ele não tem... Septo nasal... (...) ele é desandado ele tem três passagens, homicídio, tráfico... Ele não está mexendo com isso mais não, mas está doidinho para voltar... Ele não vai dar conta não...”*

O consumo de substâncias pelos pais ou demais membros da família, a desestrutura familiar, assim como a violência e a imposição do grupo de pares, são fatores que tornam os adolescentes frágeis diante do assédio das drogas na comunidade. Assim, constantemente optam por usá-las como mecanismo para potencializar a autoestima e a independência familiar. Tais fatores estão associados ainda a comportamentos antissociais, o que explicaria determinados atos de delinquência e rebeldia (MAURINA et al., 2012; NARDI; DELL’AGLIO, 2010; 2016)

A violência igualmente foi representada nas relações intrínsecas ao microsistema familiar. As falas a seguir denotam este fenômeno na conjuntura familiar:

*“A14: Tenho medo do meu irmão... [interferência] A6: Porque o irmão dela bate nela... (...) ele apanhou e o policial me mandou*

*entrar (...). Meu irmão apanhou porque estava vendendo drogas e o policial me mandou sair de perto dele e entrar.”*

Relacionamentos insatisfatórios e conturbados entre integrantes da família, como irmãos, contribuem para uma debilitada construção de habilidades sociais e, nesse cenário, crianças e adolescentes absorvem a maior carga de vulnerabilidade (MAURINA et al., 2012).

A falta de competências dos familiares, em especial dos pais, em gerir o espaço familiar de modo saudável contribui para o emergir de conflitos e torna os adolescentes inábeis perante os eventos de vulnerabilidade e opressão (MAURINA et al., 2012). Essa postura revela-se sob forma de episódios violentos e materialização do fenômeno das drogas ilícitas no ambiente domiciliar, assim como observado no presente estudo e no de Bittencourt, Garcia & Goldim, (2015).

A família deve ser compreendida como uma das fontes elementares de socialização do adolescente, ao passo que a autoridade parental, respeitosa, é essencial para a construção do caráter, por subsidiar escolhas assertivas. Portanto, a qualidade das relações familiares interfere no desempenho de práticas de vida saudáveis. Do contrário, relacionamentos fragilizados entre pais e filhos, e entre os próprios genitores, e a presença do uso de drogas, são condições que inibem hábitos e comportamentos desejáveis (SCHENKER; MINAYO, 2004; NOTO; SANCHEZ; MOURA, 2011).

A vivência de violência, a situação de pobreza e o uso de drogas na família durante a formação do processo de socialização contribuem significativamente para perturbações no desempenho de futuros genitores, o que evidencia o ciclo da violência e a reprodução de famílias disfuncionais.

Porém, ressalta-se que não há padrão determinista nos comportamentos futuros de uma vítima de violência com seus filhos. O que existem são mecanismos de proteção que intercedem nos efeitos de modo particularizado (BITTAR et al., 2012).

Por fim, ressaltamos que a violência e as drogas estão interligadas em um complexo cíclico de causa e consequência. Se por um lado a violência social, de exclusão, preconceito e marginalização, produz indivíduos que aceitam meios alternativos para sustentar suas carências, que comumente os conduzem ao narcotráfico, por outro, a relação com as drogas, uso ou tráfico atraem e produzem outras formas de violência.

### **3.3 Manifestando vínculos para a superação**

Os mecanismos de superação notadamente estiveram presentes nos nichos ecológicos mais proximais aos adolescentes, em especial a família, e, sob um olhar mais apurado, o fenômeno das drogas (BRONFENBRENNER, 2014). Apesar do estranhamento a essa afirmação, ela é verdadeira, visto que as drogas emergiram como uma via adotada para a superação das limitações.

Nessa perspectiva de fenômeno proximal ao desenvolvimento do adolescente, o tráfico de drogas foi apresentado como oportunidade para superar obstáculos e/ou forma de trabalho ou complementação de renda.

*A6: “... é tem gente que ganha 500 reais por mês! A4: dá para sobreviver se não tiver uma família... A6: Por isso que o traficante ganha em média 15 mil por mês sem fazer quase nada...”.*

*A3: “... põe uma nota de 100 bem no meio da maconha”.*

*A4: “... dá uma vida de luxo né professora... não precisa mais trabalhar...”.*

Para Zaluar (2004), o envolvimento de adolescentes com o fenômeno das drogas (uso ou o tráfico) está relacionado com baixa escolaridade, baixos salários, assédio de traficantes e famílias disfuncionais. Entretanto, segundo a autora, o envolvimento com a venda ilegal de drogas não se esgota na justificativa de complementação de renda ou pelas oportunidades incipientes, mas envolve também a ânsia por status social e identidade na comunidade. O sujeito, quando apresenta maior autoestima em relação a si e aos seus objetivos, passa a desempenhar um importante papel, ainda que distante da ética e da moral (MACHADO; KUHN, 2015).

Com isso, o sujeito adolescente rompe com as linhas sociais que estruturam padrões de comportamento e passa a buscar em seu meio ambiente de desenvolvimento novas representações sociais capazes de desafiar as estruturas idealizadas pela comunidade adulta e excludente. Surgem, então, rebeldia, delinquência e antissocialidade, que desestruturam a estabilidade social, econômica, política e cultural de uma comunidade. Assim poderíamos interpretar uma origem para a inserção na prática do tráfico de drogas (MAAS, 2014).

Segundo Sampaio, Hermeto & Carneiro (2009), as atividades humanas são formuladas com base em ações benéficas que requerem competências. Para Bronfenbrenner (2015), são as atividades cotidianas que contribuem para a formulação da identidade do sujeito por meio da sua interação com os símbolos do ambiente. Assim, as atividades geram novos significados e sentidos na interação do indivíduo como o mundo e com os bens e serviços que proporcionam. Desse modo, o fenômeno das drogas emerge como uma

ação que ganha espaço no cotidiano, conferindo significado à identidade do adolescente em vulnerabilidade.

Portanto, os adolescentes investigados demonstraram a desvalorização dos princípios morais em detrimento do poder atribuído aos bens, o que os conduz a atitudes ilegais como o tráfico, em especial da maconha.

Apesar do envolvimento com o tráfico de drogas como mecanismo de superação, demonstraram compreensão da necessidade de adesão a normas sociais para o desenvolvimento, como o trabalho. Referiram, no entanto, dificuldades para o estudo e a inserção no mercado de trabalho.

*A1: “Quero ser engenheiro de alguma coisa (...). Mas estudar... estudar a gente não estuda... (...).”*

*A1: “Eu quero trabalhar para ganhar uns dois mil reais... Mas se eu conseguir fazer um curso para melhorar...”*

*A9: “Administrar uma empresa, me interessei quando comecei a trabalhar (...) antes era vagabundo agora não sou mais”.*

O trabalho ocupa um vasto espaço na vida de um sujeito, por ser mecanismo de sobrevivência e de identidade social, de modo que as experiências com o universo do trabalho produzem um emaranhado de sentidos.

Na atualidade, adolescentes e jovens têm sido afetados pela cultura globalizada, que imprime, nas preferências profissionais, a necessidade de satisfação pessoal e, sobretudo, financeira. Entre adolescentes em vulnerabilidade, com limitados meios de acesso ao mercado de trabalho e dificuldades para conciliar o emprego com a escola, é comum o abandono do

estudo, mesmo em um mercado exigente e excludente. E devido à conotação moral e pela identidade social atribuída ao trabalhador, aqueles que se encontram desempregados estão em processo de vulnerabilidade e possível exclusão social (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014).

Nesse aspecto, nossa investigação corrobora dados de outra pesquisa (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014) que evidenciou o reconhecimento do trabalho, por parte dos adolescentes, como forma de desenvolvimento, recuperação de valores e inserção social.

Apesar das dificuldades, o estudo também foi apresentado como mecanismo ideal para inserção social, mudança de comportamento e recuperação dos adolescentes, em especial daqueles em maior vulnerabilidade, como adolescentes em conflito com a lei.

*A6: “Lugar onde você aprende, se diverte, faz tudo”.*

*A16: “Experimentei uma vez só, nunca mais... O dia que eu experimentei o pó... (...) Experimentei durante a noite e fui para a escola (...), cheguei lá e eles começaram a falar que com uma pasta de cocaína eles produzem dez porque misturam pó de caco de vidro e só vai corroendo”.*

*A1: “O conselho tutelar, por exemplo, podia construir um lugar para recuperar os adolescentes, assim, que matam, roubam... E deixar eles lá, e não colocar na CPP onde ficam os outros maiores... Devia dar tratamento, futebol, estudo”.*

O ECA, em seu artigo 4º, define os direitos, dentre eles, à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer e à profissionalização, como responsabilidades da família, comunidade e sociedade em geral, além do poder público. Este ato normativo ainda define que casos infracionais devem ser acompanhados de internação em estabelecimentos educacionais (Lei 8069/1990).

Segundo Carvalho, (2010), apenas a prevenção, o tratamento, a educação e o cuidado, assegurados pelo ECA, poderão repercutir no atual quadro de infrações cometidas por adolescentes. Assim, cabe ao processo educacional oferecer mecanismos de socialização, construção de valores e princípios, ou seja, em outras palavras a reabilitação e inclusão aos indivíduos mais vulneráveis, por vezes produto de famílias disfuncionais e de uma sociedade excludente.

Dessa forma, o processo educacional poderá proporcionar a superação das condições e dos comportamentos que fragilizam os laços sociais dos adolescentes, e estes o reconhecem como ferramenta de recuperação. Entretanto, vale ressaltar, que a educação aqui posta é aquela idealizada na legislação e nas políticas públicas, e não a mesma “educação” apresentada anteriormente, observada na prática, que representou uma realidade de exclusão e violência.

Como a educação, a família é outro pilar que sustenta o desenvolvimento de crianças e adolescentes, neste estudo apresentada como símbolo de proteção e um importante determinante de amparo social. Essa concepção pode ser apreendida em algumas falas, que expressam afetividade e vínculos positivos, em especial com a figura materna.

*A1: “Minha casa (...). Porque lá fica meu pai, minha mãe meus irmãos, mesmo se ficam um pouco na sala, ou no quarto ou na cozinha, quando chega ao final do dia todo mundo fica lá”.*

*A19: “(...) Minha irmã e minha mãe, que são lutadoras (...). Pelo jeito que elas levam a vida... Lutando”.*

*A1: “Eu amo minha mãe... (...) Com a minha mãe eu confio, converso com ela direto... Eu chego lá em casa de noite, ela está lá*

*lavando vasilha... (...) e fico lá conversando com ela... falo tudo para ela.*

*A16: "(...) Eu parei de fumar maconha (...) foi por conta da minha mãe! (...) Minha mãe descobriu e eu falei para ela que eu ia parar e parei... Eu só usava a maconha... Mas experimentei outros tipos de droga, lolo, lança-perfume, cocaína...".*

Os vínculos familiares dependem de satisfatórias competências de relacionamento para a formação e manutenção de ambientes saudáveis e de proteção mediante eventos ameaçadores. No núcleo familiar, conflitos são inevitáveis, contudo a natureza depende da forma como são manejados e resolvidos, considerando as competências sociais das pessoas. As habilidades dos pais para educar refletem na melhoria da comunicação, do desempenho escolar, em inserção em atividades de cultura e de lazer e, portanto, no melhor desempenho social e comportamental dos filhos (MAURINA et al., 2012).

Desse modo, a competência social dos adolescentes é apreendida pela presença de processos familiares saudáveis desempenhados pelos pais e demais adultos presentes no microsistema do seu desenvolvimento, como outros familiares e vizinhos (BRONFENBRENNER, 2015). Com isso, o adolescente incorpora comportamentos assertivos, com habilidades de recusa e enfrentamento a condições adversas que possam emergir do contexto social ou por influência de pares (BRONFENBRENNER, 2015).

O vínculo familiar esteve fortalecido em algumas famílias dos participantes, expresso pela comunicação, valorização da família e mudança de comportamento. A família denota o suporte que pode amparar decisões assertivas para vida saudável, desenvolvimento social, progresso estudantil, abandono do uso de drogas e de práticas violentas.

Além dela, a prática de esportes também emergiu como um elo positivo para o desenvolvimento saudável. Nesse sentido, durante os encontros foram relatadas duas importantes iniciativas realizadas na comunidade: o futebol, descrito como oportunidade para ascensão social, e as práticas de esportes, incentivadas por familiares, representando o principal momento de lazer na comunidade e oportunidade para encontro dos pares.

*A1: “Tem na esquina, todo final de tarde a gente senta lá, fica sentado lá conversando até de noite, joga bola”.*

*A16: ...Se for jogador de futebol ele teria o salário bom, e ganharia muito mais coisas.*

*A7: Uma coisa de bom... Fiz jiu jitsu... (...) A8: Não fomos nós que escolhemos, foi minha avó quem obrigou. (...) Fazemos pela CEABEM, é de graça.*

Atividades socioculturais contribuem para a funcionalidade do cotidiano, agregam significado, auxiliam nas relações sociais e nas habilidades de inserção à educação e ao trabalho, pois ampliam a autonomia e a independência. Como parte dessas atividades, o esporte atua efetivamente para mudança de realidade (SAMPAIO; HERMETO; CARNEIRO, 2009).

O futebol possui notoriedade dentre as atividades esportivas e culturais nas quais estavam inseridos os adolescentes. No estudo de CRUZ (2011), o principal motivo citado para praticá-lo foi o sonho de se tornar jogador profissional. A inserção dos adolescentes na prática de esportes foi influenciada pela família, por amigos, vizinhos e pela mídia.

A prática de esportes, em especial os coletivos, é relevante para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo dos adolescentes, além de estimular a tomada de decisão e criatividade (RASCHKA; COSTA, 2011).

Tais fatos sinalizam que essas práticas podem representar mecanismos de superação e, portanto, devem ser estimuladas nos espaços comunitários como ferramentas de interação e ruptura com os laços que condicionam a comportamentos incompatíveis com a saúde e o desenvolvimento social.

No entanto, apesar dos fatores de superação encontrados no estudo, estes não foram suficientes diante da vulnerabilidade social condicionada aos diversos fatores de opressão. Conforme apontam Miller, Fagan & Wright (2014), ainda que a família desempenhe fatores protetores, não é capaz, quando exposta a vínculos fragilizados, de proteger os adolescentes das duras consequências de um contexto social violento. Desse modo, os indivíduos adolescentes sofrem seus efeitos de modo intenso, o que propicia problemas psicológicos e comportamentais (MILLER; FAGAN; WRIGHT, 2014).

Os direitos humanos defendidos pela sociedade contemporânea não têm sido garantidos de forma equânime entre a população. Grupos sociais, minoritários e excluídos, como são os adolescentes brasileiros, pobres, pretos e moradores de periferias, têm experimentado a destituição de garantias sociais postas, como o acesso à saúde e à educação de qualidade. Tampouco tais grupos reconhecem seus direitos e os exigem (MAAS, 2014).

Observamos, com base nas categorias teóricas, que o contexto social dos adolescentes demonstra a quebra de garantias constitucionais de proteção a formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Observamos também que o ideal da Carta Magna ainda se encontra distante da prática observada, pois crianças e adolescentes têm sido cotidianamente responsabilizados por violência que eles próprios têm sofrido.

Segundo Oliveira (2009), a negligência com que crianças e adolescentes têm sido tratados no Brasil é generalizada, presente na educação fragilizada. Há dificuldades de acesso à saúde e limitadas condições de convívio comunitário e de lazer. A discriminação presente em práticas institucionais, como saúde, segurança pública e de educação que incita a violência e contribui substancialmente para a marginalização e degradação do sujeito em desenvolvimento. Como resultado da negligência e discriminação, são expostos à exploração no mercado de trabalho, muitas vezes em práticas ilícitas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Portanto, por meio de um movimento analítico, o modelo teórico, que orienta os significados e as representações dos adolescentes, permitiu que compreendêssemos o complexo multifatorial e as interações inerentes à vulnerabilidade social no contexto do desenvolvimento sociocomunitário e familiar de adolescentes, com base em três categorias teóricas: “apresentando a dinâmica do contexto sociocomunitário” (representa o contexto do fenômeno e também as condições causais); “revelando a opressão no contexto do desenvolvimento” (consequência do contexto sociocomunitário); e “manifestando vínculos de superação” (estratégia), conforme prevê a TFD (CHARMAZ, 2009).

O contexto sociocomunitário representou o principal fator para a vulnerabilidade social, ao passo que os adolescentes se desenvolviam nesses espaços e vivenciavam a opressão por meio de acesso limitado a bens e serviços, enfraquecimento da educação e demais equipamentos sociais, como os de saúde, representados na comunidade pela Estratégia Saúde da Família. Acresce-se a esses fatores opressores a cultura comunitária que imputava limitações à percepção de sucesso pelo estudo e trabalho, o que conduziu a uma perda de valores sociais, imediatismo e desrespeito às normas legais, expressos no comportamento delincente.

Conseqüentemente, os adolescentes vivenciaram constantemente o fenômeno das drogas, que os expôs à violência física e simbólica provocada, em especial pela polícia. Além disso, o preconceito racial, de gênero e de orientação sexual emergiu como uma forma de violência cotidiana cujos agentes agressores foram os próprios pares.

A violência ocupou o espaço escolar, alcançou professores e gestores. Do mesmo modo, os estudantes reproduziram diferentes formas de violência, sob forma de agressões físicas, assédios sexuais, violência psíquica e negligência. O fenômeno das drogas adentrou a escola, e foi considerado uma grave limitação para a dinâmica escolar.

Pontuamos que o uso de drogas foi considerado frequente entre os adolescentes, sendo a maconha a principal substância de uso. Tal droga revestiu-se de significados recreativos para a comunidade, a ponto, inclusive, de ser mais citada do que substâncias lícitas como o álcool ou o tabaco. Destacamos que o envolvimento com drogas era visto pelos adolescentes como uma oportunidade de rápida ascensão social.

Os vínculos para superação da vulnerabilidade social foram traçados na família, com destaque para a figura materna, na prática de esportes, no estudo e na perspectiva de ascensão social prometida pelo tráfico de drogas.

Diante do exposto, o contexto do desenvolvimento do adolescente foi dividido em duas zonas: de integração social e desfiliação. Em nosso estudo, a opressão, suscitada em especial pelos fenômenos da droga e da violência, desestruturou o contexto sociocomunitário do desenvolvimento, expondo os adolescentes à vulnerabilidade social.

Nossos resultados oferecem aos profissionais e gestores a perspectiva do olhar ampliado ao adolescente, nos diferentes contextos: familiar, escolar, no sistema de proteção básica ou especial do SUAS, no ambiente comunitário ou nos serviços de saúde. Propomos que as ações e políticas públicas aproximem profissionais e gestores das realidades marginalizadas e que produzam escuta qualificada às reais demandas sociais do adolescente.

A metodologia utilizada neste estudo representa uma estratégia de abordagem aos adolescentes, nos diferentes cenários, em especial nas escolas e unidades de saúde, por demonstrar que o cuidado sensível com respeito às particularidades dos diferentes cenários sociais, é capaz de direcionar ações protetivas, intersetoriais, governamentais, comunitárias e familiares, que verdadeiramente interferem no desenvolvimento social e na vida dos adolescentes. Ressaltamos que propostas de proteção e recuperação devem envolver as famílias, as quais, assim como os adolescentes, se encontram em vulnerabilidade.

Nosso estudo apresenta algumas limitações. Nossos dados podem ter sofrido interferência pela inserção prévia dos participantes da pesquisa no ambiente do CRAS, uma vez que já recebiam orientação social de profissionais. Ainda, para inserção nas atividades do CRAS, os adolescentes já deveriam ser considerados em vulnerabilidade social pelo cadastro do SUAS, o que pode ter interferido nos resultados.

## REFERÊNCIAS

---

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**. Brasília: UNESCO, 2002. 192 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>.
- ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2006.
- ADORNO, S.; PASINATO, W. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **Dilemas – revista de estudos de conflito e controle social**, v. 3, p. 51–84, 2010.
- ALTOÉ, S. **De “ menor ” a presidiário a trajetória inevitável ? Sonia Altoé**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- ARENDRT, H. **Sobre a violência**. São Paulo: Relógio D’Água, 2016.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- ARNETT, J.J. **Adolescence and Emerging Adulthood: a cultural approach**. 4. ed. Prentice Hall, 2014.
- ASPESI, C.C.; DESSEN, M.A.; CHAGAS, J.F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, M.A.; COSTA, J.A.L. (ORGS). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 19–36.
- ASSIS, S.G. **Impactos da violência na escola. Um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- AYRES, J. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117–139.
- AZEVEDO, A.H.C. et al. Sistema Prisional Brasileiro. **Revista Científica da**

**UNESC**, v. 16, n. 13, p. 42–60, 2015.

BAKER, A.M. et al. How Family Resources Affect Materialism and Compulsive Buying: A Cross-Country Life Course Perspective. **Cross-Cultural Research**, v. 47, n. 4, p. 335–362, 2013.

BALIBAR, E. Violence and Civility: On the Limits of Political Anthropology. **Differences**, v. 20, n. 2–3, p. 9–35, 2009.

BARATTA, A. **Criminologia crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARBOSA, G.M. O. Anomia, Direito e Pós-modernidade. **RIDB**, v. 2, p. 9043–9081, 2013.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELON, A. P.; BARROS, M. B.; MARÍN-LEÓN, L. Mortality among adults: gender and socioeconomic differences in a Brazilian city. **BMC public health**, v. 12, n. 1, p. 39, 2012.

BERTOL, C.E.; SOUZA, M. Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 824–839, 2010.

BITENCOURT, C.R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4.º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTAR, D.B. et al. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção de mães agressoras. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 771–778, 2012.

BITTENCOURT, A.L.P.; GARCIA, L.F.; GOLDIM, J.R. Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas. **Revista Bioética**, v. 23, n. 2, p. 311–319, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da

Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 11.343**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742; de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRODIEZ-DOLINO, A. Vulnérabilités sanitaires et sociales. **Le Mouvement Social**, n. 242, p. 3–8, 2013.

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, v. 32, p. 513–531, 1977.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: Experiments by nature and design**. 1º. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P.A. The bioecological model of human development. In: DAMON, W.; LERNER, R.M. (Eds.). **Handbook of child psychology. Theoretical models of human development**. 6º. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006. p. 793–828.

BROWNING, C.R. et al. "Feeling Disorder" as a Comparative and Contingent Process: Gender, Neighborhood Conditions, and Adolescent Mental Health. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 54, n. 3, p. 296–314, 2013.

CARLINI, E.L.A. et al. **VI levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras**. 1º. ed. Brasília: SENAD, 2010.

CARNEIRO, H.F. Violência, culpa e ato: causas e efeitos subjetivos em adolescentes. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 3, p. 537–556, 2010.

CARVALHO, H.C.C. A educação como instrumento de reabilitação dos adolescentes em conflito com a lei. **Revista Eletronica de Direito e Política**, v. 5, n. 2, p. 15, 2010.

CASTEL, R. Da indignância à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Ed.) **Saúde Loucura**. 4º. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21–48.

CASTEL, R. **Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

CHARLOT, B. Prefácio de Cotidiano das escolas: entre violências. In: ABRAMOVAY, M. (Ed.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005. p. 17–25.

CHARMAZ, K. **A Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHAUI, M. Ética e Violência no Brasil. **Revista Bioethikos**, v. 5, n. 4, p. 378–383, 2011.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COOK, P.J.; LUDWIG, J. Does Gun Prevalence Affect Teen Gun Carrying After All? **Criminology**, v. 42, n. 1, p. 27–54, 2004.

COSTA, A.P.M. Adolescência brasileira e o contexto de vulnerabilidade à violência. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 2012, n. 6, p. 123–161, 2012.

CRUZ, R.T. Influência em participar da escolinha de futebol. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 3, n. 10, p. 281–289, 2011.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M.R.; SUCENA, L.F.M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa : o debate orientado como técnica de investigação. **O Mundo da Saúde**, v. 35, n. 4, p. 438–442, 2011.

CURRIE, C. et al. **Social determinants of health and well-being among young people. World Health Organisation Health Policy for children and adolescents**. Copenhagen, WHO Regional Office for Europe, 2012. Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/Life-stages/child-and-adolescent-health/publications/2012/social-determinants-of-health-and-well-being-among-young-people.-health-behaviour-in-school-aged-children-hbsc-study>.

DAVIM, R.M.B. et al. Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Rev Rene**, v. 10, n. 2, p. 131–140, 2009.

DELL'AGLIO, D.D.; SANTOS, L.L. Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade: Drogas, Risco e Resiliência. In: SILVA, E. A.; MICHELI, D. DE (Eds.). **Adolescência uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. 1. ed. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011. p. 1–784.

DIEESE. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2007. 31 p.

DOMENACH, J.M. La Violencia y sus causas. **Actual**, v. 4, p. 303, 1981.

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S.H. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: uma análise de palavras análogas e opostas ao termo

“trabalho”. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 367–381, 2014.

FORMIGA, N.S. Sentimento anômico e condutas antissociais e delitivas: verificação de um modelo causal em jovens brasileiros. **Liberabit**, v. 19, n. 1, p. 33–44, 2013.

FORMIGA, N.S.; DINIZ, A.S. Estilo da orientação cultural e condutas desviantes: testagem de um modelo teórico. **Psicologia em Pesquisa**, v. 5, n. 1, p. 2–11, 2011.

UNFPA. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento** (Fundo de População das Nações Unidas). 2º ed. Brasília: 2010.

GIACOMOZZI, A.I. et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Saude e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 612–622, 2012.

GIDDENS, A.; SUTTON, P.W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GOMES, S.P.M. **A influência dos pares no comportamento delinquente dos jovens: Dados do ISRD-3**. [Dissertação] Universidade do Minho, 2016.

GONTIJO, D.T. et al. Identificação e caracterização da violência escolar: subsídios para ações de enfrentamento. **O Mundo da Saúde**, v. 37, n. 1, p. 16–24, 2013.

GONTIJO, D.T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 467–475, 2009.

HARPER, G.W. et al. A quasi-experimental evaluation of a community-based HIV prevention intervention for Mexican American female adolescents: the SHERO's program. **AIDS Education & Prevention**, v. 21, n. 5, p. 109–123, 2009.

HIBELL, B. et al. **The 2011 ESPAD Report: Substance Use Among Students in 36 European Countries**. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe, 2012. 390 p. Disponível em: [http://www.can.se/contentassets/8d8cb78bbd28493b9030c65c598e3301/the\\_2011\\_espad\\_report\\_full.pdf](http://www.can.se/contentassets/8d8cb78bbd28493b9030c65c598e3301/the_2011_espad_report_full.pdf).

HORTA, R.L. et al. Lifetime use of illicit drugs and associated factors among Brazilian schoolchildren, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, n. 17, p. 31–45, 2014.

IBGE; COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Rio de Janeiro: [s.n.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores Sociais Mínimos: Conceitos**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore\\_sminimos/conceitos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore_sminimos/conceitos.shtm). Acesso em: 10 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/4H6>. Acesso em: 3 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2013**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. v. 42

JACKSON, N.; DENNY, S.; AMERATUNGA, S. Social and socio-demographic neighborhood effects on adolescent alcohol use: A systematic review of multi-level studies. **Social Science and Medicine**, n. 115, p. 10–20, 2014.

KARAM, M. L. Violência, militarização e “guerra às drogas”. In: KUCINSKI, B.

(Ed.). . **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 31–38.

KONIAK-GRIFFIN, D. et al. Couple-focused human immunodeficiency virus prevention for young Latino parents: randomized clinical trial of efficacy and sustainability. **Archives of pediatrics & adolescent medicine**, v. 165, n. 4, p. 306–12, 2011.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA; LOPES (Eds.). **Por uma lingística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129–148.

LADEIRA, W.J.; SANTINI, F.D.O. Comportamento Materialista em Adolescentes e Crianças : Uma Meta-análise dos Antecedentes e dos Consequentes. p. 610–629, 2016.

LARANJEIRA, R. et al. (Org.). **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas**. São Paulo: UNIFESP, 2014.

LEIFHEIT, K.M. et al. Is the Association between Neighborhood Drug Prevalence and Marijuana use Independent of Peer Drug and Alcohol Norms? Results from a Household Survey of Urban Youth. **Journal of urban health : bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 92, n. 4, p. 773–783, 2015.

LERNER, R. Promoting positive youth development: Theoretical and empirical bases. **Prepared for the Workshop on the Science of Adolescent Health and Development , National Research Council**, p. 92, 2005.

LERNER, R.M. Contribuições da carreira de um cientista do desenvolvimento humano pleno. In: BRONFENBRENNER, U. (Ed.). . **Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando seres humanos mais humanos**. 1º. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 310.

LONGARAY, D.A.; RIBEIRO, P.R.C.; SILVA, F.F. Analisando as narrativas de adolescentes sobre homofobia. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 252–280, 2011.

- LOPES, J.C.S. A vivência do racismo e do sexismo na infância e na adolescência e na construção da identidade das meninas negras. **Cadernos Imbondeiro**, v. 2, n. 1, 2012.
- LOPEZ, S.B.; MOREIRA, M.C.N. Quando uma proposição não se converte em política? O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - PNAISAJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1179–1186, 2013.
- LOURO, G.L. et al. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MAAS, G.N. Crianças e adolescentes: o processo de inclusão social no Brasil. **RMD**, v. 5, n. 2, p. 143–165, 2014.
- MACEDO, A.C.; FELIPE, H.P. O perigo de ser jovem e negro no Brasil: um olhar sobre a adolescência numa perspectiva racial. **Norus: novos rumos sociológicos**, v. 4, n. 5, p. 86–101, 2016.
- MACHADO, M.M.; KUHN, C.M. A inserção de crianças e jovens no tráfico de drogas: reflexões a partir da psicologia social e a importância da mídia comunitária como instrumento de garantias. **Mídias e Direitos da Sociedade em Rede**, 2015.
- MACHADO, N.G. et al. Drug use and sexual health among adolescents. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 18, n. 2, p. 284–90, 2010.
- MALTA, D.C. et al. Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14 Suppl 1, n. 1, p. 166–77, 2011a.
- MALTA, D.C. et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 1, p. 147–156, 2011b.
- MALVASI, P.A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. **Interface - Comunic., Saúde, Educ**, v. 12, n. 26,

p. 605–617, 2008.

MARTIN, C. Penser la vulnérabilité? Les apports de Robert Castel. **Alter**, v. 7, n. 4, p. 293–298, 2013.

MAURINA, L.R.C. et al. Habilidades sociais e o abuso de drogas no contexto familiar. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 4, n. 2, p. 715–722, 2012.

MAYBERRY, M.L.; ESPELAGE, D.L.; KOENIG, B. Multilevel modeling of direct effects and interactions of peers, parents, school, and community influences on adolescent substance use. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 38, n. 8, p. 1038–1049, 2009.

MCGUIRE, M. et al. Goods for Guns--the use of a gun buyback as an injury prevention/community education tool. **The Journal of trauma**, v. 71, n. 5 Suppl 2, p.537-40, 2011.

MELLO-SILVA, A.C.C. et al. Qualidade de Vida e Trauma Psíquico em Vítimas da Violência Por Arma de Fogo. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 3, p. 558–565, 2012.

MENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: BERNARDO KUCINSKI (Ed.). . **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 20–26.

MERTON, R. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MESQUITA, N.F.; TORRES, O.M. The healthcare team in integral care for adolescents living with HIV/AIDS. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 4, 2013.

MICHELI, D. et al. Neurobiologia das Drogas de Abuso na Adolescência. In: SILVA, E.A. ; MICHELI, D. (Eds.). . **Adolescência uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. 1. ed. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011. p. 792.

MILLER, R.N.; FAGAN, A.A.; WRIGHT, E.M. The Moderating Effects of Peer and Parental Support on the Relationship Between Vicarious Victimization and Substance Use. **Journal of Drug Issues**, v. 44, n. 4, p. 362–380, 2014.

- MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.M.C. (EDS.). **Violência sob o olhar da saúde: a infra-política da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. v. 20
- MORATILLA-OLVERA, M.I.; TARACENA-RUIZ, B.E. Vulnerabilidad social y orfandad : trayectoria. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 10, p. 841–854, 2012.
- NARDI, F.L.; DELL’AGLIO, D. D. Delinquência Juvenil : Uma Revisão Teórica. **ACTA COLOMBIANA DE PSICOLOGÍA**, v. 13, n. 2, p. 69–77, 2010.
- NARDI, F.L.; FILHO, N.H.; DELL’AGLIO, D.D. Predictors of antisocial behavior in adolescents . **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 63–70, 2016.
- NJAINÉ, K.; MINAYO, M.C.D.S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, p. 119–134, 2003.
- NORIEGA, J.A.V. et al. Propiedades psicométricas de anomia , alienación y desarrollo moral en estudiantes de bachillerato. **Psico - USF**, v. 18, n. 2, p. 231–240, 2013.
- NOTO, A.R.; SANCHEZ, Z.M.; MOURA, Y.G. Uso de Drogas entre Adolescentes Brasileiros: Padrões de Uso e Fatores Associados. In: **Adolescência uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. 1. ed. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011. p. 792.
- OLIVEIRA, E.B.; BITTENCOURT, L.P.; CARMO, A.C. A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno. **Investigación en Enfermería: Imagen y Desarrollo**, v. 12, n. 2, p. 9–23, 2010.
- OLIVEIRA, P.C. **Estudo do comportamento e conhecimentos em sexualidade entre adolescentes de Goiânia - Goiás**. [s.l.] Universidade

Federal de Goiás, 2013.

OLIVEIRA, S.D. Prefácio. In: **De “menor” a presidiário: a trajetória inevitável?** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 5–7.

OLIVEIRA JÚNIOR, A.; LIMA, V.C.A. Segurança Pública e Racismo Institucional. In: ALENCAR, J.L.O.; MESSEMBERG, R.P. (Eds.). . **Boletim de Análise Político-Institucional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. p. 66.

PAULA, A.S.; KODATO, S.; DIAS, F. X. Representações sociais da violência em professores da escola pública. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 240–257, 2013.

PAULA, R.C. **Dilemas e desafios na contemporaneidade corpo negro - midiatizações e performances de raça**. Campinas: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade; Dilemas e Desafios na Contemporaneidade, 2012.

PEDROSA, S.M. et al. A trajetória da dependência do crack : percepções de pessoas em tratamento. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 5, p. 956–963, 2016.

PEDROSA, S.M. **O uso nocivo do Crack: percepções de pessoas em tratamento da dependência**. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Goiás: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2016.

PENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREIRA, S.E.F.N. **Redes sociais de adolescentes no contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas** [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília: Instituto de Psicologia Departamento de Psicologia Clínica, 2009.

PESTANA, A.L. **Desvelando relações e interações múltiplas do ser**

**enfermeiro na complexidade do cuidado ao ser em morte encefálica na unidade de terapia intensiva.** [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

RAMIRO, L. et al. Sex education among Portuguese adolescent students. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 29, p. 493–502, 2011.

RASCHKA, P.E.M.; COSTA, G.C.T. A relação entre o desenvolvimento de adolescentes relacionado ao esporte coletivo. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 3, p. 319–327, 2011.

RODRIGUES, A.; BARRETO, M.A.S.C. **Currículos, gêneros e Sexualidades.** Vitória: Edufes, 2013.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C.L.S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693–728, 2010.

RUFINO, C.B. et al. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 983–991, 2013.

SAMPAIO, J.J.C.; HERMETO, E.M.C.; CARNEIRO, C. Atividades socioculturais e abandono do uso de drogas ilícitas: percepção de adolescentes usuários em estudo de caso. **Rev. Baiana Saúde Pública**, v. 33, p. 453–465, 2009.

SANTOS, J.A.T.; OLIVEIRA, M.L.F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n. 1, p. 82–89, 2013.

SANTOS, M.F.S. et al. A ambivalência no campo das drogas: uma análise das representações de álcool e maconha. **Revista de Administração Educacional**, v. 1, n. 2, p. 125–145, 2015.

SANTOS, M.F.S.; ACIOLI NETO, M.L.; SOUSA, Y. S. O. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estud. psicol. (Campinas)**, v.

29, n. 3, p. 379–386, 2012.

SANTOS, C.P.; FERNANDES, D.V.D.H. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online)**, v. 12, n. 1, p. 169–203, 2011.

SANTOS, F.G.; COSTA, L.M.P.; LEÃO, M.A.B.G. Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: Relações com a publicidade infantil, a mídia televisiva e o consumo. **Revista Mediação**, v. 17, n. 21, 2015.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.D.S. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 649–659, 2004.

SCHILLING, F. **A Sociedade da Insegurança e a Violência na Escola**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

SCHOEN-FERREIRA, T.H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E.F.D.M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 227–234, 2010.

SCIVOLETTO, S. Mudanças Psicológicas na Adolescência e o Uso de Drogas nessa Faixa Etária. In: SILVA, E.A.; MICHELI, D. (Eds.). **Adolescência uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. 1. ed. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011. p. 792.

SEELKE, C.R. et al. **Latin America and the Caribbean : Illicit Drug Trafficking and U. S. Counterdrug Programs**. CRS Report for Congress, 2011.

SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 6. ed. Brasília: SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

SENNA, S.R.C.M.; DESSEN, M.A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101–108, 2012.

SHAD, A.; STAHR, M. Marijuana use among 10th Grade Students - Washington, 2014. **MMWR Morb Mortal Wkly Rep** 2016, v. 65, p. 1421–1424, 2014.

SILVA, C.C. et al. Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas / CAPS-AD. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 737–745, 2014.

SILVA, J.L. et al. Psychoactive Substance Use “ Drugs ”: a Review. **Revista Piauiense de Saúde**, v. 1, p. 2–8, 2013.

SOARES, C.B. Mais que uma etapa do ciclo vital: a adolescência como um construto social. In: **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri: Manole, 2009. p. 3–22.

SOARES, L.E. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: BERNARDO HUCINSKI (Ed.). **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27–32.

SOUSA, J.A.; FERREIRA, L.G. Educação em espaços não escolares: o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) como campo de desenvolvimento educacional ou pedagógico. **Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso)**, v. 21, n. 1, p. 137–153, 2014.

SOUZA, J.; OVÍDIA, K. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relatos e diálogos com alunos e professores. **Revista Brasileira de Promoção a Saúde**, v. 25, n. 1, p. 71–79, 2009.

SOUZA, T.O.; RAMOS, E.R.S.; PINTO, L.W. Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010. **Ciência & Saúde Coletiva (Online)**, v. 19, p. 1889–1900, 2014.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. CA: Sage: Thousand Oaks, 2008.

TANNER, J. **Grow that Adolescence**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1962.

TELLES, T.S.; SUGUIHIRO, V.L.T.; BARROS, M.N.F. Os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva orçamentária. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 50–66, 2011.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1990-2000**. São Paulo: Cortez, 2006.

TRAD, L.A.B. Grupos focais: Conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, v. 19, n. 3, p. 777–796, 2009.

TREZZA, M.C.A.F.; SANTOS, R.M.; LEITE, J.L. Enfermagem como prática social: um exercício de reflexão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 6, p. 904–908, 2008.

TRINDADE, R.F.C. et al. Map of homicides by firearms: Profile of the victims and the assaults. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 49, n. 5, p. 748–755, 2015.

UNODC. **World Drug Report 2010**. United Nations Office on Drugs and Crime. Vienna: 2010.

\_\_\_\_\_. **World Drug Report** United Nations Office on Drugs and Crime. New York: 2016. Disponível em:  
<[https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD\\_DRUG\\_REPORT\\_2016\\_web.pdf](https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf)>.

VAN RYZIN, M.J.; FOSCO, G.M.; DISHION, T.J. Family and peer predictors of substance use from early adolescence to early adulthood: An 11-year prospective analysis. **Addictive Behaviors**, v. 37, n. 12, p. 1314–1324, 2012.

VERÍSSIMO, M. As Rodas Culturais e a “Legalização” da Maconha no Rio de Janeiro. **Ponto Urbe**, n. 16, 2015.

VICENTE, A.L. Teoría de teorías sobre la adolescencia. **Proyecto de Juventudes**, v. 40, p. 11–36, 2014.

VITIELLO, N. **Sexualidade : quem educa o educador: um manual para**

**jovens, pais e educadores.** São Paulo: Iglu, 1997.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa Da Violência 2011: Os Jovens Do Brasil.** São Paulo: 2011. 163 p.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do brasil.** Rio de Janeiro: 2012.

\_\_\_\_\_. **Juventude Viva: Homicídios e juventude no brasil. Mapa da violência.** Brasília: 2013. 100 p. Disponível em:  
<[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Sumário Executivo.** FLASCO Brasil: 2015.

WHEELER, S. B. Effects of self-esteem and academic performance on adolescent decision-making: An examination of early sexual intercourse and illegal substance use. **Journal of Adolescent Health**, v. 47, n. 6, p. 582–590, 2010.

WILLER, R.; KUWABARA, K.; MACY, M.W. The false enforcement of unpopular norms. **AJS; American journal of sociology**, v. 115, n. 2, p. 451–490, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Young People's Health: a Challenge for Society.** Geneva: 1986.

\_\_\_\_\_. **Global Status Report on Violence Prevention 2014.** World Health Organization. 2014. Disponível em:  
<[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/status\\_report/2014/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/)>.

WRIGHT, M.D.G.M. et al. Research on the drugs phenomenon from the perspective of multicenter studies in Latin America and the Caribbean. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 17, p. 755–61, 2009.

WYLLYS, J. Bala Perdida. In: KUCINSKI B. (Ed.). . **Bala Perdida: a violência**

**policia** no Brasil e os desafios para sua superaçaõ. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 51–54.

YRBS. **Trends in the Prevalence of Alcohol Use National YRBS: 1991-2007**. 2007. Disponível em: [www.cdc.gov/yrbss](http://www.cdc.gov/yrbss). Acesso em: 22/05/2013.>.

ZALUAR, A. **A integraçaõ perversa: pobreza e tráfcico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZIZEK, S. **Violência**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

**ANEXOS**

---

## Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS - UFG

Plataforma  
Gov.br

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Diagnóstico situacional sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes escolares da rede básica de ensino - um estudo de coorte prospectiva.

**Pesquisador:** Márcia Maria de Souza

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 19058713.2.0000.5083

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Goiás

**Patrocinador Principal:** FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 432.008

**Data da Relatoria:** 22/10/2013

#### Apresentação do Projeto:

**Título da Pesquisa:** Diagnóstico situacional sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes escolares da rede básica de ensino - um estudo de coorte prospectiva

**Pesquisadora responsável:** Márcia Maria de Souza, N. CAAE: 19058713.2.0000.5083, Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás,

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Realizar um diagnóstico situacional sobre o contexto do álcool e outras drogas e suas implicações no comportamento sexual da comunidade escolar. **Objetivo Secundário:** 1. Identificar o perfil sócio-demográfico dos escolares e professores da rede básica de ensino; 2. Verificar o perfil comportamental e o conhecimento dos escolares sobre uso do álcool e outras drogas; 3. Verificar o perfil comportamental e o conhecimento dos escolares sobre sexualidade humana; 4. Identificar as situações de vulnerabilidades dos escolares pelo uso do álcool e outras drogas e sexualidade humana; 5. Identificar a existência de ações institucionais para o diagnóstico e apoio aos adolescentes usuários de drogas; 6. Verificar a concepção dos professores sobre as temáticas drogas e sexualidade humana, bem como se conteúdos estão contemplados nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino; 7. Realizar atividades educativas com adolescentes escolares e professores na abordagem das temáticas.

**Endereço:** Prédio da Roca do Torão Cx. Postal 131

**Bairro:** Campus Samambaia

**CEP:** 74.001-970

**UF:** GO **Município:** GOIÂNIA

**Telefone:** (62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:** cep.pep@ufg@gmail.com

Página 21 de 13

Prof. Márcia Maria de Souza  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa  
do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Continuação do Parecer: 432 008

álcool e outras drogas e sexualidade humana;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Riscos: Fica garantido que o procedimento de coleta de dados trará riscos mínimos em relação a privacidade, considerando que será aplicado um questionário para obtenção dos dados em uma sala reservada, onde será realizada na presença apenas do pesquisador e do escolar. Será aplicado apenas um questionário para adolescentes escolares e professores, contendo questões objetivas e subjetivas.  
**Benefícios:** Benefícios aos sujeitos: Os benefícios com a participação neste estudo incluem identificar as situações de vulnerabilidades sobre o uso de álcool e outras drogas e o comportamento sexual dos escolares para assim elaborar ações com medidas educativo-preventivas com participação efetiva dos referidos professores visando melhorias da qualidade de vida dos adolescentes no contexto escolar.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de projeto de pesquisa financiado pela FAPEG, sob coordenação da Profa. Dra. Marcia Maria de Souza. Apresenta proposta de estudo prospectivo com adolescentes, educadores e jovens das regiões leste e noroeste de Goiânia e Aparecida de Goiânia, seleção de amostra aleatória, com previsão de 500 (quinhentos) sujeitos educadores e 3000 (tres mil) sujeitos adolescentes e jovens. Desta forma, o estudo torna-se de grande relevância para as áreas de educação e saúde de adolescentes e jovens. A proposta de pesquisa está bem delineada, com objetivos claros e metodologia apropriada, indica os critérios de inclusão e exclusão, tratamento dos dados e esclarecimentos quanto a possíveis riscos e possibilidade de interrupção do estudo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresenta toda a documentação obrigatória datada e assinada, com as devidas anuências de autoridades responsáveis. Apresentam TCLE destinado aos professores, maiores de 18 anos e destinado aos pais ou responsáveis aos menores de 18 anos.

**Recomendações:**

Recomenda-se acrescentar a menção da possibilidade de ligação à cobrar nos TCLE'S.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências foram todas atendidas e smj considera-se este protocolo aprovado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Predio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131  
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970  
UF: GO Município: GOIANIA  
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prppg.ufg@gmail.com

Página 02 de 03

Prof.ª Marcia Maria de Souza  
Coordenadora do Conselho de Desenvolvimento  
Pesquisa e Pós-Graduação (CDPPG) da UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS - UFG

Plataforma  
Brasil

Continuação do Parecer 432/008

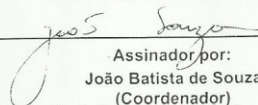
**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Enviar relatórios parcial e final.

GOIANIA, 22 de Outubro de 2013



Assinado por:

**João Batista de Souza**  
(Coordenador)

*Prof. João Batista de Souza*  
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa  
Pré-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

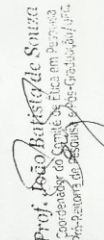
Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep\_prppg\_ufg@gmail.com

Página 03 de 03



Prof. João Batista de Souza  
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa  
Pré-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

## Anexo 2 – TCLE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ENFERMAGEM**

Rua 227, Qd. 68 s/nº, S. Leste Universitário, CEP74605-080, Goiânia, Goiás.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ADOLESCENTE**

Prezado amigo (a),

Seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Meu nome é Patrícia Carvalho de Oliveira sou enfermeira e pesquisadora responsável. Minha área de atuação é Enfermagem em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência de enfermagem, prevenção em DST/HIV/AIDS, capacitação de recursos humanos em sexualidade e educação sexual, saúde do escolar e adolescência. Este documento irá lhe fornecer informações importantes sobre o estudo. Por favor, leia as instruções abaixo atentamente e, em caso de dúvidas, esclareça-as junto à equipe, para decidir se participa ou não do estudo. No caso de aceitar fazer parte do mesmo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Se ainda permanecer dúvidas, você poderá entrar em contato com os pesquisadores listados abaixo e em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás [UFG - Comitê de Ética em Pesquisa \(CoEP\) -Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Prédio da Reitoria, Térreo - Campus II - Goiânia-GO CEP 74001-970 - Atendimento: dias da semana: segunda, quarta, quinta e sexta-feira, das 13:00 às 17:00 horas. Telefones: \(62\) 3521-1215 /1076 Fax: \(62\) 3521-1163.](#)

**Titulo da pesquisa: Vulnerabilidade social: fenômenos das drogas e da violência vivenciados por adolescentes**

**Pesquisador responsável:** Enf. Me. Patrícia Carvalho de Oliveira

**Telefone para contato:** (62) 35456070

**Objetivo da pesquisa: Compreender a vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social.**

**Condução do estudo:** Seu filho (a) será orientado (a) sobre a importância, objetivos, ausência de riscos e benefícios da participação neste estudo. Seu nome não será divulgado, mantendo assim o seu anonimato. Você terá garantia de sigilo e direito de retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem qualquer tipo de punição ou constrangimento. Sua participação será única, por um período aproximado de 35 minutos, no qual conversaremos sobre o tema em questão. Pedimos sua autorização para que responda ao instrumento de coleta de dados contendo perguntas sobre características sociodemográficas, comportamentos de vulnerabilidade em sexualidade e uso de drogas. Em caso de dúvida no preenchimento do instrumento, o entrevistador permanecerá ao seu lado para os devidos esclarecimentos.

**Riscos:** Informamos que seu filho (a) não sofrerá riscos, prejuízos ou lesões.

**Benefícios:** Os benefícios indiretos com a participação neste estudo incluem o conhecimento sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas, aspectos institucionais na prevenção do uso de drogas, e que fornecerá informações que serão valiosas na elaboração de medidas educativas-preventivas que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos escolares e fortalecimento do SPE-PSE.

**Confidencialidade e período de participação:** A participação se dará no período das atividades educativas. Se você consentir em participar do mesmo, as informações obtidas serão registradas em formulário próprio e serão mantidas em maior sigilo por todo o período. Portanto, seu nome não constará nos formulários, registros ou publicações. Ainda, você tem liberdade de retirar seu consentimento a qualquer tempo.

Nome e Assinatura do pesquisador

---

Nome e Assinatura do Responsável

---

## Anexo 3 – Termo de Assentimento do Adolescente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ENFERMAGEM**

Rua 227, Qd. 68 s/nº, S. Leste Universitário, CEP74605-080, Goiânia, Goiás.

### TERMO DE ASSENTIMENTO DO ADOLESCENTE

Prezado amigo (a),

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Vulnerabilidade social: fenômenos das drogas e da violência vivenciados por adolescentes**. Seus pais ou responsáveis permitiram que você participe. Queremos **Compreender a vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes atendidos em um Centro de Referência em Assistência Social**. Os adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 10 a 19 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita no CRAS Nova Olinda e no CRAS Nova Cidade, onde os adolescentes participarão de grupos focais e de entrevistas. Para isso, serão usados gravadores e máquinas filmadoras. O uso das gravações é considerado seguro, mas é possível ocorrer riscos de reconhecimento das falas e de exposição das imagens. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones **(62) 35456070** da pesquisadora **Me. Patrícia Carvalho de Oliveira**. Mas há coisas boas que podem acontecer como melhoria do conhecimento, habilidades de diálogo, e aprendizagem sobre as temáticas discutidas. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que dela participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa iremos publicar em revistas científicas e os serviços conhecerão os resultados assim como os participantes. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto. No caso de aceitar fazer parte do mesmo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Se ainda permanecerem dúvidas, você poderá entrar em contato com os pesquisadores listados abaixo e em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás **UFG - Comitê de Ética em Pesquisa (CoEP) -Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Prédio da Reitoria, Térreo - Campus II - Goiânia-GO CEP 74001-970 - Atendimento: dias da semana: segunda, quarta, quinta e sexta-feira, das 13:00 às 17:00 horas. Telefones: (62) 3521-1215 /1076 Fax: (62) 3521-1163.**

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa mencionada anteriormente. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa. Aparecida de Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e Assinatura do pesquisador \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do Menor \_\_\_\_\_

## Anexo 4 – Aceite da pesquisa pela Secretaria de Assistência Social



SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ofício nº 0836/2015.

Aparecida de Goiânia, 18 de Agosto de 2015.

Ilma. Senhora,  
Márcia Maria de Souza  
Nesta.

Assunto: em resposta ao Ofício nº 02/2015.


Senhora Professora,

A par da honra em cumprimentá-la, em resposta ao Ofício nº 02/2015, informamos que após a análise dos documentos anexados junto às duas unidades dos CRAS envolvidos (Nova Olinda e Nova Cidade), aprovamos a realização da pesquisa intitulada “Vulnerabilidades sociais de adolescentes e o reflexo no contexto do uso de drogas lícitas e ilícitas” subprojeto do projeto matriz “Diagnóstico Situacional sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes escolares da rede básica de ensino – um estudo de corte transversal”.

Salientamos que a pesquisa seja conduzida conforme os preceitos éticos com pesquisa em humanos previstos na declaração de Helsique corroborada pela resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

  
José Rivalmar Gomes de Souza  
Secretário de Assistência Social

Avenida B, Quadra APM, Setor Araguaia, Aparecida de Goiânia – GO CEP: 74.981-150  
Fone: (062) 3545-5970 / e-mail: [sec.acao.social@hotmail.com](mailto:sec.acao.social@hotmail.com)

## **Anexo 5 - Técnicas de Coletas de Dados**

Folha de Rosto 1º Grupo Focal

Data: 19/08/2015

Número de Participantes: 10

Tempo previsto: 1h 50'

Tempo decorrido: 1h 30'

### Roteiro:

1. Apresentação: Cada participante apresenta o colega que está a sua direita e tem o desafio de apontar cinco qualidades.
2. Contrato do Grupo: Mediador faz a apresentação da proposta, solicita sigilo absoluto das informações contidas na oficina, entrega os materiais, realiza o contrato de trabalho (Cada participante irá à lousa desenhará a sua mão colorida com o nome como sinal de compromisso).
3. Técnica "Quem somos nós?"
  - a. Os adolescentes divididos em dois grupos terão que criar em um papel um personagem e deixar claro que esse personagem deve ter nome, idade, se estuda ou não, com quem mora, o que gosta de fazer, personalidade. O personagem fará parte de outras oficinas.
4. Técnica do desafio: Finalização:

Material: caixa de bombom enrolada para presente. Procedimento: colocar uma música animada para tocar e vai passando no círculo uma caixa (no tamanho de uma caixa de sapato, explica-se para os participantes antes que é apenas uma brincadeira e que dentro da caixa tem uma ordem a ser seguida por quem ficar com ela quando a música parar. A pessoa que vai dar o comando deve estar de costas para não ver quem está com a caixa ao parar a música, daí o coordenador faz um pequeno suspense, com perguntas do tipo: tá preparado? Você vai ter que pagar o mico viu, seja lá qual for a ordem você vai ter que obedecer, quer abrir? Ou vamos continuar? Inicia-se a música novamente e passa-se novamente a caixa se aquele tornar em não abrir, podendo-se fazer isso por algumas vezes e pela última vez avisa que agora é para valer, quem pegar agora vai ter que abrir, ok? Está é a última vez, e quando o felizardo o fizer terá a feliz surpresa e encontrará um chocolate sonho de valsa com ordem 'coma o chocolate'.

Objetivos: essa dinâmica possibilita percebermos o quanto temos medo de desafios, pois observamos como as pessoas têm pressa de passar a caixa para o outro, mas que devemos ter coragem e enfrentar os desafios da vida, pois, por mais difícil que seja o desafio, ao final podemos ter uma feliz surpresa/vitória.
5. Encerramento: fechamento com curta discussão sobre o que acharam do dia.

Folha de Rosto 2 ° Grupo Focal

Data: 21/08/2015

Número de Participantes: 10

Tempo previsto: 1h 30'

Tempo decorrido: 2h

Roteiro:

1. Técnica de aquecimento “Minha arte”: Os participantes deveriam representar uma das palavras:

Beleza, Preconceito, Tráfico e Dinheiro por meio de desenhos.

Objetivos: Proporcionar o afloramento da criatividade; Aquecimento; Experimentar sentimentos autênticos

Materiais:

1. Muitas folhas de papel sulfite

2. Lápis de cera coloridos

3. Fita adesiva

Processo:

1 Informar que irão fazer desenhos livres e que poderão utilizar qualquer cor para os desenhos,

2 Afixar todos os desenhos, lado a lado numa parede e solicitar que cada uma das pessoas informe “o que” e o “porquê” de seu desenho,

3. Informar que todos os participantes poderão alterar o desenho de qualquer um dos demais, menos o seu,

4. Após cumprida a tarefa, iniciar o questionamento.

Questões do grupo...

Vocês poderiam me dizer o que é beleza para vocês? Diferença de raças? Diferenças de perfis? O que significa preconceito para vocês? Poderiam me dar exemplos disso? Onde o preconceito acontece? Vocês conseguiriam estabelecer benefícios ao tráfico de drogas? O que proporciona as pessoas? Quais outros meios de conseguir sem o envolvimento com o tráfico? O que significa dinheiro para vocês? Como percebem a relação entre dinheiro e poder?

5. Encerramento

Brincadeira sobre completude rápida das palavras... (roda a garrafa)

Ser roda é... Ser gente boa é... Ser preto é... Ser rico é... Ser pobre é... Ser bonito é...

Preconceito é...

Folha de Rosto 3 ° Grupo Focal

Data: 25/08/2015

Número de Participantes: 08

Tempo previsto: 1h 30'

Tempo decorrido: 2h 16'

Roteiro:

1. Técnica do barbante: Grupo em círculo irá segurar a ponta do barbante, dizer uma palavra que se define e jogar o barbante para o colega. Ao final, o mediador encerra com reflexão sobre a importância de o grupo estar unido para o fortalecimento e proteção das informações que forem ditas.
2. Técnica de entretenimento: Divididos em dois grupos os adolescentes irão competir, eles deverão adivinhar o desenho do grupo concorrente. Ganhará quem acertar o maior número de desenhos. As palavras e significados dados aos grupos serão abertas, permitindo que retratem o que tiverem vontade.
3. Técnica desvendando os significados: Sentados em roda, serão entregues aos adolescentes folhas de papel... no qual individualmente terão que escrever uma palavra a respeito do que for questionado a eles: 1º O que é importante para vocês? 2º Onde os adolescentes estão? 3º A quem o adolescente respeita? 4º Quem você tem medo?

Dentro de cada questionamento, e a partir das respostas do grupo, o mediador irá perguntando sobre o cotidiano dos adolescentes e fazendo com que novos dados surjam.

Folha de Rosto 4 ° Grupo Focal

Data: 27/08/2015

Número de Participantes: 09

Tempo previsto: 2h

Tempo decorrido: 2h 10'

Roteiro:

Inicialmente foi apresentado o filme: Distrito 9.

1. Vocês poderiam me dizer o que é mostrado no filme?
2. Imaginem que alienígenas chegassem aqui em Aparecida de Goiânia e passassem a conviver com vocês, quais seriam as primeiras experiências ou ensinamentos que aprenderiam?
  - a. Como os alienígenas agiriam?
  - b. Que tipo de relações entre alienígenas e humanos seriam possíveis?
3. Quais as semelhanças entre o filme e a realidade vocês poderiam relatar?
4. O que o distrito nove representa?
5. Quem são os alienígenas do filme na realidade?
6. E quem são os humanos da realidade?
7. O que acontece com o personagem principal no decorrer do filme?

Folha de Rosto 5º Grupo Focal

Data: 31/08/2015

Número de Participantes: 10

Tempo previsto: 1h 30'

Tempo decorrido: 2h 10'

Roteiro:

1. Individualmente os adolescentes irão apresentar um desenho que demonstre onde é seu paraíso particular. Após, irão apresentá-lo e explicar o porquê.

2. Os adolescentes em círculo irão apresentar palavras que significam seus maiores desafios. Os auxiliares irão escrever em tiras de papel as palavras que representam o problema.

Divididos em dois grupos, terão o desafio de solucionar da melhor forma o problema apresentado pelo colega do outro grupo e estabelecer a ordem de prioridade para cada um. Ao final irão apresentar quais foram as soluções.

3. Atividade de finalização: em grupo os adolescentes terão que estabelecer metas de vida para um adolescente hipotético.

Folha de Rosto 6º encontro

Nº de participantes: 06

Tempo Previsto: 1h 30'

Tempo Decorrido: 1h e 40'

Roteiro:

1. Técnica da Sobrevivência à adolescência”

2. Explorando os valores do grupo: os adolescentes reconheciam seus próprios valores e os valores dos outros.

3. Verdade ou consequência. Um escolhia uma pergunta e a quem iria direcioná-la. Depois a pessoa escolhida, escolhia uma palavra que completaria a pergunta e responderia.

4. O que tenho de bom? Foram abordadas características positivas dos adolescentes.

Folha de Rosto 7º encontro

Data: 16/09/2015

Nº de participantes: 08

Tempo Previsto: 1h 30'

Tempo Decorrido: 2h

Roteiro:

1. Técnica de virar pelo avesso. Os adolescentes darão as mãos em círculo e, juntos, terão que encontrar uma forma de todos virarem sem desatarem as mãos.

Objetivo de despertar o grupo para a importância da organização

2. Espelho: cada um se olha no espelho e diz o que vê. Será entregue uma caixa com um objeto. A caixa passará para cada um dos participantes, ao olharem no objeto dirão uma palavra que sentem ou que expressem o que veem.

3: Construção do cartaz sobre o que me dá prazer. Em grupo os adolescentes farão um cartaz com recortes de revistas e/ou desenhos sobre o que lhes dá prazer.

4: Encerramento: avaliação do dia.

Folha de Rosto 8° encontro

Data: 30/09/2015

N° de participantes: 07

Tempo Previsto: 1h 30 min

Tempo Decorrido: 2h

Roteiro:

1. O objetivo da oficina foi abordar a saúde sexual e reprodutiva, diversidade sexual e de gênero.
2. Foram sorteados dois jurados, que deviam julgar as posições de cada grupo e apontar os ganhadores.
3. Divide-se em dois grupos e sorteia-se dentre eles dois jurados que avaliarão as respostas em pertinente, correta ou não correta. Em uma caixa estavam dispostas questões de saúde sexual e reprodutiva, diversidade de gênero e igualdade de gênero. As questões eram sorteadas e o grupo que batesse primeiro a mão na marca respondia. Após a resposta os jurados julgavam. Vencia o grupo que respondia corretamente o maior número de questões.
4. Encerramento: Avaliação do grupo

Folha de Rosto 9° encontro

Data: 29/10/2015

N° de participantes: 09

Tempo Previsto: 1h 30 min

Tempo Decorrido: 1h 40min

Roteiro:

1. Realizar uma análise, por meio de questionamentos abertos, das outras oficinas do grupo.
2. Explorar fatos cotidianos dos adolescentes por meio dos desenhos a fim de confirmar que os fenômenos de maior interesse foram investigados.

Folha de Rosto 10° encontro

Data: 10/11/2015

N° de participantes: 07

Tempo Previsto: 3 horas

Tempo Decorrido: 3 horas

Roteiro:

1. O objetivo do décimo encontro foi atender a uma solicitação dos adolescentes no nono encontro, no qual elencaram que gostariam de falar mais um pouco sobre preconceito.
2. O filme "The Help" aborda o preconceito racial, em especial entre mulheres, nos EUA na década de 60. O filme aborda o preconceito acirrado entre brancos e negros e traz a reflexão sobre a igualdade racial. Filme longo com duração aproximada de duas horas.
3. Discussão grupal sobre o preconceito, origens, consequências e sentimentos.
4. Finalização